

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

nº 28

Goiânia-GO
Kelps, 2017

Copyright © 2017 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Victor Marques

Diagramação e arte da capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 28 (2017) – Goiânia: Kelps,
2017.

184 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2017

IHGG – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul – CEP.: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

Site: www.ihgg.org

DIRETORIA DO IHGG

Gestão: 2017-2021

Presidente: Geraldo Coelho Vaz

1º Vice-Presidente: Hélio Moreira

2ª Vice-Presidente: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

3º Vice-Presidente: Bento A. A. Jayme Fleury Curado

Secretária Geral: Eleuzenira Maria de Menezes

1º Secretário: Orlando Ferreira de Castro

2ª Secretária: Jacira Rosa Pires

Tesoureiro: Nelson Lopes Figueiredo

1º Tesoureiro: Waldomiro Bariani Ortencio

2º Tesoureiro: Aparecida T. de Fátima Paraguassú

1º Orador Oficial: Luiz Augusto Paranhos Sampaio

2º Orador Oficial: Rogério Arédio Ferreira

1º Bibliotecário: Francisco Itami Campos

2º Bibliotecário: Iuri Rincon Godinho

Diretoria de Museu: Maria Terezinha Campos Santana

Diretoria de Arquivo: Antônio César Caldas Pinheiro

Diretoria de Revista: Lena Castello Branco F. de Freitas

Diretoria de Boletim: José Ubirajara Galli

Assessoria de História: Juarez Costa Barbosa

Assessoria de Geografia: Horieste Gomes

Sumário

Apresentação	9
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

DISCURSOS

Discurso de Posse – Quatriênio 2017/2021	13
<i>Coelho Vaz</i>	
Discurso de Recepção ao Acadêmico Hélio Moreira na Academia Goianiense de Letras	19
<i>Coelho Vaz</i>	

ARTIGOS

Apontamentos sobre a liberdade de imprensa no consulado ludoviquista.....	27
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Análise literária da obra “Musa Inquieta” do escritor Weimar Muniz	39
<i>Abílio Wolney Aires Neto</i>	
Bacia hidrográfica de águas emendadas.....	49
<i>Martiniano J. Silva</i>	
Mulheres: sombras tênues da história?	55
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	
A morte silenciosa dos rios do cerrado	85
<i>Altair Sales Barbosa</i>	

Não se disse tudo sobre Liberato Póvoa, a Fênix do Tocantins..... 89
Ana Braga

A vida de mel e fel de José Antônio de Jesus 95
Pedro Nolasco de Araújo

O centenário de Edla Pacheco, a romancista de Vila Boa de Goyaz.... 105
Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado

Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mores em Vila
Boa de Goiás 121
Antonio César Caldas Pinheiro

CRÔNICAS

Jubileu de Quê?..... 143
Gelmires Reis

Câmara – em câmera escura..... 145
Luiz Augusto Sampaio

A primeira Escola de Farmácia de Goiás. 148
Augusta Faro Fleury de Melo

Magistrados de Catalão 152
Vivaldo J. Araújo

A Cruz do Anhanguera 157
Ubirajara Galli

ATIVIDADES DO IHGG 161

SÓCIOS DO IHGG..... 169

GALERIA DE FOTOS 175

APRESENTAÇÃO

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**

Nossa Revista chega ao número 28 (2017) quando se comemora o 85º ano da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Longa estrada foi percorrida desde a reunião, convocada por José Honorato da Silva Souza e realizada em 7 de outubro de 1932, no Palácio da Instrução da Cidade de Goiás. Quando sete intelectuais visionários decidiram fundar uma entidade que, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tivesse por objetivo incentivar e desenvolver estudos de história, de geografia e ciências correlatas, com vistas à afirmação da cultura e da identidade goiana e brasileira.

Sempre é bom lembrar a precariedade dos começos, no funcionamento das instituições culturais. Em Goiás, não se refugiou a regra do reconhecimento retórico e do apoio intermitente de autoridades e órgãos públicos ao IHGG. Não obstante e graças, sobretudo, à determinação e à perseverança de seus sócios e dirigentes, aqui estamos atuando continuamente desde a mudança da entidade para Goiânia, ocorrida ainda em 1935.

Com uma folha de bons serviços prestados à sociedade, graças ao seu quadro de sócios que reúne expoentes da intelectualidade goiana, o IHGG ora entrega o presente número de sua Revista, contendo contribuições e textos relevantes.

Assim é que enfeixamos o discurso de posse proferido por Geraldo Coelho Vaz, quando foi reconduzido e assumiu o alto (e merecido) posto de presidente desta Casa; e, do mesmo autor, o discurso de recepção ao confrade Hélio Moreira na Academia Goianiense de Letras.

* Sócia Emérita do IHGG – Diretora da Revista

Dentre os artigos publicados, Jales Guedes Coelho Mendonça oferece substanciosos “Apontamentos sobre a liberdade de imprensa no consulado Ludoviquista”. Abílio Wolney apresenta “Análise literária da obra “Musa inquieta, do escritor Weimar Martins”. Martiniano José da Silva percorre a “Bacia Hidrográfica de Águas Emendadas”. Esta humilde escriba debruça-se sobre o tema universal da escravidão em “Mulheres: sombras tênues da História?”

Altair Sales Barbosa publica o ensaio que é também libelo, intitulado “A morte silenciosa dos rios do cerrado”. Ana Braga, sempre combativa, destaca que “Não se disse tudo sobre Liberato Póvoa, a Fênix do Tocantins”. Pedro Nolasco de Araújo revolve velhos alfarrábios e divulga a primeira parte do estudo: “A vida de mel e fel de José Antônio de Jesus”. Seguem-se, com peculiar brilhantismo: “O centenário de Edla Pacheco, a romancista de Vila Boa de Goyaz”, de Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado”; e “Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mores em Vila Boa de Goyaz (escorço genealógico da família Gomes da Neiva)”, de Antônio César Caldas Pinheiro.

A Revista n. 28 enriquece-se, ainda, com crônicas de Gelmi-
res Reis em “Jubileu do quê?”; e “Câmara – em câmara escura”, de
Luiz Augusto Paranhos Sampaio. Notícias, fotos e informações ge-
rais completam a publicação, que ora colocamos ao alcance do leitor
de quem esperamos compreensão, críticas e generosidade.

DISCURSOS

DISCURSOS

Discurso de Posse – Quatriênio 2017/2021

*Coelho Vaz **

A cada ano que passa, estudiosos e pesquisadores vêm ocupando lugar de destaque na historiografia do Estado de Goiás. São os novos temas e novas descobertas, graças ao comprometimento dos programas de graduação nas Universidades goianas.

A pesquisa histórica do passado e do presente vai sendo escrita e re-escrita com responsabilidade dos abnegados amantes que vão a cata de informações nos carcomidos e velhos papéis, que registram a memória de um povo.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás tem por obrigação, conforme o Estatuto, conservar e preservar papéis, manuscritos de valor histórico, correspondências, diários, fotografias, apontamentos, originais de livros, edições fac-similares, biblioteca, mapoteca, filmoteca, videoteca, jornais e outras manifestações do pensamento cultural e científico, que interessam à memória histórica e geográfica brasileiras, e de Goiás, cujos proprietários possuidores de tais papéis, ou documentos, doaram ao IHGG, confiando-os à sua guarda e zelo, à entidade mais antiga e respeitada pela sua tradição, seriedade no trato e reconhecida de utilidade pública estadual e municipal.

Nessa longa caminhada, marcante em favor da preservação dos nossos valores, a instituição fundada aos 7 dias do mês de outubro

* Coelho Vaz, é Sócio Emérito, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e sócio Titular da Academia Goiana de Letras.

de 1932, na antiga capital do estado, Cidade de Goiás e transferida para atuar em Goiânia, capital dos sonhos e prosperidade, em 1933, recebeu do então Interventor Federal, médico Pedro Ludovico Teixeira, a doação de um terreno, na Praça Cívica, onde hoje aqui se encontra instalada a sede e este prédio anexo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Oito presidentes lutaram para manter a nossa entidade cultural viva e na altura de sua importância. Hoje, estou novamente com a incumbência de dirigir, por mais 4 anos, a nossa Instituição e com o mesmo pensamento da invejável competência dos ex-presidentes: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (07.10.1932/33); Colemar Natal e Silva, por duas vezes (14.04.1933/56); Alfredo de Faria Castro (16.03.1956/56); Zoroastro Artiaga (07.09.1956/62); Gilberto Mendonça Teles (20.02.1962/70); Basileu Toledo França (23.03.1970/73); Colemar Natal e Silva (16.03.1973/93); José Mendonça Teles (12.01.1993/2005) e Aidenor Aires (05.04.2005/13), acredito que os que aqui estão e os que estiveram, me darão forças e capacidade para prosseguir nesta estrada de administrar com zelo e dignidade o Instituto; eles merecem o nosso respeito e a nossa homenagem os fundadores e aos associados que nos deixaram.

Neste primeiro quadriênio da nossa administração contamos com o apoio dos nossos associados, funcionários, algumas empresas, governo estadual e municipal. A todos eles a nossa gratidão e o reconhecimento, em especial, ao apoio financeiro recebido pela Instituição Cultural Sicoob Unicentro Brasileira, em convênio assinado, para a realização de oito palestras proferidas pelos membros da Casa em escolas da rede estadual de educação.

Recebemos da senhora Letícia Álvares Daher, viúva do advogado, poeta e jornalista Edésio Daher, a coleção do semanário *Ipa-meri Jornal*, que traz informações importantes da história nas décadas de 1950 a 1960 do século passado.

Por ocasião dos 83 anos da existência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, foi realizada solenemente a entrega e finalização do Projeto *Folha de Goyaz resgate da memória*.

O referido Projeto objetivou a restauração, seleção, pesquisa, digitalização e microfilmagem do primeiro Jornal diário de Goiânia, *Folha de Goyaz*, publicado entre os anos de 1938 e 1982, cujo fundador e primeiro diretor foi Gerson de Castro Costa. Iniciado na administração de José Mendonça Teles, passou pela competência de Aidenor Aires. Com duração de mais de 10 anos de trabalho, o projeto foi realizado com êxito, graças à *Lei Goyazes* de incentivo à cultura do governo do estado de Goiás, sob o patrocínio da SAMA S/A – Minerações Associados.

Ressaltamos a importância histórica do Projeto, que disponibiliza aos pesquisadores, estudantes, juristas, e comunidade em geral, informações da história de Goiânia, de Goiás e do Brasil no período de mais de quatro décadas.

Em audiência previamente marcada com a Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte, professora Raquel Teixeira, a diretoria e membros do Instituto, na oportunidade, firmou convênio entre as partes para retomar o projeto *Escola Goiana, Identidade, Memória e Vida*.

O projeto objetiva proporcionar conhecimento da origem, identificação da sua história e valorização das personalidades que emprestaram seus nomes às escolas estaduais goianas.

O resultado da pesquisa será a publicação, em livro, a ser editado em parceria entre o Instituto e a Secretaria, que será distribuído a todas as escolas estaduais e bibliotecas públicas goianas.

Graças a Contato Comunicações, dirigida pelo sócio Titular Iuri Rincon Godinho, em parceria com diversas empresas goianas, concretizamos o sonho de instalar o monumento à construção de Goiânia nas confluências das Ruas 82 com 85, nos jardins do IHGG,

os dois rolos compressores que eram puxados por pares de bois (datados de 1938), com intuito de aplainar o terreno para asfaltamento da Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) em Goiânia. Os rolos compressores integram o patrimônio histórico goiano. Um dos compressores foi resgatado, há mais de duas décadas pelo ex-presidente José Mendonça Teles. O outro foi uma doação ao IHGG do advogado e ex-prefeito de Goiânia, Dr. Mário Roriz Soares de Carvalho.

O Ponto de Cultura Memória da Gente, do IHGG, é um convênio firmado entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura Municipal de Goiânia, cujas realizações constavam de visitas e palestras em estabelecimentos de ensino, seminários realizados no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG, aquisição de estantes deslizantes, computadores, impressora, scanner, TV, som completo, com caixas de auto – falantes, microfones e outros equipamentos.

Fato desagradável ocorreu em abril do ano passado, quando o IHGG foi invadido pela madrugada e furtados quase todos os computadores, uma impressora, um scanner, uma Tv de 55 polegadas, medalhas e outros objetos de valor histórico e de manutenção da casa.

Fizemos o registro do boletim de ocorrência no Distrito Policial. Prometeram investigar, mas, lamentavelmente nada, ainda, foi apresentado a Instituição.

Entre os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás destacamos a transmissão aos seus sócios e à comunidade, por meio do *Boletim do IHGG*, da Revista, site na internet, de notícias e eventos da entidade. Lançamentos do IHGG de obras produzidas pelos associados, pesquisadores, doutores de reconhecida capacidade na área de história e geografia.

Outra atividade de destaque iniciada, na gestão do escritor Aidenor Aires e continuada por nós, é o Projeto “Núcleo de Memória Audiovisual” enriquecida com o acervo do jornalista Salvador Farina, que consta de entrevistas de personalidades que contribuíram para a formação dos povos do Brasil Central.

Registramos à oportunidade a importância do Sócio Titular, professor e Dr. Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, atualmente prestando serviços no IHGG numa parceria com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, na sua solicitude e competência, está organizando os papéis, acervos e documentos importantes da historiografia de Goiás e do Brasil, pertencentes ao IHGG. Ao ilustre historiador, os agradecimentos imorredouros de nosso Instituto e de nossa gente.

Publicamos em nossa administração 15 Boletins e 3 Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que são distribuídas entre os sócios, autoridades, bibliotecas, academias e as co-irmãs, de todos os Estados da Federação.

Faz-se necessário, neste momento, apresentar as autoridades, aos empossados, aos sócios, aos familiares, aos funcionários da casa, aos amigos e todos os presentes nesta solenidade, o trabalho que desenvolvemos nestes 4 últimos anos, frente ao IHGG.

Ao lembrar Oscar Niemeyer que *cada um vem, escreve sua história e vai embora*. Assim acreditamos que a nova diretoria do Instituto, vai trabalhar neste sonho, preservar a história, escrever e mostrar o caminho aos novos pesquisadores e historiadores que amam Goiás e o Brasil.

Que Deus nos ensine a estrada da competência.

Goiânia, 03 de maio 2017.

DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO HÉLIO MOREIRA NA ACADEMIA GOIANIENSE DE LETRAS

Coelho Vaz *

O médico Hélio Moreira, sonhador e criativo, em seus pensamentos e ações, desenvolve trabalhos com a serenidade dos sábios e a ternura dos humildes, no árduo labor das estradas da medicina e da literatura.

É um sonho de criança. Na sua decantada cidadela de Gaspar Lopes, Minas Gerais, município de Alfenas, nasce o mais importante filho, que traz lembranças, as saudades do menino confiante no futuro.

Sua mãe, Olívia Moreira, à luz do memorável dia 15 de janeiro de 1938, vê nascer o filho varão e dá graças a Deus, por ser saudável. Seu pai, Antônio Moreira, mais conhecido por Nico – Guarda Chaves, funcionário da Rede Mineira de Viação, ocupando funções variadas na estação rodoviária do pequeno arraial, alegrou-se com o nascimento do filho e profetizou na lembrança das palavras de Santo Agostinho: *“Enquanto houver vontade de lutar, haverá vontade de vencer”*.

Pensamento que acompanhou seu filho por toda existência, principalmente quando deixou a cidade de seu nascimento e enfrentou as alegrias, dissabores da vida de um jovem estudante que pensava em ter um lugar ao sol.

Sua cidade natal já se encontrava pequena após completar as primeiras letras. Em Alfenas, conclui o curso ginásial e o ensino

* Geraldo Coelho Vaz, Sócio Emérito, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e sócio titular da Academia Goianiense de Letras.

médio e, em 1957, transfere-se para Curitiba onde gradua-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Após a formatura, fez residência médica na Santa Casa de São Paulo na especialidade de Coloproctologia.

Mesmo à distância seu pensamento está sempre voltado a Gaspar Lopes. Os passeios nas matas, as visitas às famílias, a Pensão Santo Antônio pertencente à família, a Estação Ferroviária, centro das atenções dos moradores, que nos horários do trem passageiro, a curiosidade da população está presente. Procuram-se encontrar passageiros conhecidos, ou alguns parentes viajantes. Outros, simplesmente pelo prazer de ver o movimento daqueles poucos minutos na plataforma da Estação.

Registro aqui, pedindo a devia vênica, a leitura de um poema de nossa lavra, que muito lembra a vivência do nosso membro da Academia Goianiense de Letras, Hélio Moreira, em sua cidade natal.

Felicidade

*Ainda ouço os ruídos
das rodas do trem
sobre os trilhos*

*Ele saindo de mansinho,
apressando a pressa
de uma corrida para o horizonte.*

*E, eu ali,
imóvel e tristonho
e o trem já correndo longe.*

*Minha mão no aceno,
sem lenço branco
mas, angústia no coração*

*E só depois da partida
das rodas do trem
sobre os trilhos,
percebi que a felicidade
também partia.*

Quando estudante em Curitiba, em companhia de seu particular amigo e colega universitário, Augusto Sampaio Teixeira, veio conhecer a nova capital do Estado de Goiás e hospedou-se na residência dos pais de seu companheiro de Universidade. Como por milagre, encontrou e encantou-se por Marília, irmã de Augusto e, em dois anos (1966), aconteceram as festividades do casamento.

Desta união nasceram três filhos: José Paulo, Hélio Júnior e Ana Paula; todos seguiram a profissão do pai. Todos médicos honrados, prestam bons serviços à comunidade goiana e a do Estado de Goiás.

Casado, fixa residência em Goiânia, desenvolvendo belo trabalho no ramo da medicina, a cultivar a profissão com amor e zelo, e ascendendo degraus da inteligência, passa a ser doutor em Medicina pela Faculdade Federal de Goiás, em 1972.

Presidente da Sociedade Internacional de Cirurgias de Cólon e Reto, que congrega médicos renomados de 52 países.

O mais novo acadêmico, Hélio Moreira, dedicado profissional, correto e responsável, perfil de homem honesto, corajoso, esbanjar ideal, em 1966, foi admitido como professor assistente da disciplina Coloproctologia do Departamento da Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, e mais tarde, professor titular.

Convidado pela Academia de Ciências de Moscou, em 1998, proferiu diversas palestras e conferências de sua especialidade, para professores e alunos da Universidade de Moscou.

A viagem resultou em um magnífico trabalho, publicado pela Editora Kelps: *Anos 60 e realidade à Rússia dos anos 90*, já em 2ª edição. É um livro comparativo entre os sonhos do adolescente estudante universitário dos anos 1960, e a realidade da vida atual na Rússia.

Já experiente de conhecimentos vários e personalidade formada pelos trabalhos, decepções, vitórias de uma vida de lutas, assim se expressou:

*Não quero renegar meu passado de sonhos e nem
tão pouco desejo fazer críticas ao atual estado de
coisas na Rússia. São apenas descrições, pois o
click do tempo depois de disparados, não volta mais.*

O renomado médico, culto saudoso Dr. Joffre M. Rezende, na apresentação das narrativas do *Entre o sonho e realidade: do Brasil dos anos 60 à Rússia dos anos 90*, observa que o “o livro não segue ordem cronológica dos acontecimentos que o torna mais atraente a sua leitura”.

Com o sucesso alcançado da primeira obra literária, o médico e agora escritor conhecido, pesquisa mais um trabalho, realizando inclusive, viagens a Londres em busca de documentos. Em 2005, publica pela Editora Kelps, de Goiânia, *Couto de Magalhães, o último desbravador do Império*.

O livro relata a importância da figura do presidente da Província de Goiás, Couto Magalhães. Autor do primeiro livro impresso na gráfica goiana, intitulado *Viagens ao Rio Araguaia*, Couto Magalhães governou o Estado com apenas 24 anos. Idealizou a transferência da Capital de Vila Boa para Santa Leopoldina às margens do Araguaia.

O escritor, membro da Academia Goiana de Letras, cronista Bariani Ortencio, escreveu que: “é um livro ótimo, tanto como documento histórico quanto para uma leitura aprazível”.

O escritor Hélio Moreira, com esta obra foi contemplado com o *Prêmio Goyazes, Categoria Romance Eli Brasiliense*, da Academia Goiana de Letras, no ano de 2007.

Pelos seus méritos como homem público, reconhecido escritor e médico renomado, a Câmara Municipal de Goiânia, em 1994, e a Assembleia Legislativa de Goiás, em 1994, concederam-lhe os Títulos de Cidadania.

Quero agradecer ao Presidente da Academia Goianiense de Letras, doutor e poeta Aidenor Aires, pela oportunidade de dar à minha pessoa a honra de receber esta ilustre figura para aconchego de nossa Casa.

Dr. Hélio Moreira, seja bem-vindo. O júbilo é grande em tê-lo como nosso confrade.

ARTIGOS

Apontamentos sobre a liberdade de imprensa no consulado ludoviquista

Jales Guedes Coelho Mendonça*

“Atendendo à solicitação desse digno sodalício, determinei a reabertura d’*O Estado de Goyaz* de Pires do Rio, no interior deste Estado, que estava usando linguagem violentíssima. Saudações atenciosas – Pedro Ludovico,”¹ telegrafou o interventor de Goiás ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.) em janeiro de 1933.

“Ao público que nos lê, deixamos o julgamento de nossas atitudes e linguagem,”² respondeu laconicamente o periódico do jornalista José Ayube.³ Fundado em Pires do Rio em dezembro de 1932 e redatoriado pelo advogado José Pereira Zeka, *O Estado de Goyaz* apresentava à época realmente uma linguagem serena, adequada à institucionalidade autoritária então vigente, principalmente se comparada ao estilo agressivo adotado pela *Voz do Povo* entre 1927 e 1930.

Mesmo assim, logo no início, o jornal acabou censurado pelo capitão Antônio Neves, por ordem de Pedro Ludovico: “Envolvido por um rosário de intrigas muito ao sabor do sr. Interventor goyano a cujos ouvidos gratas são as bajulações, tivemos logo ao 2º número

* Jales Guedes Coelho Mendonça é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 5.

¹ Cf. *Folha da Manhã*, São Paulo, 22 de janeiro de 1933, p. 01.

² Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 29 de janeiro de 1933.

³ José Ayube tentou participar em abril de 1932 na cidade de Catalão das manifestações em homenagem ao retorno de Antônio Ramos Caiado ao estado, oportunidade em que foi preso pela polícia sob a acusação de estar armado.

a censura, uma censura estuprificante, suspensa a circulação do periódico e as oficinas invadidas pelos mastins do prepotente governador.”⁴ Por vezes até a residência de Ayube chegou a ser vigiada.⁵

Em março de 1934, mesmo uma singela carta de Domingos Vellasco enviada em agradecimento à solidariedade hipotecada pelo semanário não pôde ser publicada.⁶ Em contrapartida, alguns reparos a atos governamentais escaparam da tesoura da censura e geraram, por consequência, a substituição dos censores.

Contrariado com a troca, *O Estado de Goyaz* publicou, na tiragem que foi proibida de circular durante três dias,⁷ a imagem de Ludovico sob o título “Governo liberalíssimo e magnânimo” e assinalou: “Somos sobremodo conhecedores da profunda sensibilidade de s. excia. e sabemos que todas as críticas de folhas independentes como soe ser a nossa, lhe conduz aos nervos séria irritação.”⁸

Abolida a censura ante a promulgação da Constituição Federal de julho de 1934, o jornal comemorou: “Hoje, desafogados, podemos adiantar o quanto nos foi prejudicial a mordaza imposta pela ditadura.”⁹ Uma semana antes da eleição de 14 de outubro, porém, Ayube recebeu um claro aviso: após “convidá-lo” a comparecer à delegacia, o tenente Jonas Castilho o questionou a respeito das críticas lançadas ao situacionismo goiano.¹⁰

⁴ Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 18 de fevereiro de 1934.

⁵ “Quantas e quantas noites a nossa modesta casa foi guardada pelos *beleguins*, às ordens do TIGELINUS do século XX, sobre cujos ombros, como acinte a uma população civilizada, os galões Luzídios, brilhavam ao contato dos raios de nosso sol vivificante! [destaques do texto]” In: AYUBE, José. Leitor amigo. *Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 18 de fevereiro de 1934.

⁶ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 19 de março de 1934.

⁷ “Pires do Rio, 2 – Por motivo da rigorosa censura *O Estado de Goyaz* foi impedido de circular ontem. Peço comunicação imprensa. Abraços – José Ayube, diretor.” In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1934, 3ª edição, p. 01.

⁸ Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 04 de março de 1934.

⁹ Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 22 de julho de 1934.

¹⁰ Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 07 de outubro de 1934.

A despeito de intitular-se independente e sem cor partidária, *O Estado de Goyaz* alistou-se efetivamente no campo oposicionista assim que foram deflagrados os preparativos para a campanha eleitoral. Terminado o pleito, Ayube resolveu syndicar os abusos cometidos em vários municípios contra os militantes da Coligação Libertadora.

Ao colocar em prática o seu desiderato, a edição de 28 de outubro estampou: “O inquérito sobre o pleito de 14 de outubro – Como se realizou o pleito no Estado.”¹¹ Pouco tempo depois, a casa de Ayube já era varejada por policiais armados que o ameaçavam de espancamento e morte, instante em que chegou o prefeito Taciano de Mello e levou o jornalista para sua casa “onde ficaria *protegido* até o dia seguinte em que seria embarcado para fora do Estado, caso não quisesse aderir ao governo! [destaque do texto]”.¹² Taciano negou o convite de adesão, mas confirmou o “lamentável” incidente.¹³ Esse seria o último número da gazeta sob a direção de Ayube em Goiás.¹⁴

Nesse ambiente, após avisar o presidente da Associação Brasileira de Imprensa,¹⁵ Ayube decidiu sair imediatamente do estado na condição que denominou de “deportado” e reativou as atividades de *O Estado de Goyaz* em Uberlândia em 30 de dezembro de 1934.¹⁶ Ao preservar o nome, o jornal, sediado em Minas Gerais, passou a

¹¹ Cf. *O Estado de Goyaz*, Pires do Rio, 28 de outubro de 1934.

¹² Cf. *A Coligação*, Goyaz, 11 de novembro de 1934.

¹³ MELLO, Taciano de. Carta Aberta. *Voz do Povo*, Goyaz, 09 de dezembro de 1934.

¹⁴ Até porque José Ayube faleceu em 1945 na cidade de Goiânia em um atropelamento no Lago das Rosas ainda envolto de dúvidas. Ver

¹⁵ “Tendo o presidente da Associação Brasileira de Imprensa tido conhecimento do telegrama abaixo, dirigiu-se imediatamente ao ministro da Justiça, pedindo providências: – ‘Ameaçado de fuzilamento pela horda de jagunços de Cosme abandonamos Goyaz e o jornal circulará em Minas. José Ayube.’” In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1934, p. 02.

¹⁶ “Conforme anunciamos telegraficamente ao transpormos as fronteiras do Estado de Goyaz, como deportados, obedecendo a vontade estrábica dos mandões daquela região, não determinando, todavia, a localidade, reaparece hoje, nesta florescente cidade mineira a nossa modesta folha que, durante dois longos meses, se manteve suspensa em virtude do transporte e remontagem de suas oficinas.” In: *O Estado de Goyaz*, Uberlândia (Minas), 30 de dezembro de 1934.

simbolizar a cada nova edição, apenas pelo título, uma permanente acusação contra os abusos perpetrados contra a liberdade de imprensa em Goiás.

Roteiro mais ou menos similar trilhou o *Ipamerí*, órgão oficial do Partido Libertador Goiano.¹⁷ Ao acompanhar a dissidência velasquista, o jornal sofreu impiedosa censura, inclusive saindo com colunas em branco e a divisa horizontal “censurado pela polícia”,¹⁸ além de outras ocorrências análogas,¹⁹ como a proibição de transcrever editoriais da imprensa carioca e paulista.²⁰

Após as eleições de outubro, a violência também alcançou o seu diretor, que havia sido anteriormente demitido do cargo de promotor público:²¹ “Fui agredido em plena rua pela polícia armada. Estamos sem garantias, pesando graves ameaças principalmente contra nosso jornal, razão pela qual somos forçados interromper sua circulação, provisoriamente. Joaquim Rosa”²²

Em suas memórias, Rosa detalhou o evento: “numa tarde de novembro daquele ano [1934] seu diretor [do *Ipamerí*] foi cercado

¹⁷ Cf. *Ipamerí*, Ipameri-Goiaz, 03 de agosto de 1934.

¹⁸ MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Op. Cit.*, 2013, p. 474.

¹⁹ “Quando já em impressão sua edição de 3 de junho, o ‘Ipamerí’ foi ciente pelo encarregado da censura, não lhe ser permitido divulgar determinadas matérias contidas na sua primeira página. Em consequência, não podendo mais substituí-las e, acima deste motivo, num protesto contra a mordada que lhe vem sendo imposta de maneira revoltante pelo interventor Pedro Ludovico responsável por mais esse atentado contra a liberdade de pensamento em Goiaz, o ‘Ipamerí’ não circulou no dia 3 de junho.” In: *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 04 de junho de 1934.

²⁰ “Por motivo de força maior, que oportunamente explicaremos, deixamos de transcrever nesta folha, vários editoriais da imprensa carioca e paulista, em torno da política de Goiaz.” In: *Ipamerí*, Ipameri-Goiaz, 11 de fevereiro de 1934.

²¹ “Dr. Antunes Maciel, ministro da Justiça. Comunico a v. exa. a minha demissão do cargo de promotor público, cargo que procurei exercer, sempre, com dignidade, demissão que devo somente porque venho combatendo lealmente os grandes erros políticos e administrativos do interventor Pedro Ludovico. Minha demissão representa mais um ato de extrema prepotência da parte do interventor que está reeditando em Goiaz os antigos processos bárbaros de compressão dos adversários contra os quais peço vênica para protestar perante v. ex. Atenciosas saudações. Joaquim Rosa.” In: *Ipamerí*, Ipameri-Goiaz, 08 de abril de 1934.

²² Cf. *A Coligação*, Goyaz, 11 de novembro de 1934.

na rua por três trabucos empunhados por três soldados da polícia, com ordem de desarmá-lo ou matá-lo.”²³ Em seguida, instado a comparecer à Delegacia, ele resolveu abandonar o estado, regressando apenas um ano depois.

Nesse quadro, a associação entre o *Ipamerí* e *O Estado de Goyaz* restava inevitável: “REGIME DE VIOLÊNCIAS! Depois do *Estado de Goyaz*, o bravo e intrépido *Ipamerí* é forçado a suspender sua circulação – Em cena a polícia! [destaques do texto]”;²⁴ enfatizou a manchete de *A Coligação*, órgão da Coligação Libertadora. “Goyaz em tempo algum assistiu a tantas violências e a tantas misérias contra a imprensa!”, completou o hebdomadário da frente única.

Em Anápolis, o *script* não teve grande alteração. Redatoriado pelo ex-prefeito João Luiz de Oliveira, exonerado por acompanhar Vellasco, *A Luta* catalogava em sua trajetória, iniciada em 1930,²⁵ várias anotações de censura na etapa pré-constitucional, razão pela qual acabou vinculada às experiências aludidas: “Depois de ter asfixiado sob o guante de uma censura brutal os jornais *Ipamerí* e *Estado de Goyaz*, o interventor goiano, acaba de expedir ordens, agora, para o semanário *A Luta*, que se publica em Anápolis, tenha a censura policial integrada em sua organização.”²⁶

A situação revoltou bastante o redator da folha anapolina: “O censor analfabeto, erigido em dócil instrumento da agonizante saparia que coaxa em torno da Casa Chata, ameaçou-me com prisão e com o xadrez da cadeia pública, em companhia de criminosos comuns, caso continuasse a criticar atos políticos e administrativos do atual interventor goiano. Saudações. João Luiz.”²⁷ Um pedido de

²³ ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 166.

²⁴ Cf. *A Coligação*, Goyaz, 11 de novembro de 1934.

²⁵ “Completo o seu 4º aniversário de vida dedicada aos interesses de Anápolis, *A Luta* vibrante semanário que se edita naquela importante cidade goiana.” In: *Ipamerí*, Ipameri-Goiaz, 15 de abril de 1934.

²⁶ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 14 de maio de 1934.

²⁷ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 23 de maio de 1934.

liberdade ao periódico chegou a ser encaminhado ao ministro da Justiça.²⁸

Após as eleições de outubro, por motivos desconhecidos, *A Luta* igualmente deixou de circular, reaparecendo dois anos depois com outra postura.²⁹

Em Pirenópolis, o despreparo do censor produziu uma insólita decisão na edição nº 70 do jornal *Pirineus*: “Sensurado” em 14 de julho de 1934. Matias Corrêa da Silva, Delegado de Pulisça.³⁰ A precária ortografia se transformou em troça: “Os interessados fizeram reconhecer a letra e a firma dessa declaração, a fim de que ficasse perfeitamente legitimado esse surpreendente documento de uma época em que o sr. Pedro Ludovico era interventor em Goiaz e os indivíduos analfabetos por ele feitos censores da imprensa.”³¹

Depreendem-se facilmente dos relatos supra que os correli-gionários de Domingos Vellasco foram vítimas do arrolhamento da imprensa após o dissídio. Inobstante, quando secretário de Segurança Pública (1930-1932), Vellasco experimentou o papel de algoz da propaganda oposicionista: “o jornal triangulino invectiva o Secretário da Segurança por ter proibido a publicação do jornal *Democrata*. Isso não é verdade.(...) Disse-lhe então o sr. Domingos Vellasco que S.S. aguardasse o período pré-eleitoral para fazer política, visto que o momento não comportava agitações partidárias.”³² No futuro, ele

²⁸ OLIVEIRA, João Luiz de. A pedidos. *A Tribuna*, Uberlândia, 20 de maio de 1934.

²⁹ Voltou a circular em dezembro de 1936 com uma postura certamente bem mais dócil ao governo: “Reapareceu, na cidade de Annapolis, Goyaz, onde veio a lume, o periódico ‘A Lucta’, sob a direção do sr. A. G. Pinto, seu fundador. Dedicado sempre na peleja de servir o traço contra a ganância do forte, ‘A Lucta’ volta hoje animada dos mesmos ideais de combate aos ‘avanços’ do nosso regime, geralmente ávidos por transformações que melhor os adapte. Ao velho colega, nossas felicitações e votos de êxito na realização do seu ideal.” In: *Estado de Goyaz*, Uberlândia (Minas), 13 de dezembro de 1936.

³⁰ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 31 de julho de 1934.

³¹ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 31 de julho de 1934.

³² Cf. *Voz do Povo*, Goyaz, 20 de março de 1931.

negaria qualquer violação desse jaez, jogando a culpa exclusivamente no colo do interventor.³³

A propósito, *O Democrata*, que regularmente publica-se seus números desde 1917, após a Revolução de 1930 viu-se compelido a paralisar sua tipografia, ressurgindo somente em agosto de 1934 com o novo nome de *A Colligação*. Nesses quase quatro anos, registre-se, inexistiu imprensa oposicionista ou independente na antiga capital.

“Talvez não tenhamos tantas fontes [no período pós-1930] porque a repressão aos oposicionistas do regime, principalmente a partir de 1937, tenha sido mais incisiva do que fora antes de 1930,”³⁴ detectara anteriormente a historiografia.

As fontes compulsadas revelam que o caiadismo, apesar de constantemente envolto em denúncias de despotismo e violência, suportou mais tolerantemente as críticas do que o ludoviquismo. “[No ciclo caiadista] Não havia censura à imprensa, é certo (a censura foi inaugurada no período ludoviquiano),”³⁵ testemunhou Joaquim Rosa.

Segundo o depoimento de Joaquim Carvalho Ferreira, o oligarca Antônio Ramos Caiado teria advertido seus correligionários que aspiravam empastelar a *Voz do Povo* nos seguintes termos: “Não o tentem, pois irei para a redação desse jornal defender de armas em punho, se necessário, o direito que a Constituição lhes assegura.”³⁶

“O que se passa, atualmente, em Goiaz, com relação à imprensa, é uma verdadeira retratação de todas as acusações que se fizeram

³³ “O dr. César de Bastos dirigiu uma carta ao interventor, pedindo-lhe permissão para reiniciar a publicação d’*O Democrata*, jornal do senador Caiado. O dr. Ludovico respondeu, por meu intermédio, ao dr. César de Bastos, declarando-lhe que julgava, naquele momento em que as paixões ainda estavam exacerbadas, prejudicial à ordem pública a circulação daquele jornal. Fui mero transmissor da resposta.” In: VELLASCO, Domingos Netto de. Os telegramas do deputado Caiado. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 06 de fevereiro de 1934.

³⁴ ARRAIS, Cristiano Pereria Alencar. *Identidade e cidades de fronteiras*: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p. 22.

³⁵ ROSA, Joaquim. Op. Cit., 1980, p. 15.

³⁶ FERREIRA, Joaquim Carvalho. Op. Cit., p. 113.

dos governos caiadistas, da época pré-revolucionária,”³⁷ afirmou o *Lavoura e Comercio* em maio de 1934. Incontinenti, prosseguiu seu desagravo ao caiadismo: “Nenhuma violência foi praticada contra ela [*Voz do Povo*]. Agora, (...) a imprensa de Goiaz está amordaçada, tolhida de suas menores manifestações e só podendo divulgar aquilo que agrada aos Zeus-mirim.”

A mais dura repreensão ao ludoviquismo talvez tenha saído da pena de Francisco de Britto:

Já se tornou proverbial a ojeriza do sr. Pedro Ludovico Teixeira pela imprensa independente. O interventor goiano não tolera críticas, ainda as mais suaves. Nesse particular a sua sensibilidade é igual à sensibilidade de um nervo de dente de mulher histérica. Se o jornal o critica, está ao alcance de sua mão, esgana-o. É o que tem feito com o *Estado de Goyaz*, um dos poucos jornais goianos que jamais se deram em holocausto à sabujice. Entretanto ninguém mais do que o sr. Pedro Ludovico gritou contra a tirania, contra a prepotência, contra a mentira das urnas, contra todas as formas de escravização política. Embriagado da cachaça liberal inúmeras vezes o “apóstolo do sudoeste”, o “Tiradentes goiano”, o “homem de Heine” alçou a voz e serviu-se da imprensa independente para exigir respeito às liberdades públicas. E ninguém jamais o impediu de falar e de escrever, embora às vezes com violência. Guindado ao poder por uma revolução, olvidou o passado, abjurou a doutrina que defendeu.³⁸

Em 1931, a gana repressora ao livre pensar atravessou o rio Paranaíba, calando *A Tribuna*, de Uberlândia: “Por ordem do dr.

³⁷ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 23 de maio de 1934.

³⁸ BRITTO, Francisco de. O vilão e a vara. Recorte de jornal possivelmente publicado em 22 de maio de 1934. In: CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 126.

Gustavo Capanema e de acordo com circular do sr. ministro da Justiça, foi ontem iniciada nesta redação a censura dos assuntos que teríamos de publicar sobre a administração de Goiás, do que devem ficar bem inteirados os nossos amigos de além Paranaíba!”³⁹

“O fato é virgem em Minas,” vociferou o jornalista Agenor Paes. Na semana seguinte, *A Tribuna* listou sete artigos⁴⁰ censurados pela polícia. Para dar publicidade ao que se proibia, veio à luz o opúsculo *Goyaz Tétrico*,⁴¹ “obra de Agenor Paes”, segundo um articulista.⁴²

O episódio que envolvia a folha uberlandense foi esclarecido por Joaquim Rosa: “Velasco, a meu pedido e de Caramuru, trançara os pauzinhos no Rio de Janeiro, com os homens do Clube 3 de Outubro e *A Tribuna* foi sumariamente entupida. Mais tarde o Ipameri pagaria com língua de palmo o pedido feito a Velasco.”⁴³

Os choques com a imprensa do Triângulo mineiro não pararam por aí. Em 1934, o *Lavoura e Comercio* deu ampla cobertura aos acontecimentos da oposição goiana. Indignado com uma notícia veiculada, o interventor de Goiás em 17 de fevereiro telegrafou ao redator Odorico Costa: “Tudo tolerarei de sua pena venal, menos ataques caluniosos à honestidade de minha administração. De uma forma ou de outra saberei repelir a afronta contida no *Lavoura e Comercio* de 13 do corrente. Pedro Ludovico”.⁴⁴

“Seu assombroso telegrama demonstra que você quer estender violências até a banda de cá do Paranaíba. Suas ameaças que

³⁹ Cf. *A Tribuna*, Uberlândia, 10 de agosto de 1931.

⁴⁰ São eles: “Anarchia em Goyaz”; “O secretário sr. José Honorato recebeu o bilhete azul”; “Os cambalachos sobre a presidência de Goyaz”; “Carta de Pires do Rio”; “As nerinas e os bônus”; “Aqui del-Rei”; “A actuação do Juiz Mário na política”. In: *A Tribuna*, Uberlândia, 15 de agosto de 1931.

⁴¹ SILVA FILHO & Cia. *Goiás Tétrico*. [S.l.:s.n.], 1931.

⁴² CARVALHO, Antônio Ribeiro de. “Goyaz tétrico”, obra de Agenor Paes. *O Liberal*, Jatahy, Sudoeste Goyano, 21 de fevereiro de 1932, p. 04.

⁴³ ROSA, Joaquim. *Op. Cit.*, 1974, p. 190.

⁴⁴ COSTA, Odorico. O telegrama do interventor goiano. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 19 de fevereiro de 1934.

poderiam influenciar ingênuos e analfabetos não me intimidam. De uma forma ou de outra sei me defender,” respondeu Odorico Costa no dia seguinte.

A despeito da resposta, sentindo-se ameaçado, Odorico solicitou providências na capital federal ao aliado Domingos Vellasco, no que o carioca *Diário de Notícias* recomendou: “Que providências? Só há uma: não ponha os pés em Goiás.”⁴⁵

Mesmo diante das referidas ocorrências, cumpre assinalar que, apesar de alguma relutância, entre julho (Constituição) e outubro (eleição) de 1934, seis jornais oposicionistas⁴⁶ circularam ininterruptamente em Goiás. Como nem antes e nem depois destes três meses se registraram tantos periódicos antigovernistas no primeiro consulado ludoviquista, pode-se afirmar que o período representa a (curta) fase de ouro da liberdade de imprensa no estado durante a década de 1930.

Curta porque, após a eleição, dos seis jornais, apenas *A Coligação* permaneceu em atividade, talvez por ser dirigida pelo deputado estadual eleito Alfredo Nasser. Em março de 1936, entretanto, até o órgão da Coligação Libertadora dobrou-se à compressão do estado de guerra.

“Está enchendo as medidas... e em último caso a lei de imprensa falará,”⁴⁷ advertiu o *Correio Oficial* de 21 de fevereiro de 1936. A ameaça, destacada em manchete, tinha alvo certo: “no caso da *A Coligação*, a crítica já vai ultrapassando as raias do admissível; e, contra os jornais que não observam a ética periodista, parece-nos que há leis coercitivas...”

⁴⁵ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 28 de fevereiro de 1934.

⁴⁶ “Há, atualmente, em Goiás, nada menos de 6 jornais oposicionistas, sinal evidente da sublimidade de nossa causa e da ansiedade do nosso povo por um Goiás livre, forte e grande. Antes assim.” In: *A Luta*, Anápolis-Goiás, 01 de setembro de 1934.

⁴⁷ Cf. *Correio Oficial*, Goiás, 21 de fevereiro de 1936.

Em resposta, Alfredo Nasser escreveu o artigo “A ameaça oficial”,⁴⁸ ao afirmar não temer represálias. Malgrado o arroubo, a edição seguinte de nº 53, datada de 18 de março, representou o derradeiro número de *A Colligação*. De fato as medidas haviam se enchido.

Em abril, jagunços tentaram executar um atentado contra Nasser,⁴⁹ o que lhe gerou manifestações de solidariedade.⁵⁰ Ao noticiar o episódio, *O Estado de Goyaz*, de Uberlândia, não titubeou em responsabilizar Pedro Ludovico: “Nenhuma surpresa nos causou a narrativa acima. Do actual governador de Goyaz, sempre esperamos por coisas dessa natureza. Não vai muito longe a data em que experimentamos a visita da jagunçada em nossa tenda de trabalho.”⁵¹

De acordo com Alfredo Nasser, foi a decretação do estado de guerra,⁵² que forçou o fechamento do periódico.⁵³ É fácil supor o pensamento: ora, se até a imunidade parlamentar do deputado federal Domingos Vellasco, chefe do Partido Libertador Goiano, e de mais quatro congressistas podia ser suspensa... As circunstâncias exigiam doravante cautela e prudência.

O estado de guerra, além de ensejar o fechamento de jornais, também freou o surgimento de novos, como aconteceu em Buriti Alegre: “Deverá aparecer nesta cidade, dentro de pouco tempo, um grande jornal que terá como diretores os srs. dr. Jalles M. de Siqueira, dr. Jacy de Assis, dr. João Affonso Borges e Francisco Britto.”⁵⁴ O anúncio não se concretizou.

⁴⁸ NASSER, Alfredo. A ameaça oficial. *A Colligação*, Goyaz, 06 de março de 1936.

⁴⁹ Cf. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 11 de abril de 1936.

⁵⁰ “Sabendo hoje do vergonhoso atentado contra a sua pessoa, mando-lhe o meu vibrante protesto e inteira solidariedade, contra mais esse desmando que demonstra a falta de hombridade dos dirigentes do nosso pobre Goiaz. Abraços. Jacy de Assis.” In: *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 18 de abril de 1936.

⁵¹ Cf. *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, 05 de abril de 1936.

⁵² Um rosário de medidas de exceção foram implementadas, bem mais rigorosas que o próprio estado de sítio. Nos estados, os governadores foram seus executores.

⁵³ NASSER, Alfredo. Jornal de Notícias. In: NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser: o líder não morreu*. 2ª ed. Goiânia: Líder, 1995, p. 71.

⁵⁴ BRITTO, Francisco de. De Buriti Alegre. *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, 23 de fevereiro de 1936.

Por fim, quatro dias após a edição nº 39, de 26 de abril de 1936, do jornal *Folha de Goiaz*, de propriedade do deputado dissidente Salomão de Faria, noticiar o rompimento entre Laudelino Gomes e Pedro Ludovico, o escrivão Walfrido Maia tornou-se censor do periódico:

Exmo. Sr. Director da *Folha de Goiaz*: Tenho a honra de communicar-lhe que, por Portaria nº 9 de 30 de abril pretérito, desta Delegacia Especial, fui designado para proceder a censura no jornal *Folha de Goiaz* do qual V. Excia. é seu mui digno Director. Côncio de que merecerei especial attenção de V. Excia., na exhibição dos artigos que devem ser submetidos aquella medida, hypotheco-lhe os meus protestos de elevado apreço e considerada deferência. Saudações cordiaes. Walfrido Campos Maia – escrivão da Delegacia Especial⁵⁵

Dois meses depois, o semanário comunicava sua interrupção: “Tendo a *Folha de Goiaz* completado hoje com o presente número o primeiro aniversário, resolveu o seu diretor, deputado Salomão Clementino de Faria, suspender, temporariamente, a sua circulação.”⁵⁶

⁵⁵ Cf. Ofício nº 79 da Delegacia Especial de Goiaz, datado de 08 de maio de 1936, assinado pelo escrivão Walfrido Campos Maia e endereçado ao diretor da *Folha de Goiaz*. Timbre da Delegacia Especial de Goiaz. Datilografado. Museu das Bandeiras.

⁵⁶ Cf. *Folha de Goiaz*, Goiaz, 28 de junho de 1936.

Análise literária da obra "MUSA INQUIETA" do escritor Weimar Muniz

*Abílio Wolney Aires Neto**

Tudo que é belo traz em si o sinete do espontâneo e do simples, o selo da universalidade no avançar à posteridade – um conceito de arte universal, nas palavras do autor, para quem toda arte verdadeira é uma manifestação da alma, para quem as formas só têm valor na razão que expressam o espírito interno do homem, certo que a beleza é o florescer da virtude.

Em si, a obra do esteta não poderia comportar imoralidade sem sair, por isso mesmo, do domínio da arte, que é o da serenidade, mesmo na pintura das paixões.

A verdadeira arte, com votos de universalidade, alheia aos seus naturais atributos – estética e ética, que se equivalem ao belo e ao bem, requesta o ritmo. A intuição e o intelecto relacionam-se com a percepção e o pensamento de uma forma um tanto complexa, porque não há como dissociar o corpo físico de sua essência – a alma – para que se tenha o homem integral.

É com essa sonoridade que o autor nos mergulha em suas páginas maviosas, no anelo dos que vieram do campo das idéias, porquanto existíamos lá, já dizia Platão, anotando Sócrates.

No triclinio da Renascença, os divãs são dispostos em volta da mesa dos poetas, bardos, menestrelis, ou da musa, inquieta

* Abílio Wolney Aires Neto é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 23.

no *carrefour* das luzes, como o fora a França no trânsito dos séculos medievais.

O mundo carece do pendor revolucionário na sede do Coração do Brasil, pátria egressa de todas as nações européias, sobretudo da velha França.

O neo-renascimento começa na pena fulgurante do nosso poeta inquieto, no recesso de uma mansarda aconchegante, decorada pela cultura de livros de toda ordem, onde bateia esta pérola, e que não sejam os seus últimos versos na viatura física.

A providência está a concedê-lo prazo indeterminado, pois sempre o encontrou a serviço do bem, da família e do próximo.

Depois, a genialidade lapidar de quase duas dezenas de livros paridos à humanidade do 3º milênio, sem modéstia o permitiria reescrever o verso de “mocidade e morte”, articulando com o poeta da liberdade:

*Eu sinto em mim o borbulhar do gênio,
Vejo além um futuro radiante:
Avante! — brada-me o talento n'álma
E o eco ao longe me repete — avante! —
O futuro... o futuro... no seu seio...
Entre louros e bênçãos dorme a glória!
Após — um nome do universo n'álma,
Um nome escrito no Panteon da história.*

Dessas mãos, caro colega Weimar Muniz, meu irmão de ideal, fluem “deduções de ordem filosófica, transcendental, sem descurar das induções de natureza científica”, nada obstante a sua postura franciscana.

Os fatores poéticos, que sofreram influência, ao longo de mais de cinco décadas, assumidamente o fazem medrar no estilo romântico-parnasiano, algo condoreiro, embora desprendido

de qualquer escola literária, dado o estilo próprio, inconfundível, como se percebe.

Assumidamente, “o estilo é o homem”, já dizia Buffon, e nesse passo defluem a sua espontaneidade, conteúdo e ritmo, sem prescindir das rimas, a maioria ricas na retórica e no conteúdo.

Em versos brancos, belos como os líricos, faz parelha com José de Alencar e Fagundes Varela, cada qual no seu tempo e estilo, assim como o astro, devorado “pelo temporal da noite”, “dormindo no infinito seio do Criador dos seres!”.

Arroubos d'alma, em Vicente Carvalho:

*Tange o sino, tange, numa voz de choro,
Nuna voz de choro... tão desconsolado...
No caixão dourado, como em berço de ouro,
Pequenino, levam-te dormindo.. Acorda!
[...]*

Oração, em Missal, de Cruz e Souza:

“Sol, rei astral, deus dos sidéreos Azuis, que fazem cantar de luz os prados verdes[...] Lá do alto, zimbório catedralesco de onde refulge e triunfas, ouve esta Oração que te consagro neste branco Missal da excelsa Religião da Arte, esmaltado no marfim ebúrneo das iluminuras do Pensamento...”

A nossa estrela de 5ª grandeza, que de tão pequena orbita Alcione, estrela alfa da constelação do Touro, na escumilha das Plêiades, viajando num dossel de sistemas, ambientando-se num Universo possivelmente ainda restrito às lente míopes da Terra, nas objetivas do Monte Palomar ou nos observatórios astronômicos do deserto do Atacama, ampliadas pelo Hubble em órbita da terra há quase 30 anos.

Sol que galopa num sendal de estrelas dentro da *Via Láctea*, contando aos bilhões no bojo central da galáxia, que não passa de mais uma dentre outras centenas de milhões, quando *apaga-se o dia e acende o firmamento*. Como o diria o poeta da liberdade:

“Poeira que dorme no chão do firmamento...”

Oh, sistema solar! Tu que mergulhas todo na camada de fótons de outro sistema, viagem interestelar em périplos de 25.000 anos, ambientando-se no magnetismo da “...*Transição Planetária*”, constante de um dos livros do mesmo autor, perífrase do nome completo em se ostenta ao final desta Tese.

Por oportuno, ao falar das estrelas e das galáxias, a frase do autor tem muito a ver, quando diz:

“Porque a arte dos homens haverá de refletir, forçosamente, com relativa imperfeição, a música dos astros”.

Esse “momento histórico, de revisão energética, holística e quântica” de mudanças sociais e políticas na *Pátria do Cruzeiro*, com reflexos inevitáveis na poesia e na música, um novo cinzel nas mãos do esteta, um renascer das cinzas da civilização secularizada, ao vencer a ambição, a concorrência ilusória num mundo competitivo e não cooperativo, é e será, sem dúvida, uma *mutatio* intelectual.

Assume o autor os peregrinos atributos da poética, que escondem sensibilidade, sentimento e cadência. Há nele alguma feição machadiana e os pendores de Humberto de Campos, onde se destacam os cardeais atributos da Arte, na sinfônica musicalidade dessas irmãs entrelaçadas: música e poesia.

Weimar enfeixa um festival de grandes poetas da língua portuguesa, agregados de lusitanos como Antero de Quental, João de Deus e Fernando Pessoa, em cantantes poemas de vates imortais.

Afrontar séculos vindouros com uma literatura de cunho universalista, quando as coletividades humanas vivem, em todas as nações, a transição do mundo no campo das artes, das concepções

do espírito, quando recrudescem o materialismo e o apego às coisas transitórias do mundo, lembra o autor, lembrando as benesses que nos qualificam ou acúleos ferinos e os frutos amargos da semeadura ruim. Pois é no terreno das artes e da beleza da literatura que exsurgem a música e a poesia inspiradoras do panteão grego, na musa de Euterpe.

Desafia-nos a evidente decadência moral no dealbar do 3º milênio.

“Como natural reação, num ambiente tão adverso, a literatura, que traduz, no campo da arte, da concepção do espírito, o pensamento e o sentir das coletividades de todas as nações do orbe, não tem como fugir a tão indesejados efeitos!”, assevera o autor.

O mundo carece de assuntos humanísticos e de musicalidade que encantem. Virgílio, Homero, não usavam rima, embora Virgílio tenha assonância admiráveis, como lembra o autor. Poemas épicos, de lirismo, forma e beleza em belíssimos decassílabos, como em “Os Lusíadas”.

O autor faz-nos lembrar o visionário da ilha de Patmos: vê no signo do horizonte um mundo em transição global, convulsões geológicas, o parto de uma nova ordem mundial, novos paradigmas em todas as atividades humanas, mormente no campo da arte, literatura, poesia e música – essas irmãs de mãos dadas, uma nova Renascença em todas as atividades humanas.

Verbera o “modernismo na literatura, e nos demais setores da arte como efeito de uma sociedade que terá de mudar de rumo, em adoção à Lei de Progresso, em todo o Universo, a que todos, sem exceção, estamos sujeitos” e nesse parto de idéias forma um arquipélago de poemas, arrojando mar a dentro em correntes significantes no espaço das artes, expungindo a literatura dos trovadores dos seus tradicionais e exemplares atributos.

Em “Sentimentos do Senhor”, o mestre vê, em cada rosto macerado, um diamante em hibernação e, no vocativo da sua “Prece ao

Criador” agradece pela inteligência, pela temperança e, ainda, pela crença com que foi contemplado.

“Vestida de Luz” é a mulher do seu amor, par da sua existência, alma gêmea de sua alma, sentida como o frescor da sutil brisa marítima, o perfume das rosas mais rubras, o sabor do néctar mais imponderável da Natureza.

Em suas “Reflexões”, vê de outro lado a perspectiva do Além, quando ressalta que “...a vida não seria de se querer vivê-la, se não fora a individualidade da alma”, em verdadeira “ascensão anímica”, como instrumentação do progresso nessa ascese espiritual, ao colimar “a eternidade” que jaz no inconsciente de cada um.

“Fé” robusta não se improvisa. Adquire-se com o tempo e com a experiência. Mais que se perceber seguro é sentir-se seguro – afirma o autor, que em “Confrontos”, lança o repto de suas indagações: “Por que, à medida que o corpo enfraquece a alma se fortalece?” E faz uma “Ponderação”: “Sejam quais sejam as dores, os obstáculos, quais sejam, só se deve agradecer ao mar os que pelejam”; “os “Andrajos” resignados na Terra, constituem, às vezes, luzes brilhantes no Céu!”

Respinga Cruz e Sousa:

*“Vai! Sonhador das nobres reverências!
A alma de fé tem dessas florescências,
mesmo da morte ressuscita e brilha!”*

Na poemática do crepúsculo de uma era que transita para a retomada do esteta, fulge na vésper solitária desse entardecer a mesma d'alva do amanhecer em “versos brancos”, sem agredir o que se tem conquistado, até hoje, na literatura pátria”.

Uma cascata de sonoridade lírica inaugura a 4ª parte da obra em versos maviosos:

*Oh! Alma branda, “gêmea de minh’alma”,
excelsa palma deste ser que existe;
que lutar me anima contra o egoísmo,
embora o abismo que entre nós persiste...*

*Oh! Ser sensível, manso, o mais canoro,
que dos que adoro é um ser sem par...
Dos seres todos do Universo
é neste verso que eu a quero amar.
[...]*

Em seguida, uma ode às Cataratas do Iguaçu:

*Da nação, no sul és o estandarte,
dos rios de suas quedas és realza;
da paisagem, o engenho e arte
são todos o orgulho e a nobreza!*

*[...]
E vós, Tarobá, da palmeira erguida,
sacudi da torrente brava, a morte
e exibi ao mundo o belo porte!*

Em “Devassando o Interior”, canta, idealista:

*[...]
Como bravo corcel – em rude arpejo,
na íngreme subida, de ida e vinda,
é assim que me sinto e antevejo:
minh’alma iníqua e áspera inda!*

*Até quando o torvo caminhar,
e, ao lado da Lei, pugnar, subir,
as páramos sublimes conseguir?*

Em “Pesadelo Planetário”, a retórica imprecavativa:

[...]
*E, vós, vulcões, e tectônicas dormentes,
que viveis pesadelos permanentes,
quedai-vos ainda sem vos despertar,

até que possais, juntos – mar e ar,
dar início à necessária mutação,
que, na Terra, não será em vão!...*

Weimar Muniz ilustrou a magistratura goiana com uma carreira completa no primeiro grau. Em sua *Oração aos Moços*, Rui Barbosa destacava “a mais eminente das profissões, a que um homem se pode entregar neste mundo. Essa elevação o impressionava seriamente [...], porque a ninguém importa mais do que à magistratura fugir do medo, esquivar humilhações, e não conhecer covardia. Todo o bom magistrado tem muito de heróico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão da outra justiça, assente, cá embaixo, na consciência das nações, e culminante, lá em cima, no juízo divino.

E obtempera o Águia de Haia:

Nem receeis soberanias da terra: nem a do povo, nem a do poder. O povo é uma torrente, que rara vez se não deixa conter pelas ações magnânimas. A intrepidez do juiz, como a bravura do soldado, o arrebatam e fascinam. Os governos investem contra a justiça, provocam e desrespeitam os tribunais; mas, por mais que lhes espumem contra as sentenças, quando justas, não terão, por muito tempo, a cabeça erguida em ameaça ou desobediência diante dos magistrados, que os enfrentem com dignidade e firmeza.

Entre Dois Amores, inquietou-se o autor em um belo soneto, de que peço vênica para ostentar apenas um fragmento, onde explica

o escalão da existência, quando terminou a carreira da magistratura e inaugurou o caminho de outra sementeira:

[..]

*Oh, Bela, como te amei – oh, Diana!
De um doce amor, que sempre dura,
Por ti, oh, Excelsa Magistratura!...*

*Ao deixar-te, porém, Soberana,
Busquei outra amante, com ardor:
– a Boa Nova – o Consolador!*

A renúncia a uma cadeira de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado foi uma espécie de “Preparar para a volta inevitável, que se dará, Deus sabe a hora e o dia, no cântico “Corpo e Alma”. Entesourou do que foi sabedoria, no alforje de bens, que se irradiava!

Qual menestrel, em recital de noite alta, volta a encantar a sua amada, qual serenata, despejando “pétalas acetinadas” ao pé da janela:

[..]

*Tu és a pétala acetinada
das flores mais sutis do meu jardim!
Os olores rescendem para mim
o mais doce perfume da balada!*

*Se vem a Primavera, em florada,
com tufos de arbustos, em cetim,
que me envolvem, sensíveis, enfim...,
transfundem-me o teu odor, amada!*

[...]

*É assim que, com mais pura e lúcida
fé, rogo que a rosa que fenece,
amar-te em consiga sem faná-la!...*

É como o sentir no diapasão em soneto com Gonçalves Crespo:

*Não tardes, flor; a aldeia nos espera,
Chovem aromas dos folhudos ramos:
Suspensas do meu braço, eia! Partamos!
Olha-nos Deus da cristalina esfera.*

*Nas manhãs da passada primavera
Com que delícia nos amamos!
Iremos ver os nomes que traçamos
No rude tronco em que se enlaça a hera.
[...]*

O autor é um trabalhador da Seara do Bem. Eis o poema que lhe retrata o ideal, neste fragmento:

*Ah! Senhor! se tu soubesses quanta saudade,
desde quando tu partiste, há dois mil anos, quase...*

*Se tu soubesses, Senhor, quantos organismos internacionais
se criaram, com o intuito de preservar, em vão, os direitos
da humana criatura...*

[...]

*Se tu soubesses, Senhor, quantas guerras mundiais e parciais
se fizeram, com o intuito de preservar, em vão, os direitos
da humana criatura...*

[...]

*Mas, tu sabes de tudo isso, Senhor,
eu sei!...*

No campo da Arte, relativamente à música, brada o poeta:

*Oh, música,
que purifica.*

Bacia hidrográfica de águas emendadas

*Martiniano J. Silva**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Mineiros situa-se na Mesorregião Sul Goiana, Microrregião Sudoeste de Goiás, tendo como municípios limítrofes, Jataí, Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Serranópolis, Chapadão do Céu, Perolândia, Caiapônia, Doverlândia, Alto Taquari (MT), Alto Araguaia (MT), Ponte Branca (MT) e Costa Rica (MS). Distante 420 km de Goiânia, capital; apresenta as características geográficas: área 9038,769 km², população, estimativa: 62.750 habitantes; densidade demográfica, 6,94 km², altitude 770m, clima equatorial, fuso horário UTC-3; exibindo indicadores, nem sempre justos: IDH-M 0,78, PIB R\$ 1.059.047 Mil reais, PIB per capita R\$ 15.995.60 reais.

O município é cheio de privilégios: portal de entrada do Parque Nacional das Emas, Patrimônio Natural da Humanidade (2001); altitude de beleza irretocável na Serra dos Caiapós onde nasce o rio Araguaia, em altitude de 850 metros; sede da região do Pinga-Fogo, berço misterioso da Pedra Aparada; sede das lendas da Pedra Aparada e do Rancho do Homem Seco, no Parque Nacional das Emas. E, dentre outros, o de ser o chão de duas bacias hidrográficas de águas emendadas: a Amazônica, por meio do rio Araguaia, correndo para o Norte, embora esteja dentro da bacia fluvial e geológica do Paraná, para onde atrevidamente avançou, fazendo divisas e criando águas emendadas, mostrando, por incrível que pareça, que o rio cresce para cima, para onde nasce; e a do Paraná, invadida pela primeira, a

* Martiniano José da Silva é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 18.

correr para o Sul. De tão ricas de água, quando não se encontram e se beijam na superfície, como no córrego homônimo, limitando Mineiros de Portelândia, correndo para o Diamantino e rio Verdinho, sem omitir o que liga o rio Verdinho ao Babilônia, emendam-se de certo no subsolo ou subterrâneo, no aquífero Guarani, responsável por nascentes como as do rio Araguaia, rio Verde, Formoso, Jacuba e outros, sem esquecer os milhares dos córregos e ribeirões, totalizando aproximadamente seis mil nascentes no município, estando comprovadas 5.494 delas, pelos nomes ou sinais simbólicos inseridos num Mapa Hidrológico, trabalho técnico da Oréades.

Vale dizer, assim, que Mineiros está localizado num singular divisor de águas que passa todo o Estado de Goiás e o Distrito Federal, formando uma rede hidrográfica que passa pelo Município, Caiapônia, Paraúna, São Luiz de Montes Belos, Anápolis, até o Distrito Federal, território onde se situam os rios que abastecem as duas grandes bacias sul-americanas (Bacia Amazônica e Bacia do Prata), destacando-se como principais rios “mineienses”: Araguaia, Babilônia, Salto, Diamantino, Matrinchã, Verde, Formoso e Jacuba, com exceção dos dois últimos, já bastante assoreados, para não dizer mutilados.

O rio Araguaia nasce próximo ao Parque Nacional das Emas, na divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, divisando também, bem distante, numa extensão total de 2.115 km até desaguar no rio Tocantins, entre os municípios de Esperantina (TO) e São João do Araguaia (PA), onde perde o seu bonito topônimo, também chamado Berocan ou coisa grande, e rio das araras, na linguagem indígena Carajá.

Nas nascentes do rio Araguaia é onde se situa o emblemático encontro dos três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), exatamente na velha nascente chamada Cabeceira da Esquerda, posteriormente considerada nascente principal do rio, com a denominação nascente A, na qual o Serviço Cartográfico do Exército, por ordem do Supremo Tribunal Federal em ação declaratória entre Estados, fixou marco divisório definitivo dos três estados do Centro-Oeste.

O rio Babilônia tem sua nascente próxima à nascente do ribeirão Monte Alto. Antes de desaguar do Araguaia, corta todo o município de Santa Rita do Araguaia, chamado antigamente de Santa Rita

dos Impossíveis e Ivapé ou “caminho das frutas”, na linguagem tupi (trechos históricos retirados do livro Parque das Emas, do escritor e historiador Martiniano José da Silva). Seus principais afluentes são os córregos Corrente e Empantanado (este faz divisa de Mineiros com Santa Rita do Araguaia).

Já o rio Diamantino é resultado do Indaiá e ribeirão Boa Vista, cujo principal afluente à margem direita é o rio Matrinchã, que faz divisa com o Município de Doverlândia. Essa micro bacia, juntamente com a do Salto, representa uma enorme região do município de Mineiros.

O rio Verde, também denominado Verdinho tem suas nascentes próximas do município de Portelândia e passa rumo ao sudeste pelo município de Mineiros, chegando até o município de Serranópolis, dividindo depois os municípios de Caçu e Itarumã, até desaguar no rio Paranaíba. Seus principais afluentes são, do lado esquerdo, os córregos Perdizes, Coqueiro e Pilões e pelo lado direito, os córregos Sucuri, Cedro, Capivara e Taquari e os ribeirões Monte Alto, Grande (São Pedro) e São Domingos.

Por fim, os rios Formoso e Jacuba têm sua origem no Parque Nacional das Emas, o primeiro na cabeceira alta e o segundo no extremo norte do parque. Bem à frente, os rios unem-se e formam o rio Corrente, que desemboca no rio Paranaíba, afluente do rio Paraná.

Em todas as cidades que estão na divisa de águas, é possível, como aqui em Mineiros, encontrar as veredas onde estão as nascentes que originam rios que despejam para dois lados opostos (norte e sul), denominação comum de “águas emendadas”. Se não bastasse a originalidade das “águas emendadas”, o Ribeirão Alegre, afluente do rio Verdinho, que nasce a noroeste da cidade, segundo Meco, tem o privilégio de correr numa “falha” geológica, separando duas formações da Bacia do Paraná: à direita, no lado da cidade, a chamada formação “Passa-2”, provavelmente desaparecida, nela estando a tal “Terezina”, dotada de certo sedimento diamantífero; à esquerda, a formação chamada Botucatu, onde se localiza o Aquífero do Guaraní, certamente exibindo solos arenosos, riquíssimos de água.

Finalmente, queria homenagear todos os tipos de vida. Mas como fazê-lo? De que jeito? Como escrevi alhures, com a água não

seria um bom motivo? Você sabia, por exemplo, que estamos numa esquina do mundo, chamada Centro-Oeste, onde as águas se abraçam, se beijam e vão embora para o norte e para o sul, judiadas, assoreadas? Pense nisso. Não esqueça.

Sim, a água, parte líquida do globo terrestre; água insultada, contaminada, dos despojos e das fossas sépticas, água da fonte exaurida, do corguinho, assoreada; do rio Paraná, infectada; do rio Uruguai, mórbida; do rio Paraguai, corrompida; do rio Verdinho, poluída; do rio Formoso, judiada; do rio Araguaia, maltratada; do Tocantins, formando o segundo maior lago artificial do mundo, secando o rio e as flores, mais viçosas.

Água mágica, cerimoniosa, água de Orixá, água de superfície, que era cristalina, insípida, inodora. Água de aquífero e de lençol freático, que também se contamina. Água fecunda, que recicla, reproduz e até reprograma a vida. Água benta, que purifica a alma. Água ungida e de socorro. Água fétida, que afugenta, injuriada. Injuriada e difamada pela “desinteligência” humana. Água potável e doce, já tão rara. Cadê a água da chuva, das fontes, dos rios, dos lagos? Cadê?

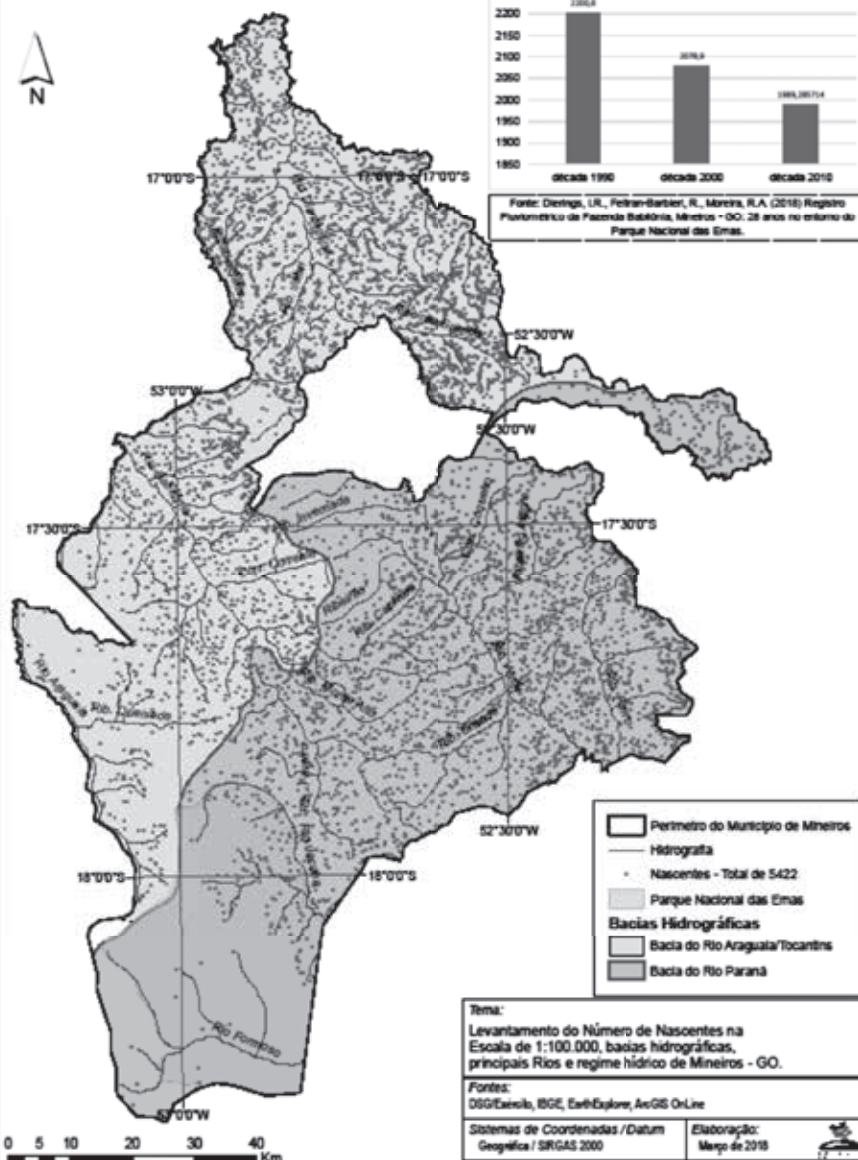
Cadê a água gostosa, de encher a boca, de moringa e de filtro? Cadê a do pote de barro, tão saudável, tão fria? E a de cacimba, que bebi na minha infância? Eu era menino. Era tão boa! Não seria a água a riqueza mais preciosa do futuro? Cadê essa água que já causou até guerra? Água que a Mãe-Terra, dissimula de precipitação: chuva, neve ou granizo? Cadê?

Eis aí, caro amigo, o componente inexorável da vida, pedindo socorro à nova ordem mundial globalizada, na qual aportará, por certo, um novo sistema ético, criando e unificando a paz no mundo.

Capítulo do livro: Mineiros: a cidade na História, a ser lançado pelo autor em breve.

Referência:

SILVA, Martiniano José da. – *Mineiros: e a cidade na história*. Inédito.

Δ 

Mulheres: sombras tênues da história? *

*Lena Castello Branco Ferreira de Freitas***

Na narrativa histórica tradicional, elaborada de perspectiva masculina, é limitado o espaço reservado à mulher: “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989). Com a disseminação dos estudos de História Social e História da Família, lentamente as mulheres deixam de ser perfis indistintos, vagas silhuetas mudas, prisioneiras de sua função reprodutiva e circunscritas ao espaço conjugal (HUBSCHER, 1988).

A tradição ibérica consagra, desde cedo, a ação corretora e repressiva do marido sobre o comportamento da esposa, dentro do quadro de subalternidade feminina. Manuais portugueses de casamento, datados do século XVII, assinalam que “coisas miúdas” da administração da casa não devem ocupar o pensamento masculino, sendo, todavia, “muito convenientes (...) para a mulher”. A esta, sobretudo às mais formosas, é recomendado “esconder-se em casa, cobrir o rosto e o corpo, silenciar (...) reprimir os sentidos, prevenir os desejos e cercear o prazer”. Para a mulher, “o melhor livro é a almofada e o bastidor”, devendo o homem precaver-se para que, em amando sua esposa, não perca por ela “a dignidade e a compostura”. E mais: é preciso que “o marido tenha as vezes de sol em sua casa, a mulher as de lua. Alumie com a luz que ele lhe der, e tenha também alguma claridade” (ALMEIDA, 1988/1989).

* Atualização de versão publicada in Fragmentos de Cultura: Goiânia, a. 8 n. 4, p. 987-1007.

** Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

A sociedade brasileira colonial em formação incluía elementos conflitantes de civilização e barbárie, cristianismo e paganismo, liberdade e escravidão. O choque entre as culturas ameríndias, africanas e europeias, em sua feição ibero-lusitana, estendeu-se por séculos, segundo condicionamentos divergentes, dentre os quais as peculiaridades do clima, do solo e do espaço geográfico, além da escravidão e miscigenação racial.

A violência estava presente na tensão bélica resultante do estado permanente de beligerância entre conquistadores e conquistados (PALACIN, 1981), bem como na injustiça intrínseca ao sistema escravista, inclusive nas relações entre senhores e escravos, permeando até mesmo o cotidiano familiar. Essa situação prevaleceu em todo o imenso território que viria a formar o Brasil, tanto no litoral, como no vasto interior.

O cristianismo, religião oficial do mundo português, condenava o relaxamento dos costumes, vale dizer, o adultério e a mancebia. Os códigos legais consagravam o marido como chefe da família, cabendo-lhe administrar, controlar, disciplinar e proteger a esposa, filhos, agregados, empregados e escravos (KUNESOF, 1989).

-X-X-X-X-

Na segunda metade do século XIX, tais regras subsistem, assim como permanece a reclusão feminina, herança de portugueses e árabes. Ao homem, cabem as iniciativas políticas, econômicas e sociais, bem como o intercâmbio com o mundo exterior; à mulher, competem as tarefas domésticas e o atendimento das obrigações religiosas, além dos contactos e cuidados com filhos, parentes, servos e escravos.

A rígida delimitação de papéis encontra prolongamento na duplicidade da moral sexual: pode o homem dar vazão a todos os

desejos e caprichos físicos; terá a mulher, como única liberdade, a de entregar-se ao marido, “toda vez que este estivesse disposto a procriar” (HUBSCHER, 1988).

De acordo com Mauro (1981), predominavam, no imaginário coletivo, dois tipos ideais de beleza feminina: “a pequena moça, do tipo quebradiço” e a “mulher gorda, mole, caseira, maternal”. Nos sobrados urbanos, medravam tipos doentios, corpos delicados e frágeis que exigiam cuidados médicos constantes. Dispondo de tempo livre, muitas mulheres cultivavam o ócio, o que estimulava o erotismo, sublimado “na ausência do macho” em preocupação excessiva com adornos e trajes complicados (ALMEIDA, 1988/1989).

Mulheres estrangeiras que estiveram no Brasil no século XIX, deixaram observações sobre as brasileiras, em especial sobre a educação que recebiam. Elisabeth Agassiz resumiu a impressão geral: “o nível de ensino dado nas escolas femininas [no Brasil] é pouquíssimo elevado”; e assinala que a aprendizagem estendia-se dos 7 aos 14 anos, quando “o casamento as espreita”. (IDEM). Outra visitante deplora a falta de disciplina e de controle emocional de suas jovens alunas. Uma francesa observa: “a brasileira não faz nada por si mesma, mas manda fazer”. E acrescenta que as senhoras “professam todas o maior desdém para quem quer que trabalhe” (IDEM)

-X-X-X-X-

Ainda de acordo com Almeida (1988/1989), após a Revolução Francesa, disseminaram-se ideias de valorização da infância e do papel da mãe, como educadora. Em consequência, foi reforçado o poder doméstico exercido pelas mulheres sobre filhos e servos. Nesse contexto, uma visitante europeia espanta-se com o tratamento dispensado pelas brasileiras aos escravos, desde a péssima alimentação - “nossos cães recusariam”, assinala - aos castigos corporais, às vezes

provocados por ciúmes. Assim é que, segundo conta, de uma mulher branca “de grandes olhos circundados de roxo”, ouvira confidências de ter sido maltratada pelo marido, uma vez que “as mulatas é que são aqui as verdadeiras senhoras” (Idem). De outra parte, a parisiense Toussaint-Sanson, que residiu durante algum tempo no Rio de Janeiro, registra que sua vizinha castigava as escravas com chicote “pela mais ligeira omissão, pela menor falta” (IDEM).

Castigos físicos exagerados não se constituíam em regra geral – até por motivo de zelo dos proprietários, para quem as peças compradas a peso de ouro constituíam-se em valioso patrimônio. As relações entre senhores e escravos, contudo, eram permeadas da violência própria da escravidão e presente até mesmo quando se caracterizava aparente brandura no trato.

A despersonalização do escravo como ser humano reduzia-o à condição de *res* (coisa), não lhe sendo reconhecidos direitos humanos e civis. Alguns parlamentares tentaram, sem sucesso, introduzir no Brasil o princípio do Direito Romano segundo o qual, resultando filhos da conjunção carnal entre senhor e escrava, mãe e filho seriam tidos por libertos³. Contrariando a “óbvia moralidade” desse princípio, acórdãos judiciais, invocando a Constituição do Império que garantia a propriedade em sua plenitude, decidiram que “na conjuntura indicada, a escrava mãe e os filhos do senhor deveriam continuar, todos, escravos dele!” (MORAES, 1986).

As leis brasileiras davam ao senhor o direito de castigar seus escravos, com ofensas físicas que iam dos bolos ao tronco, açoitamentos e mutilações que, às vezes, causavam a morte do supliciado (LEITE, 1988/1999). O Código Criminal do Império, de 1830, disciplinou a

³ Portugal decretou a libertação do ventre da escrava em 1773, mas essa determinação legal não se estendia às colônias. Em 1823, José Bonifácio redigiu projeto de lei, que foi apresentado à Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, prevendo a liberdade das escravas com as quais se amiassem os senhores, bem como a dos filhos resultantes dessas uniões. A proposição não foi aprovada.

aplicação de penalidades aos cativos (FILGUEIRAS, 1876); em 1835, foi instituída a pena de morte para os que matassem seus senhores, familiares e serviçais destes, ficando estabelecido que “a sentença condenatória se executará sem recurso algum”. Se fosse absolutória, o juiz poderia apelar *ex-officio* (PESSOA, 1899). Ficava previsto que, quando aplicada a escravos, a pena de galés seria mais severa do que a prescrita para pessoas livres, a fim de que se tornasse menos suportável ao condenado do que o cativeiro (HUBSCHER, 1988).

-X-X-X-X-

A década de 1870 trouxe grandes mudanças sociais, econômicas e culturais. Com o término da Guerra do Paraguai, “um bando de ideias novas” agitou o país, abalando crenças e valores. “De repente – diz Cruz Costa (1967) – a instabilidade de todas as coisas se mostrou”. Punha-se em dúvida a filosofia católica espiritualista e eclética; contestavam-se as instituições monárquicas; criticava-se o romantismo, com seus “doces, enganosos e encantadores cismares”. Progredia o espírito crítico, fundamentado no positivismo, no naturalismo e no evolucionismo.

Em consequência da decadência das lavouras tradicionais de açúcar, fumo e algodão, o eixo econômico deslocou-se do Nordeste e Norte para o Centro-Sul, onde se expandia a cafeicultura. A abolição legal do tráfico de escravos africanos, em 1850, liberara capitais que ensejaram os primeiros ensaios de aparelhamento técnico do País, com a construção de estradas de ferro, a implantação de linhas telegráficas e o funcionamento de manufaturas.

Vivia-se a idade de ouro do liberalismo. Os tradicionais partidos políticos do Império revezavam-se no poder, ao sabor de interesses e composições. O voto censitário limitava o número dos que exercitavam os direitos políticos. Em 1868, alijado do poder, o

Partido Liberal cindiu-se; um ano depois, progressistas e liberais históricos voltaram a unir-se e lançaram “Proclamação” que endossava os princípios doutrinários e o programa partidário: eleições diretas; limitação do poder do clero; independência do Poder Judiciário; reforma policial; extinção da Guarda Nacional e do recrutamento militar; emancipação gradual dos escravos.

Na Europa, a derrota imposta à França pelos prussianos desagou na Comuna de Paris e na Terceira República, que tiveram repercussão imediata no Brasil, com a disseminação de ideias liberais e republicanas. Até o final do século, o telefone, o fonógrafo, a eletricidade, a vacinação em massa trariam mudanças revolucionárias ao cotidiano das pessoas.

-X-X-X-X-

No Brasil, os liberais proclamavam-se arautos dos tempos modernos e pregavam reformas que servissem de antídoto à instabilidade social. A Lei do Ventre-Livre, de formulação liberal, mas aprovada no gabinete conservador de Rio Branco, pretendia estancar na fonte a escravidão e afastar o fantasma das insurreições de escravos que amedrontavam a sociedade, temerosa de que ocorressem revoltas como as que ensanguentaram a colônia francesa de São Domingos/Haiti (1791-1804).

De acordo com o censo de 1872, a população brasileira aproximava-se dos 10 milhões de habitantes, dos quais quinze por cento eram escravos. Minas Gerais e Bahia figuravam como as províncias mais populosas; dentre estas, o Maranhão ocupava o oitavo lugar (IBGE, 1979).

Essa província, que fora grande produtora de arroz e algodão, experimentava o desenvolvimento da agroindústria açucareira. A cana-de-açúcar cedo fora introduzida na região, mas somente em

meados do século XIX ganhara impulso no Maranhão, graças a incentivos governamentais (MEIRELES, 1980). Ao iniciar-se a década de 1870, havia 500 estabelecimentos fabris açucareiros na província, dois terços dos quais movidos a força hidráulica ou a vapor. A produção passou de 75 toneladas/ano, em 1860, para 10.600 toneladas, em 1876.

Tardiamente, surgiam no Maranhão os senhores de engenho: “eram a aristocracia da terra”, observa Carlos de Lima (1981). A atividade agrícola apoiava-se no braço escravo, sendo que “noventa por cento das famílias, mesmo as da Capital, viviam de seus cativos”. A escravidão negra, introduzida nos primeiros tempos da colonização, ampliara-se com a atuação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em 1872, essa província estava em terceiro lugar no país, na relação entre livres e escravos: para cada 100 habitantes, havia 20 cativos (LIMA, 1981).

-X-X-X-X-

A escravidão marcou profundamente a sociedade maranhense, como de resto a brasileira. Autores registram o elevado número de uniões ilícitas ali consumadas, entre senhores e escravas: “há brancos que preferem a amizade ilícita de uma mulata, negra ou índia ao mais ajustado casamento”, assevera Gayoso (apud LACROIX, 1982).

Tanto nas casas-grandes das fazendas, como nos solares de pedra-e-cal e nos sobrados urbanos, onde as famílias abastadas passavam a estação chuvosa, a roupagem da moralidade cristã encobria a realidade da “humana fragilidade”, eufemismo usado nos testamentos para encobrir adultérios e mancebias. Lacroix refere como “prática normal” os senhores reservarem “mucamas virgens para os filhos-família” se iniciarem. Via de regra as matronas fechavam os

olhos para os moleques de tez menos retinta, que proliferavam entre as senzalas e as salas de visita.

No Maranhão, assim como alhures, a escravidão deformava a personalidade de senhores e escravos. Nos primeiros, favorecia a arrogância, a insensibilidade ao sofrimento e à miséria, o amor ao ócio; nos segundos, incentivava a passividade e a dissimulação, quando não o ódio e a revolta, que se expressavam, às vezes, em agressões físicas.

São correntes as histórias de castigos cruéis infligidos a escravos por senhores maranhenses. Era tal a má fama destes que, em Pernambuco, tentava-se regenerar os rebeldes com a ameaça de vendê-los no Maranhão (LIMA, 1981). Abranches (1959) conta que certa senhora costumava mandar castigar os escravos enquanto rezava; quando acabava de recitar as cinquenta Ave-Marias do terço, completava-se também o limite de cinquenta vergastadas permitidas por lei e o castigo era suspenso.

A memória popular ludovicense aponta algumas damas da sociedade local como torturadoras de escravos, pelo que suas almas penadas continuariam a perambular por casarões e ruas da capital maranhense. Essa fabulação recorrente talvez traduza o malogro das expectativas da sociedade, relativamente à bondade e à leniência, tidas como próprias da condição feminina. Dentre todas, Anna Joaquina Jansen Pereira e Anna Rosa Vianna Ribeiro ocupam lugares de destaque na soturna galeria de mulheres que seaviavam seus escravos. Coincidentemente, ambas integravam famílias de projeção nos quadros locais do Partido Liberal.

-X-X-X-X-

No arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão encontra-se o processo criminal em que figura como ré Anna Rosa

Vianna Ribeiro⁴, acusada de homicídio em seu escravo Innocência, de 11 anos de idade. Celso de Magalhães e Francisco de Paula Magalhães Duarte - intelectuais de renome - atuaram, respectivamente, como promotor público e advogado de defesa. Anna Rosa foi pronunciada e submetida a júri popular. Ela era casada com Carlos Fernando Ribeiro, fazendeiro e político de grande prestígio e poder.

O caso teve enorme repercussão. Os jornais de São Luís acompanharam *pari passu* as diversas fases do processo. O *Diário do Maranhão*, abolicionista, transcreveu parte da matéria contida nos autos, bem como as peças oratórias apresentadas pela acusação e pela defesa. A leitura das notícias e documentos pertinentes ao julgamento permite conhecer as tensões e os conflitos vivenciados pelas personagens que neles transitam; possibilita conhecer, outrossim, o arcabouço mental da sociedade maranhense da década de 1870, quando aquela revoada de “ideias novas” adejava sobre o país e informava sua elite cultural e política.

-X-X-X-X-

Carlos Fernando Ribeiro era natural de Alcântara, cidade fronteira à São Luís e berço de muitas das mais tradicionais famílias da elite maranhense. De família rica, foi educado segundo orientação traçada por seu irmão, Antônio Onofre Ribeiro, de cuja casa de morada consta que as fechaduras das portas eram de prata (VIVEIROS, 1975).

Graduado em Direito na Faculdade de Olinda, Carlos Fernando Ribeiro prosseguiu estudos nos Estados Unidos, onde se formou em Medicina; em Filadélfia, estudou Agronomia no Yale College, visto como “cidadela do conservantismo” (TOURAINÉ, 1975).

⁴ Autos do processo criminal contra D. Anna Vianna Ribeiro. Morte. Innocência. 1877. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Os fatos e depoimentos citados no artigo foram extraídos dos autos. Nota da A.

Retornando à terra natal, fundou o Engenho Jirijó, situado perto de Alcântara. Considerado um dos mais importantes estabelecimentos açucareiros da província (MATTOS, 1866), esse engenho utilizava grande número de escravos e exigia a presença continuada do proprietário, sobretudo nos meses de safra.

Como membro destacado da aristocracia da terra, Carlos Ribeiro alternava as atividades de senhor de engenho e fazendeiro com o exercício de cargos públicos. Ocupou a Secretaria da Presidência da Província na administração de Joaquim Franco de Sá, seu conterrâneo, a quem sucedeu como presidente interino. Foi deputado à Assembléia Geral Legislativa do Estado e, por quase quarenta anos, chefe do Partido Liberal no Maranhão (NOGUEIRA, 1973). Ao ter início a Guerra do Paraguai, uniu-se aos homens de prol de Alcântara que arregimentaram e fardaram quatrocentos Voluntários da Pátria, sem ônus para os cofres públicos (VIVEIROS, 1975).

Casou-se com Anna Rosa Lamagner, que provinha de família abastada de Codó. Era o casal proprietário de diversas fazendas, sendo o nome do marido incluído nos róis dos “senhores de engenho de assucar” e dos “creadores de gado vacum e cavalar”, elaborados por Mattos (1866). Possuíam casas de residência em Alcântara e em São Luis, esta situada na Rua de São João; o imponente solar, ainda de pé, bem expressa as características da arquitetura luso-brasileira adaptada ao trópico (SILVA, 1986).

-X-X-X-X-

Anna Rosa nasceu na fazenda Quebra-Anzóis, no município de Codó (MA); seus irmãos são relacionados por Mattos como “lavradores de algodão e outros gêneros”. Parentes maternos e paternos - os Lamagner e os Vianna - integraram a magistratura, a Guarda Nacional, a Câmara Municipal e a Igreja Católica, em nível regional. Na capital maranhense, exerceram cargos administrativos e burocráticos de menor expressão (MATTOS, 1866).

Desconhece-se qual o grau da instrução formal recebida por Anna Rosa. Em São Luis, onde seus pais tinham casa de morada, havia diversas escolas femininas; em Codó, uma aula de primeiras letras atendia meninas. Dos autos do processo consta que ela “sabe ler e escrever”; entretanto, não assina seus depoimentos, dizendo não estar em condições de fazê-lo; outras pessoas assinam por ela.

O casal houve dois filhos: o mais velho, Carlos Fernando, veio ao mundo em 1853, quando o pai contava 38 anos e a mãe, 18; seguiu-se uma menina, que recebeu o nome de Francisca Isabel. À época da morte do escravinho Innocencio, ambos estavam em Paris, onde estudavam.

-X-X-X-X-

Innocencio fora comprado – juntamente com o irmão menor, Jacintho - por Carlos Fernando Ribeiro, que os deu à esposa, Anna Rosa; legalmente, porém, o marido, como cabeça do casal continuava proprietário dos meninos cativos.

Segundo o inquérito procedido inicialmente pela polícia e, em seguida, pela justiça, o cadáver de Innocencio fora levado ao cemitério para o sepultamento, com sinais de tortura “tão recentes que faziam convencer que elas tinham ocasionado a morte do dito menor”. Constando pela voz pública esse fato, determinou a autoridade policial que se procedesse a exame de corpo de delito, o qual concluiu ter o menino morrido em consequência de “sevícias e maus tratos”.

Com o fim de nominar o autor dos castigos “que deram a morte ao infeliz escravo”, fizeram-se inquirições e averiguações, as quais levaram à conclusão “da existência dos mais veementes indícios” de que tais barbaridades teriam sido infligidas “pela senhora do escravo morto, na ausência do seu marido, Dr. Carlos Fernando Ribeiro”.

-X-X-X-X-

Nos autos, depoimentos de 19 testemunhas patenteiam o *background* social e o perfil psicológico da acusada. Pessoas de diferentes classes sociais foram ouvidas: além do procurador de Carlos Ribeiro (o marido), o capelão do cemitério, militares, comerciantes de escravos e sócios da empresa funerária que fez o enterro.

Nas entrelinhas, é possível perceber uma rede de cumplicidade e acobertamento da ré, tecida por pessoas brancas e livres, mesmo diante de um crime de morte em criança indefesa – o que salta aos olhos na atitude dos renomados médicos que foram convocados, na primeira hora, para realizarem o exame de corpo de delito. Com efeito: esses facultativos furtaram-se ao trabalho, afinal desempenhado por dois médicos militares que não podiam eximir-se de fazê-lo.

Nascida da solidariedade entre pessoas da elite local e reforçada pelo receio de retaliações possíveis - dada a alta posição social e política do esposo da acusada - a recusa dos médicos foi providencial para que a defesa desenvolvesse sua argumentação sobre “falhas” do laudo pericial, produzido por profissionais considerados como de menor expressão.

Como permitido pelo Código Criminal do Império, também foram ouvidos, como informantes, escravos, jornaleiros⁵ e pretos forros, dentre os quais a mãe e a avó do escravinho.

-X-X-X-X-

No processo crime instaurado contra Anna Rosa, é indireta a presença do marido. Ausentara-se ele de São Luis, logo depois de comprar os irmãos Innocencio e Jacintho; a aquisição atendera a um pedido de Anna Rosa, que exigiu fosse incluída na escritura de compra uma cláusula (aliás legalmente inválida), segundo a qual os menores eram de sua exclusiva propriedade, deles podendo dispor livremente.

⁵ Jornaleiro: aquele que trabalha por jornada; o mesmo que diarista.

Não está claro nos autos o motivo de Carlos Ribeiro atender a essa exigência da esposa, até porque, antes de deixar a capital, ele tomou providências para que Anna Rosa não mais fosse servida por escravos: à exceção dos dois meninos, os serviçais de sua casa passaram a ser livres, alugados ou jornaleiros. Fica patente que o marido procurava coibir os desmandos da esposa, de quem se dizia que maltratava os escravos.

-X-X-X-X-

Eram conhecidas as suspeitas de que os dois moleques eram filhos de Carlos Ribeiro com Geminiana, que fora escrava de uma falecida prima de Ana Rosa. Por ocasião do inventário da patroa, a mãe dos meninos comprara a própria liberdade, pagando o preço de avaliação: um conto de réis. Como teria ela conseguido tão elevada quantia? Trabalhando como cozinheira nas horas vagas? Ou alguém lhe teria dado o dinheiro? Nessa hipótese, seria Carlos Ribeiro o doador e notório pai dos meninos? Durante o inquérito, a acusação indagava com insistência qual a cor da pele de Innocencio, com o objetivo de ressaltar sua possível mestiçagem. Testemunhas e informantes declararam, entretanto, que o menino é “preto retinto”.

Mesmo sendo o proprietário legal dos escravinhos, Carlos Ribeiro não foi chamado ao processo. Social e politicamente, não lhe terá sido fácil enfrentar o paradoxo que se patenteava entre seu proclamado credo liberal e a situação criada pela esposa. No âmbito pessoal e familiar, o drama vivenciado por ele parece mais pungente: seriam realmente seus filhos os escravinhos? Emocionalmente, qual terá sido sua reação ante o crime perpetrado pela mulher, a quem, não obstante, viu-se na obrigação de apoiar? Como socorrê-la, como marido e como médico, “sem perder a dignidade e a compostura”?

Com o evidente objetivo de resguardá-la, recebia Carlos Ribeiro pessoalmente as intimações enviadas a Anna Rosa pelas autoridades policiais e judiciárias, eximindo-a de fazê-lo por motivo de doença. Dois atestados médicos diagnosticaram que ela sofria de diabetes e hepatite subaguda, que a impediriam de sair de casa, onde permanecia acamada sob o efeito de “remédios enérgicos”.

-X-X-X-X-

São figuras femininas as personagens mais dramáticas dessa tragédia maranhense. Simplicia Maria da Conceição Teixeira Belfort – escrava forra que assumira o nome de família do ex-senhor – tinha 60 anos; era liberta, solteira e avó de Innocencio e Jacintho. Depondo como informante, diz que, quando soube que Carlos Ribeiro os comprara, foi à casa de Anna Rosa perguntar-lhe se pretendia ficar com eles ou se iria vendê-los. Quem lhe teria pedido para fazer essa sondagem? Alguém que estaria disposto a comprar os escravinhos? Carlos Fernando Ribeiro, o imputado pai dos meninos?

Relata a liberta que a senhora a recebeu “do melhor modo”, mas disse que não pretendia desfazer-se dos meninos. A avó passou a visitá-los regularmente, sempre levando um pão para cada um. Dias depois, ao chegar à casa da Rua de São João, foi atendida por um mulato que “lhe deu a porta na cara”, enquanto ouvia a voz de D. Anna Rosa reclamando que suas visitas “já estavam aborrecendo”. Em seguida, “muito zangada”, chamou um serviçal e mandou que pegasse um chicote e descesse para o quintal. Escondida em uma escada lateral, Simplicia ouviu “as estaladas do chicote” em Innocencio e depois em Jacintho; e foram tantas que “não pôde contá-las”.

Ainda de acordo com Simplicia, a cena repetiu-se no dia seguinte. Chorando, ela correu para o Quartel da Polícia, onde contou aos soldados o que estava acontecendo e foi aconselhada a falar com

o Chefe de Polícia. Depois de longa espera, viu-o chegar, encalorado. Aguardou que descansasse um pouco; em seguida, contou-lhe o sofrimento dos netos e pediu ajuda. Foi ouvida com atenção pela autoridade, que lhe sugeriu “ir-se despreocupada”, pois iria tomar providências. De fato: mandou chamar o procurador de Carlos Ribeiro na capital, para que advertisse Ana Rosa no sentido de que “se coibisse”. Com o objetivo de impedir os excessos da esposa, teria Carlos Ribeiro concordado com a interferência da autoridade? Estaria ele procurando contemporizar e assim evitar o trágico desenlace que se anunciava?

Passados alguns dias, Simplícia procurou um comerciante – fato confirmado por este em juízo – para empenhar uma roseta de ouro que possuía, a fim de comprar comida para os meninos, “que morriam de fome” em casa de D. Anna Rosa.

-X-X-X-X-

A mãe dos escravinhos, Geminiana, é também chamada a depor no processo. Declara que tem “de 30 a 40 anos”, é cozinheira e comprou sua liberdade naquele mesmo ano. Trabalhava como “jornaleira” (diarista); durante algum tempo, serviu na casa do cônsul português em São Luis. Tinha três filhos: Isaurina, Innocencio e Jacintho; anteriormente, viviam todos no Engenho Recurso, da família Teixeira Belfort. Ali – segundo outra informante – os escravos eram bem tratados, “tidos e havidos por moralizados”, não sofrendo castigos corporais; “mesmo no caso de fugas (...) eram eles admoestados”. Morrendo a senhora do engenho, os meninos foram vendidos como parte do espólio, sendo comprados para Anna Rosa pelo marido, Carlos Ribeiro.

Geminiana diz que jamais visitou os filhos na casa da Rua de São João. Quando soube que morrera o menor deles, Jacintho,

tentara ver o corpo do filho, mas a senhora não permitiu, dizendo que “o fosse ver no cemitério” pois “não sabia que tinham mãe”, quando os comprara.

Pouco mais de duas semanas depois – continua o relato de Geminiana – ela deparou-se casualmente com um enterro de criança e desconfiou que fosse o de Innocêncio. Os carregadores não a deixaram ver o morto, alegando que D. Anna Rosa dera ordem para manterem fechado o caixão; acompanhou-o ao cemitério, onde conseguiu que o sacristão o mandasse abrir.

Constatando que, de fato, o falecido era seu filho Innocencio, ela estranhou que as mãos do menino não estivessem “enclavinadas sobre o peito”, como de costume. Protestou: “Nem colocaram direito as mãos da criança!”. Ao levantá-las, deu com uma ferida grande no pulso; examinou outras partes do corpo e encontrou marcas de cordas nos braços, escoriações e contusão na cabeça e no pescoço, sinais de chicotadas nas costas. Atribuiu os maus tratos a Anna Rosa, pois que “até serem vendidos, seus filhos eram bem tratados”.

-X-X-X-X-

Como consta dos autos, o avanço das leis abolicionistas tornara relativamente fácil à avó dos escravinhos ter acesso ao Chefe de Polícia, fato por ele confirmado em depoimento. À época, ganhara vulto a campanha abolicionista, que antecedeu a Lei do Ventre-Livre. As disposições desta ensejaram certo encorajamento a forros e escravos, que passaram a denunciar abusos dos senhores e buscar a proteção das autoridades.

De outra parte, a humildade com que se houve a velha mulher, esperando que o doutor descansasse para, só então, dirigir-lhe a palavra, confirma a dura escola que foi a escravidão, disciplinando vontades e inculcando conformismo e passividade. Quanto a Geminiana,

parece claro que algo a mantinha afastada de Anna Rosa – sentimento de culpa pelas relações carnavais havidas com Carlos Fernando Ribeiro? Ou, mais provavelmente, medo?

A acusada – Anna Rosa - respondera, anteriormente, a dois processos criminais, sendo um deles relativo ao assassinato de uma escrava. Seus irmãos, Raimundo e José Antônio, assumiram a autoria dos crimes e foram absolvidos, uma vez que - de fato - não os tinham cometido.

Nos autos do *processo Innocência*, há indicações do quanto eram reiteradas as atrocidades cometidas por Anna Rosa, sendo que escravos fugiam de sua casa e se abrigavam no Quartel da Polícia, na vizinhança. Em dias passados, uma negra queixara-se de maus tratos ao Chefe de Polícia; este fez com que Anna Rosa assinasse um “Termo de Segurança”, no qual se obrigava a apresentar a escrava, vez por outra, às autoridades. Um negociante que pretendia vender-lhe dois negros relatou que um dos irmãos de Anna Rosa aconselhou-o a não fechar o negócio, porquanto ela maltratava os cativos.

Era voz corrente que Anna Rosa se descontrolava diante da mais leve insinuação de infidelidade do esposo. ”Doida de amor”, diriam dela os contemporâneos ao evocar-lhe a figura trágica. Certa feita mandou arrancar todos os dentes de uma mulata, os quais o marido elogiara. A suspeita de que Innocência e Jacintho fossem filhos de Carlos Fernando Ribeiro desequilibrou-a, conforme se deduz do seu comportamento entre agosto, quando os meninos foram comprados, e novembro, quando morreu o último dos irmãos.

-X-X-X-X-

Consta dos autos que, ao pedir ao marido que adquirisse os escravinhos, Anna Rosa garantiu-lhe que já os examinara e julgara satisfatórios para, depois de educados, presentear-lhes aos filhos

quando voltassem do exterior. Entretanto, poucos dias depois de efetivada a transação, chamou à sua casa um vizinho e queixou-se de que fora lograda no negócio, pois os meninos “comiam terra”.

Ciente de que a opinião pública a tinha como malvada, Anna Rosa cuidou de resguardar-se e pediu a diversas pessoas que examinassem os dois irmãos. Em fins de outubro, chamou o Dr. Sanctos Jacintho, médico e amigo da família, para que receitasse o menor dos moleques, Jacintho, em grau avançado de caquexia, ou seja, desnutrição aguda. Ao Dr. Tavares Belfort – irmão da falecida ex-proprietária dos escravinhos – Anna Rosa pediu que os visse, mas mostrou-lhe somente Inocêncio, em local fracamente iluminado.

Jacinto faleceu em 27 de outubro de 1876. Nessa ocasião, a um padre que veio à sua casa, ela queixou-se de que não conseguira impedir que os dois irmãos comessem terra, mesmo cuidando de mantê-los “enjaulados como jabutis”.

Sabedora de que a avó dos meninos fora recebida pelo Chefe de Polícia, Anna Rosa convidou-o para que vistoriasse Innocencio, no dia seguinte à morte do irmão menor, Jacintho. Nos autos, o Dr. José Marianno da Costa diz que, de fato, viu sinais de castigo já cicatrizados em todo o corpo do menino. Dado o estado de anemia em que se encontrava, previu que ele viveria de 8 a 10 dias – e advertiu à senhora que não se incomodasse de mandar chamá-lo, quando ocorresse o óbito. Confirmou também o episódio da denúncia feita por Simplicia e disse das providências que adotara. Acrescentou que as queixas de escravos contra senhores eram “quase cotidianas”, sendo “infundadas” a maior parte delas.

-X-X-X-X-

Fica claro que Anna Rosa seviciava seus escravos e, ao mesmo tempo, procurava forjar álibis que a inocentassem. Por que agia

dessa forma? Receava desagradar o marido? Teria sido advertida por ele sobre as penalidades que poderiam ser-lhe impostas?

Quando se agravou o estado de Inocêncio, ela tentou remover de sua casa o menino agonizante, fazendo-o transportar para a casa de uma das mulheres forras que a serviam. Não conseguiu o que queria: emprestado por outrem, o escravo que levaria o doente alegou ser velho e não ter forças para carregar o moleque “que já era crescido”. De outra parte, a alugada Olympia recusou-se a recebê-lo, dizendo estar doente. Assim se processava a resistência passiva dos humildes aos desmandos dos senhores.

Innocencio morreu ao entardecer do dia 13 de novembro de 1876, na residência do casal Ana Rosa e Carlos Fernando Ribeiro, no centro de São Luiz. Imediatamente, a senhora cuidou de agilizar providências para que o enterro se fizesse à noite, antes de o dia clarear. Acordado alta madrugada por um mensageiro, o armador e sócio da empresa funerária protestou: não iria abalar-se de sua casa, noite escura, para cuidar do enterro de um moleque! E continuou a dormir.

Eram 9 horas da manhã quando o féretro finalmente saiu da casa da Rua de São João. O caixão era levado por escravos emprestados. Como narrado anteriormente, uma mulher de cor interceptou o cortejo querendo ver o morto. Não sendo atendida, acompanhou-o ao cemitério e, lá chegando, reiterou o pedido ao sacristão que iria participar da encomendação da alma. Aberto o caixão, a mulher – que era Geminiana, a mãe do menino – reconheceu o cadáver do filho, Innocencio. Depois de constatar sevícias e maus tratos no corpo do menino, atribuiu-os a Anna Rosa, última dona de Innocencio e Jacintho, ambos falecidos em casa dela .

-X-X-X-X-

A dramaticidade da cena, a evidência de castigos físicos e a repercussão pública dos fatos fizeram com que fosse chamada a polícia e determinada a realização de autópsia no cadáver. Foi constatado que Inocêncio fora espancado de forma generalizada, apresentando contusão craniana, queimadura no braço e prolapso do reto, com dilaceramento do ânus. A falta de resíduos alimentares no trato digestivo indicava fome; havia, contudo, grande quantidade de farinha, porções de terra e alguns pedaços de carne não digeridos no estômago, o que sugeria que o menino fora obrigado engoli-los pouco antes de morrer – quando possivelmente não teria forças sequer para ir até o quintal e ingerir o barro que estava misturado aos alimentos.

O advogado de defesa remeteu as marcas de açoites a época anterior à compra do moleque por Carlos Ribeiro; o prolapso do reto foi explicado como resultante da atonia decorrente da moléstia que afetava o menino, levando-o a comer terra; a contusão localizada no crânio, com pequeno derramamento de sangue, seria insuficiente para provocar a morte.

-X-X-X-X-

Anna Rosa prestou seu primeiro depoimento à polícia seis dias depois da morte de Innocencio. Confirmou ser servida por “alugadas” (diaristas), o que explicou dizendo serem seus escravos necessários ao serviço das fazendas do casal. Declarou que Inocêncio e Jacinto comiam terra e que chamara algumas vezes o Dr. Sanctos Jacintho para medicá-los. Justificou a preocupação de sepultar Inocêncio antes das seis horas da manhã por não querer adiar “o triste quadro do enterro”. Informou que mandara chamar o marido e que ele chegaria naquele mesmo dia.

Com efeito: na fazenda onde estava, no município de Alcântara, Carlos Ribeiro recebera comunicação do seu procurador na

capital e carta da esposa, cientificando-o dos acontecimentos e pedindo sua presença em São Luis.

No segundo depoimento, Anna Rosa justificou os ferimentos e contusões no cadáver de Inocêncio como resultantes de “quedas no quintal”; insistiu em que ele comia terra desde antes de comprá-lo e que, já então, estava bastante magro e tinha “curubas” (sarna) nas costas e pernas; disse que o menino morrera em consequência de inchação e disenteria “que às vezes era sanguínea”; esclareceu que quisera mandá-lo para a casa da alugada Olympia “para se tratar”; e que cuidara de abreviar o enterro “para se livrar desse incômodo”. A despeito das evidências, negou categoricamente que o tivesse maltratado ou castigado. Em nenhum momento deixou transparecer comiseração ou sequer lamentou o prejuízo decorrente da perda dos escravinhos, que tinham custado mais de um conto de réis, quantia elevada para a época.

A promotoria requereu a pronúncia e prisão da acusada e colocou em dúvida o alegado estado mórbido de Anna Rosa, juntando carta de um médico que a examinara - a pedido do próprio marido - e que nela não encontrara moléstia “capaz de impedi-la de sair”. O juiz de primeira instância não a pronunciou, alegando falta de pleno conhecimento do delito.

-X-X-X-X-

Por unanimidade, o Superior Tribunal da Relação do Maranhão considerou Anna Rosa incurso no crime capitulado no artigo 193 do Código Criminal: homicídio sem circunstâncias agravantes. A acusada, que estivera recolhida ao Quartel General do Quinto Batalhão de Infantaria, foi transferida, em 16 de fevereiro de 1877, para a Cadeia Pública.

Os depoimentos das testemunhas, dos informantes e da acusada contêm dados sobre o estilo de vida e a personalidade de Anna

Rosa Vianna Ribeiro. Salta aos olhos que ela vivia em completa ociosidade: não há menção a qualquer ocupação ou diversão que lhe preenchesse as horas. Serviçais encarregavam-se da administração da casa e faziam os trabalhos domésticos. Nada se diz sobre eventuais atividades sociais, filantrópicas ou religiosas às quais a acusada se dedicasse. Ao que parece, era ela um daqueles “tipos doentios” mencionados por Mauro: o médico Sanctos Jacintho visitava-a com frequência; em seu depoimento, sugere tratar-se de cliente afetada por achaques de fundo nervoso.

O marido ausentava-se por longos períodos, o que era comum na sociedade local dada a sazonalidade das atividades da agricultura, fonte maior de renda da elite maranhense. Com os filhos adultos, estudando no exterior, para Anna Rosa os dias transcorriam em solidão e tédio, ampliando suspeitas e desconfiças, fazendo crescer fantasias de ciúme e anseios de vingança. Não contava Anna Rosa sequer com o amparo da religiosidade para confortar-se: no decorrer do processo crime, não pede a presença de um sacerdote ou confessor, nem invoca Deus, a Virgem Maria ou algum santo protetor, mesmo nos momentos em que se declara aflita.

A opinião pública mobilizou-se contra o crime desde o primeiro momento, quando da autópsia do cadáver de Inocêncio. Grande número de pessoas acorreu ao cemitério – “gente do povo, negras com balaies de roupa que lavavam”, mas também “pessoas de certa ordem”, nas palavras de uma testemunha. Todos comentavam que Anna Rosa “era acostumada a castigar barbaramente seus escravos”. Era tal o vozerio que o subdelegado presente “deu ordem para fechar o portão do cemitério”. Nos dias seguintes, o crime tornou-se o assunto de todas as rodas, inclusive durante cerimônia religiosa havida no Quartel de Infantaria, quando autoridades presentes verberaram as atrocidades cometidas pela acusada.

-X-X-X-X-

À medida que o tempo passava, o julgamento de Anna Rosa adquiriu cores políticas, delineando-se a suspeita de que havia parcialidade no noticiário da imprensa. Quando da realização de uma segunda autópsia no cadáver de Inocêncio, desconfiou-se de que os médicos encarregados de fazê-la manipulavam a verdade.

A remoção da ré para a Cadeia Pública, como criminosa comum, foi elogiada em carta do Presidente da Província ao subdelegado que a realizou. A partir desse momento, caracterizou-se o clima de disputa entre abolicionistas e escravagistas na condução do processo. Os primeiros, ao exacerbarem sua indignação, não tiveram a sensibilidade de avaliar o impacto negativo de tão drástica providência contra a esposa de prestigioso homem público.

A condição feminina, idealizada pelo imaginário romântico, passaria a exigir comiserção e ajuda à ré, mais do que punição. A sociedade ainda não assimilara as ideias de igualdade de todos perante a lei, parecendo inaceitável que uma senhora de família respeitável fosse recolhida à prisão comum. De igual modo, o Poder Judiciário não se mostrava suficientemente isento e fortalecido, sequer para exigir o depoimento de Carlos Fernando Ribeiro, o poderoso chefe do Partido Liberal, cabeça do casal e proprietário dos escravinhos mortos.

Recrudesceu a polêmica na imprensa. No Diário do Maranhão (1877), censurava-se o “cortejo de escândalos” que cercara a prisão de Anna Rosa na Cadeia Pública, o que seria condenado “pela opinião pública sensata da Capital”. Os laudos médicos resultantes das duas autópsias procedidas na vítima eram discutidos em editoriais e artigos.

A estratégia dos advogados de defesa da ré fora a de desacreditar o primeiro laudo e requerer uma segunda autópsia, que fosse feita por médicos de nomeada, dentre os quais o Dr. Sanctos Jacintho, que examinara em vida o escravinho. A morte de Inocêncio passou a ser

encarada como uma questão médico-legal, deslocando-se a controvérsia do terreno judicial para o científico.

O segundo laudo apontou falhas no primeiro, tanto quanto aos procedimentos adotados, como quanto às conclusões a que chegou. Quatro *anchylostomus duodenalis* foram recolhidos no intestino delgado do cadáver. Depois de adequadamente acondicionados, passaram a integrar os autos, como provas da inocência da acusada.

-X-X-X-X-

Anna Rosa foi submetida a júri popular em 22 de fevereiro de 1877, passados pouco mais de três meses da morte de Inocência e seis dias depois da transferência da ré para a Cadeia Pública. A pressa em marcar o julgamento faz supor que pessoas influentes tivessem o propósito de retirá-la o mais breve possível do local, assim abreviando sua humilhação e desconforto. Durante as sessões, a esposa de Carlos Ribeiro contou com a presença solidária de dezoito senhoras vestidas de preto, que acompanharam os trabalhos do júri: eram as esposas de dirigentes do Partido Liberal local, que assim expressavam seu apoio à ré.

Durante a inquirição, Anna Rosa negou ter castigado ou mandado castigar Inocência, insistindo em que o menino morrera em virtude de “comer terra” e atribuiu as acusações que lhe eram feitas a “inimigos seus e de seu marido”.

O Dr. Sanctos Jacintho reiterou a tese que prevalecera no segundo laudo pericial: o escravinho fora vítima de *hypoemia intertropical*, “moléstia por si só bastante grave para provocar a morte”. Ao ser indagado se, para o desenlace, concorrera a fome, respondeu ser “morte natural” a que resulta de alimentação insuficiente, uma vez que dos indivíduos “que morrem na privação e nas misérias (sic) não se costuma dizer que morreram de morte violenta”. A partir de

então, recebeu o Dr. Sanctos Jacintho a alcunha de Dr. Anchylostomus, registrando um articulista que o médico parecia “querer dizer a verdade, mas tem medo, e às vezes faz do claro escuro” (Diário do Maranhão, 1877).

A promotoria fundamentou a acusação:

- a. na existência do delito, configurado na morte de Inocêncio, bem como nas sevícias e maus tratos apontados em ambos os laudos periciais;
- b. na autoria, que foi atribuída a Anna Rosa, pois que o menino morrera em casa dela e ninguém mais era responsável por ele;
- c. nas circunstâncias, dada a reputação da ré de ser torturadora de escravos. Concluiu pedindo a condenação da ré a galés perpétuas, pena prevista no artigo 193 do Código Criminal do Império do Brasil.

Na defesa, Paula Duarte sustentou a tese de ser direito dos senhores castigarem seus escravos, coibindo-lhes os defeitos e vícios; e que a intromissão da polícia teria como consequência “afrouxar o justo domínio do senhor”. Lembrou que a condição de escravo não é sequer a de “pessoa miserável” e exemplificou: por não ser pessoa a escrava, o senhor que a deflorar não estará obrigado a desposá-la ou dotá-la, como manda a lei.

Com tais argumentos, o advogado tocou em ponto nevrálgico: a lei e a ordem, bem como o cuidado com a disciplina dos escravos, esteio da instituição escravista. Sendo os jurados certamente proprietários de escravos, a eles interessava manter o *statu quo* – o que, para a maioria, somente os castigos físicos viabilizavam.

Prosseguindo em sua argumentação, Paula Duarte explorou o clima emocional deflagrado pela prisão de Anna Rosa. Protestou contra sua transferência do Quartel para a Cadeia Pública,

argumentando que “a lei sabe distinguir a posição, as condições e a moralidade dos delinquentes”. Sendo esposa de um bacharel em leis e doutor em medicina - não refere o diploma de agronomia, talvez por considerá-lo menor – argumentou que a ré tinha direito à regalia “que os títulos de seu esposo lhe garantiam”, a saber: prisão em cela especial, que lhe fora negada, para escândalo público.

Apoiando-se em ideias então dominantes, a defesa usou de recursos de eloquência e apelou para o sentimentalismo, quando lembrou “a elevada posição que a mulher ocupava na sociedade, no papel de mãe, educadora dos filhos, esposa, companheira e amiga”. Conclamou os jurados a que a restituíssem aos filhos “e ao honrado esposo ali presente”. Criticou os laudos de corpo de delito, tachando-os de “deficientes e incompletos, faltando-lhes as fórmulas aconselhadas pela medicina legal”. Por diversas vezes, os presentes aplaudiram de pé o orador (Diário do Maranhão, 1877).

Anna Rosa foi absolvida por unanimidade. Depois que lhe foi passado o alvará de soltura, teve o nome riscado do rol dos culpados.

-X-X-X-X-

Um ano depois, Carlos Fernando Ribeiro mais uma vez assumiu interinamente a presidência do Maranhão, em substituição ao presidente Corrêa de Sá e Benevides, que deixava o cargo. Durante os 50 dias em que governou a Província, demitiu 78 funcionários, dentre os quais o promotor Celso de Magalhães, autor da acusação que levava à pronúncia e à prisão de Anna Rosa.

Na legislatura de 1879/80, Carlos Fernando Vianna Ribeiro, seu primogênito e bacharel em direito, conquistou uma vaga de deputado provincial. Na legislatura seguinte, chegou a vez de Paula Duarte, o advogado de defesa de Anna Rosa, ser premiado com uma cadeira na Assembleia Legislativa da Província do Maranhão.

Em 1884, o veterano político liberal Carlos Fernando Ribeiro (o pai) recebeu do Imperador Pedro II o título de Barão do Grajaú. O plenário da Assembleia Legislativa da Província do Maranhão – presidida por seu filho – aprovou moção de felicitações ao novo titular do Império. Nessa oportunidade, um adversário, deputado do Partido Conservador, traçou o perfil do homenageado: “É ele [o Barão de Grajaú] dedicado até o sacrifício. Não sabe negar um favor a um amigo político, não sabe poupar o adversário, não sabe dar tréguas ao bom serventuário público que não comunga com suas ideias (...) é o mais fanático e apaixonado partidário que tenho conhecido (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1877).

Sobre os anos restantes de Anna Rosa Vianna Ribeiro pouco se sabe. Morreu antes do marido, que faleceu em 1889. No inventário *post mortem*⁶ dos bens que deixou, é o Barão de Grajaú dado como viúvo e devedor de somas avultadas, sendo os bens declarados insuficientes para saldá-las. Como tantos outros fazendeiros maranhenses, a libertação dos escravos reduzira-lhe drasticamente o patrimônio.

Da tragédia vivenciada por Anna Rosa e Carlos Fernando Ribeiro, sendo vítimas indefesas Innocencio e Jacintho, muitas indagações e perplexidades persistem.

A conduta antissocial de Anna Rosa e os crimes que cometeu talvez possam ser explicados como manifestação de inconformismo às regras que pautavam o casamento na sociedade escravocrata, exigindo da mulher passividade e tolerância diante da fornicação e do adultério entre senhores e escravas. A esse tipo de violência doméstica, imposta às esposas – a quem cabia silenciar e rezar – Anna Rosa revidou com crueldade na pessoa dos escravinhos bastardos.

É de supor-se que suas tentativas de justificar-se, ludibriar a opinião pública e conquistar aliados proviessem do desespero de quem se sente manietada, prisioneira em seu casarão soturno, a vida

⁶ Autos do inventário post mortem do casal Carlos Fernando Ribeiro. Juízo de Direito da Vara Cível de São Luís. 1890. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

sem sentido e sem encantos - ou seriam produto de mente doentia, ensandecida pelo ciúme? Tudo indica que Anna Rosa tinha motivos para suspeitar da infidelidade do marido. Foi o bastante para que - na sua patética personalidade - fossem desprezados princípios elementares de respeito à vida, bem como esquecidos os ensinamentos do cristianismo e da civilização.

Tais suposições não são cabalmente esclarecidas nos autos do “processo Innocencio”, nem em outros documentos da época. A memória oral e o imaginário popular reforçam o perfil de Anna Rosa como torturadora de escravos, alma penada que não encontrou paz na eternidade. Mesmo incompleto em seu bosquejo, o perfil trágico da Baronesa de Grajaú delineia-se em cores sombrias, contrastando com o fundo indistinto das tênues figuras femininas do seu tempo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

Autos do processo criminal contra D. Anna Vianna Ribeiro. Morte. Innocencio. 1877. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. São Luiz (MA).

Autos do inventário *post mortem* do casal Carlos Fernando Ribeiro. Juízo de Direito da Vara Cível de São Luis. 1890. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, São Luiz (MA).

BIBLIOGRAFIA

JORNAIS

DÁRIO DO MARANHÃO. 1877. Biblioteca Pública “Benedito Leite”. São Luiz (MA)

LIVROS

ABRANCHES, João Dunshee de. *A Esfinge do Grajaú*. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Brasil, 1959.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Os manuais portugueses de casamento no século XVII*. Revista Brasileira de História. Família e grupos de convívio, a. 9, n. 17, p. 191-207. São Paulo: ANPUH, set/1988-fev. 1989.

BRASILIANSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Casa de Rui Barbosa, 1979.

COUTINHO, Milson. *O Poder Legislativo do Maranhão* 1. vol. São Luis: Assembléia Legislativa do Maranhão, 1981.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

DIÁRIO DO MARANHÃO (Jornal) São Luiz: 1876 e 1877. Coleção da Biblioteca Pública Benedito Leite.

FILGUEIRAS Jr., Araújo. *Código Criminal do Império do Brazil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

HUBSCHER, Ronald. *Les femmes: um object de l'Histoire?* In Anais da VII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, p. 51-54. São Paulo: SBPH, 1988.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979.

KUNESOF, Elisabeth Anne. *Parentesco, clientelismo e estrutura social. 1700-1980*. Revista Brasileira de História. Família e grupos de convívio, a. 9, n. 17, p. 37-73. São Paulo: ANPUH, set/1988-fev.1989.

LACROIX, Maria de Lourdes L. *A educação na Baixada Maranhense*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira/ São Luis. SECMA, 1982.

LEITE, Miriam Moreira. *Mulheres e famílias*. Revista Brasileira de História, Família e grupos de convívio, a. 9, n. 17, p. 143-178. São Paulo: ANPUH, set/1988-fev. 1989.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: CEGRAF, 1981.

MATTOS, B. de. *Almanak adminisrativo, mercantil e industrial para o anno de 1866*. Segundo depois do bissexto. 9. anno. 2. série. São Luis: Typographia B. de Mattos, 1866.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 1981.

MEIRELLES, Mário. *História do Maranhão*. São Luis: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MORAES Fo., Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção)*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, INL, 1986.

MOTT, Maria Luísa de Barros. *Submissão e resistência. A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

NOGUEIRA, Octaviano & FIRMO, João S. *Parlamentares do Império*. Brasília: CEGRAF, 1973.

PALACIN, Luiz. *Sociedade Colonial (1549-1599)*. Goiânia: Ed. UFG, 1981.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. In Revista Brasileira de História. A mulher e o espaço público, a. 9, n. 18, p. 9-18. São Paulo: ANPUH, set/out. 1989.

PESSOA, Vicente Alves de Paula. *Código do Processo Criminal de primeira instância do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Sanctos, Livreiro, 1899.

SILVA, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. [Sem localidade] Gráfica e Editora Lord, 1986.

TOURAINÉ, Alain. *Université e Société aux États Unis*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. 2. ed. São Luis: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.

A morte silenciosa dos rios do cerrado

*Altair Sales Barbosa**

De maneira geral, ou bem específica como é o caso dos cursos d'águas do oeste da Bahia, sul do Piauí, noroeste do Tocantins, Maranhão e norte de Minas, as águas do cerrado padecem de um mal semelhante: o diabetes escondido ou disfarçado, que quando se manifesta, dificilmente o portador escapa com vida.

No caso do diabetes a doença vai minando paulatinamente alguns órgãos vitais, terminando com a falência destes. A amputação de membros é apenas uma das manifestações, mas a doença ataca rins, coração e sistema nervoso.

O diabetes pode ser considerado uma doença crônica que tem como causa a falta de produção de insulina no organismo, que é um hormônio controlador da glicose nas correntes sanguíneas. Numa comparação rudimentar entre o diabetes e os rios do cerrado, a insulina que mantém o equilíbrio dos rios tem origem nos lençóis subterrâneos, que são fontes de águas armazenadas nas rochas porosas sedimentares, que ao longo de milhões de anos, foi sendo depositada na região, como é o caso do arenito Urucuia em Minas, oeste da Bahia, noroeste do Tocantins e o arenito Poty do sul do Piauí e Maranhão.

Quando a fonte de insulina é insuficiente, os cursos de águas superficiais entram em desequilíbrio, que se manifesta de diversas formas. O desequilíbrio altera a dinâmica do rio, como se tivesse afetado

* Altair Sales Barbosa é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 30

o seu sistema nervoso, aumenta a turbidez da água, como se seus rins deixassem de funcionar, além do que, o veneno utilizado fica no solo e quando carregado para o leito do rio, afeta seu sistema vital, fazendo desaparecer grande parte de sua fauna. A ausência de água nos lençóis subterrâneos provoca a amputação de vários membros integrantes da bacia. Essa amputação inicia-se com a migração das nascentes até o desaparecimento total de muitos cursos d'água. Este é o início do fim e se conclui com a morte do rio e todo seu entorno, incluindo a desestruturção de comunidades humanas, através da desterritorialização.

Nunca compreendi a atitude de certos funcionários públicos, que utilizando de imagens de satélite argumentam que 40% ou 50% de cerrado ainda estão preservados. A imagem de satélite para esta finalidade, mostra apenas o dossel da vegetação arbórea restante, não mostra a vegetação que constitui os estratos inferiores do cerrado, incluindo a vegetação rasteira, constituída basicamente por gramíneas, com uma grande variedade de capins nativos e bambuzinhos, que na realidade exercem uma função ecológica vital para cerrado, pois é o tipo de vegetação que retém as águas das chuvas que lentamente vão abastecer os lençóis subterrâneos para formarem os aquíferos – a insulina dos rios. Fico a indagar: a quem interessa esse tipo de informação descalçada de uma visão sistêmica do cerrado. Será que é utilizada para justificar mais ocupações intensivas, ou reflete simplesmente falta de conhecimentos?

Não entendo também, ou talvez não queira entender, a visão obtusa de certos profissionais liberais, funcionários públicos ou free-lancers contratados para falarem que a vazão dos rios tenha diminuída em função de mudanças climáticas. Ora, todos nós que estudamos o rol das ciências da evolução, incluindo estratigrafia, climatologia, sedimentologia, sabemos que mudanças climáticas não ocorrem bruscamente, demandam centenas, às vezes milhares de anos para um novo padrão se estabelecer; o que pode acontecer é um período de estiagem mais prolongado, em decorrência de fatores naturais, tais como

circulação marinha, que afeta a circulação atmosférica, resfriamento ou aquecimento das águas oceânicas, ação dos ventos solares, ou mesmo das correntes de convecção existentes no Manto da Terra. Porém, são fatores isolados e isoladamente não estabelecem padrões, a não ser que perdurem por um longuíssimo tempo.

Estudos de estratigrafia e sedimentologia, apoiados em diversas datações radiométricas têm demonstrado que o padrão climático, com uma estação seca e outra chuvosa, tem operado nos chapadões centrais da América do Sul, área ocupada pelo cerrado, desde pelo menos 45 milhões de anos.

Do final do Pleistoceno e início do Holoceno, quando populações humanas já ocupavam as grutas e cavernas existentes no cerrado, a estratigrafia mostra, de forma, clara essa oscilação, sendo a estação chuvosa demonstrada por camadas claras e a estação seca explicitada por sedimentos escuros. Este padrão é tão evidente, que não deixa dúvidas quanto à sua existência pretérita.

Portanto, o discurso da diminuição da vazão dos rios associado a mudanças climáticas não passa de uma falácia.

Não é preciso ser especialista para enxergar o prejuízo irreversível causado nas áreas do cerrado, basta acessar uma imagem de satélite da região, para constatar grandes quadrículas nos interflúvios com monoculturas e grandes círculos demarcados pela irrigação de pivôs. Os motores que fazem funcionar as máquinas da irrigação são tão possantes que são necessárias baterias de motores auxiliares, para colocá-los em operação. Quando este complexo começa a funcionar os rios sofrem impactos gigantescos, alguns param totalmente do ponto de captação para baixo. Pensem: Se fossemos animais aquáticos o que faríamos? E, se fossemos população ribeirinha, vivendo da produção familiar, ou se vivêssemos em alguma cidade ou povoado abaixo destes sistemas, qual seria a nossa reação?

Com relação aos animais a resposta é fácil, mas com relação aos humanos a resposta é difícil, pois os humanos agem muitas vezes

por interesses individuais, as vezes têm conhecimento dos problemas porém, pode lhes faltar a consciência, elemento fundamental que os transformam em cidadãos e os fazem agir coletivamente, ou seja, em benefício da coletividade. Muitos, sentem medo de lutar contra os lobos – os donos do capital, mal sabendo, que estes já lhe tiraram quase tudo, os ideais, o bem-estar e os amigos, falta apenas lhes tirarem a alma, se é que isto já não aconteceu. Seria bom neste momento indagar: Em que aurora se escondem e como esperam o amanhecer?

Já escrevi centenas de artigos sobre o assunto, falando sobre as consequências da retirada da cobertura vegetal nativa, dos aquíferos, do futuro das águas. E chamando atenção para as consequências que virão em breve, se este modelo predatório de relação com o território continuar.

Quase nada teve ressonância; um outro idealista ou grupo de idealistas empunha a bandeira da construção de um futuro melhor, mas diante de tanto poder só encontram ao final da luta uma espécie de cadáver no calabouço. E o entusiasmo que o impulsiona, qual uma luz de candeia, vai apagando pouco a pouco.

Nunca entendi a voracidade da ganância dos grandes empresários rurais, muitos dos quais nem conhecem a região, mas suas ações aniquilam tudo. Não têm compromisso com o estado nem com as futuras gerações. Por isso, menos ainda entendo a ação dos políticos e de alguns advogados nacionais, que com unhas e dentes protegem esses exterminadores e provocadores de entropias ambientais e sociais. Serão cegos? Mal intencionados? Onde foi que se escondeu a luz dos olhos deles?

Não tenho respostas.

Também não sei onde mora a aurora daqueles que, um dia, despertaram para a esperança.

Só uma certeza eu tenho: no silêncio acelerado do tempo nossos rios vão morrendo.

Não se disse tudo sobre Liberato Póvoa, a Fênix do Tocantins

Ana Braga*

Como assinante e assídua leitora do *Diário da Manhã*, li emocionada o belo artigo do brilhante advogado Dr. Alex Neder, sobre o desembargador Liberato Póvoa.

Confesso que, diante da clareza e das minúcias do texto, lágrimas vieram-me aos olhos.

Do alto dos meus noventa e quatro anos, mas lúcida o suficiente para ler diariamente jornais e revistas e compreender sem maiores dificuldades qualquer assunto, senti-me gratificada como se fora a mim dirigido aquele oportuno panegírico.

O Dr. Alex foi muito feliz ao publicar *Liberato Póvoa, um gigante da literatura regionalista nacional*, pois já era hora de serem reconhecidos os méritos daquele que, sempre honrando o nosso Tocantins, foi de lá praticamente escorraçado pelos políticos que se sentiram incomodados pela sua justiça e independência.

Ao mencionar a trajetória luminosa desse meu ilustre conterrâneo, surgido nas plagas da antiga São José do Duro (hoje “terra das Dianas”) o articulista disse-o muito bem, nominando seus cargos, suas conquistas e até suas decepções, mercê de inclemente perseguição dos políticos inescrupulosos, mas tornou-se um vencedor. Sei que até uma placa de bronze descerrada por ele, na condição de Governador em 1990, em uma praça de sua cidade natal, comemorativa da elevação desta cidade à condição de capital foi

* Ana Braga é Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº49

um dia arrancada, no intuito de eliminar qualquer vestígio de sua brilhante trajetória.

Sua desenvoltura literária provou que a boa semente germina em qualquer terreno, e Liberato, desprezado pelo próprio povo, que não o reconheceu no devido grau e na medida certa, demonstrou que o talento floresceu justamente em Goiás, onde pontificam nomes, como os mencionados no artigo de Alex Neder, e não desmereceu nosso Tocantins, disputando em pé de igualdade o talento de tantos que brilharam na terra de Anhanguera, equivalendo-se à árvore cujos galhos vergam de apetitosos frutos no galho que pende para o quintal vizinho, ou belo touro que fugiu da fazenda do dono para produzir crias em fazenda alheia.

Mas, Alex Neder justificadamente, não disse tudo sobre Liberato Póvoa, pois traçou seu perfil a partir de sua militância na imprensa.

Cabe a mim complementar.

Conheço – o há mais de trinta anos, o suficiente não só para endossar as palavras do articulista, mas, também, para acrescentar outras facetas que caracterizam a personalidade de Liberato Póvoa: seu lado humano, muito raro hoje em dia. Companhia sua no abandono pelos amigos, e sem nada para oferecer, ele, como que retribuindo a solidariedade que lhe tive nos seus momentos de infortúnio, nunca deixou de visitar-me várias vezes por semana (coisa que meus outrora amigos nunca fizeram). Quando Liberato vem a minha casa, passa momentos de refrigério espiritual, a ponto de eu sentir profundamente sua falta quando não estaciona na minha porta, com seu carrinho popular usado, para passarmos momentos que reclamamos no dia em que não vem.

Como presidente do Tribunal de Justiça tocantinense, fui sua assessora, e presenciei cenas de desprendimento, modéstia e humildade, que preencheriam várias páginas, como certa vez em que, diante de nossa intimidade, o recriminei por ter descido as escadas, vestido de beca, para atender a um anônimo que queria falar com

o Presidente e fora barrado na portaria. A par disso, era o homem simples, desapegado dos formalismos exagerados: ia para o Tribunal em mangas de camisa, e só se trajava com solenidade nas sessões. Mas, normalmente, cobria sua roupa simples com a beca que tanto dignificou; fora do Tribunal, era visto de bermudas e sandálias havaianas misturado ao povo nas feiras-livres, dispensando seguranças e dirigindo o próprio carro oficial. Nunca se valeu de sua posição para deixar de enfrentar filas, como qualquer cidadão comum. Decididamente, mesmo ocupando o mais alto grau da magistratura estadual, não foi contaminando pela “juizite” que, hoje, em dia assola a magistratura, desde o juiz substituto ao ministro.

E me recordo de que, certa vez, barrado por uma “blitz” na Avenida JK, em frente ao Bradesco, em Palmas, um soldado recém-incorporado, que não o conhecia, reteve o veículo por não portar o documento, ele pediu alguns minutos para ir em casa buscá-lo, não se constrangeu em, anonimamente, subir na garupa de um moto-táxi e trouxe o documento.

Quando chegou, o sargento que comandava a operação, e que sabia quem era Liberato, deu uma carraspana no humilde soldado, porque tinha barrado um ilustre desembargador. Liberato pediu e anotou o nome do humilde militar; três dias depois o soldado foi, trêmulo e choroso, ao seu Gabinete, pedindo que não representasse contra ele, já que tinha anotado seu nome, pois entrara na Polícia aqueles dias e era pai de família.

E Liberato foi ao seu arquivo e tirou cópia de um ofício que endereçara ao comandante da PM e entregou ao soldado: era uma moção de elogio, por ele ter cumprido a lei, recomendando uma anotação nos assentamentos do neófito militar. Parece-me que meses depois a PM promoveu-o a cabo, e com certeza o elogio do desembargador pesou na promoção.

Assim era, e sempre foi, Liberato Póvoa.

Durante o período em que dirigiu a Justiça tocantinense (foi presidente apenas por um ano e um mês, completando mandato, mas

de profícua administração), aprendi muitas lições, assisti ao seu tino de administrador, quando, em menos de um mês, criou e instalou quase vinte comarcas (Miranorte, Palmeirópolis, Xambioá, Aurora do Tocantins e outras) desatendendo a pedidos políticos na designação dos juizes, pois sempre foi ferrenho defensor da legalidade e da independência, quando houve vezes em que – para espanto de todos – ousou enfrentar a fúria do então todo – poderoso Governador Siqueira Campos e desprezava todos os pedidos do mandatário que estivesse à margem da lei. Certa vez, com seu destemor, decretou a prisão do advogado – geral do Estado por ter desobedecido a uma ordem de reintegrar um humilde servidor. E mandou prendê-lo em pleno palácio, durante a cerimônia de posse de um secretário.

Nas rédeas de Liberato Póvoa, o Tribunal cresceu com dignidade, com a criação e instalação de comarcas. Sob sua segura orientação as letras prosperaram, pois com ele e Juarez Moreira Filho fundamos nossa Academia de Letras, que ele presidiu por duas vezes, e para espalhar a cultura aos mais longínquos rincões tocantinenses, ele nos levou, de ônibus, a todas as cidades culturalmente mais importantes do Estado (Tocantinópolis, Porto Nacional e Natividade, Paranã, Arraias, Dianópolis e outras), onde realizamos sessões solenes, para mostrar ao povo como era uma academia. Depois que ele foi banido do Tocantins, nunca mais a Academia foi a mesma.

Ombreamos juntos essa cruz, que para nós era leve, e ele me ajudou a organizar o setor cultural do Estado, ainda em Miracema, e depois em Palmas, sem que descurasse de cuidar de nossa Justiça, ainda incipiente, mas como espécie de homem dos sete instrumentos, desempenhava com maestria todos os misteres.

Sua capacidade administrativa era simplesmente extraordinária, e seu tino administrativo, estupendo, ao provar com atos, que é possível administrar sem conchavos e sem apelar para acordos espúrios, tal sua aversão à corrupção, e quando descobria qualquer ato ilegal um de assessor seu, por mais ligado que fosse a ele, não hesitava em demiti-lo imediatamente. Paradoxalmente, os políticos

do nosso Estado, incomodados pela sua independência, acusaram-no de corrupto, com a conivência de um ministro do STJ, que, para atender à política, decretou seu afastamento em 2010, quando se sabe que ele vive uma vida franciscana, sem patrimônio material; seu carro, que é popular, tem quase dez anos de uso, e ele vive em um apartamento simples em Goiânia. Até o presente momento, nada foi apurado contra sua conduta e mais de quarenta processos nas Cortes de Brasília foram para o arquivo, à míngua de qualquer prova de má conduta.

E, apesar da inclemente perseguição em todos os setores de sua vida, ele está aí: sadio, disposto e sempre a produzir, pois os reveses que enfrentou, que levariam qualquer um ao desespero, não o abalaram. Pelo contrário: fortaleceram-no.

Liberato conhece cada palmo de chão do nosso estado, suas necessidades e seu potencial, mas lamenta não poder ajudá-lo, porque, por força das circunstâncias, reside em Goiânia.

Com um riquíssimo currículo, causou-me estranheza não ter sido lembrado pelo Governo para emprestar sua capacidade e eficiência para qualquer cargo.

No último dia 28 de outubro, li na coluna “Café da Manhã”, de Ulisses Aesse, a nota “Uma opção para disputar o governo do Tocantins”, em que é feita uma “sugestão” para talvez se consertar o nosso combalido Estado, lembrando o nome de Liberato Póvoa como uma boa opção.

Conhecendo-o, como o conheço, posso asserverar que, se aceita por ele a missão, não lhe será fácil, pois nesta nossa política suja que vivemos, ele nunca se curvaria a qualquer insinuação que incluía corrupção ou conchavo; não se curvaria jamais à compra de votos de deputados inescrupulosos. Mas, por outro lado, iria enfrentar com denodo o árduo trabalho de moralizar nosso Estado, e seus artigos publicados neste mesmo *Diário da Manhã* já demonstram sua aversão ao atual estado de coisas, sua extrema coragem, que dispensam maiores comentários.

Não sei se ele iria aceitar, mas, caso aceite, o Tocantins poderá se redimir com dignidade. Naturalmente, seus oponentes iriam lembrar na campanha seu recente passado fabricado pelos políticos para denegrir sua imagem, armadilhas que ele, com a participação segura do seu advogado, Dr. Nathanael Lima Lacerda, desarmou uma a uma, pois, como confidente sua de muitos anos, sei que lhe impingiram mais de quarenta processos, dos quais ele se livrou galhardamente, mostrando a dignidade que poucos têm.

E durante o seu período de afastamento, tentaram de todas as formas aposentá-lo compulsoriamente, como ocorreu com dezenas de desembargadores e juízes, mas as acusações contra ele foram mais frágeis que sua razão. Liberato Póvoa é a Fênix de nossa era, que está ressurgindo de suas próprias cinzas.

Bom pai, bom amigo, companheiro de todas as horas, com uma família estruturada e muita disposição para trabalhar, creio (embora sem procuração para fazê-lo) que Liberato seria uma solução para o Tocantins: sério, honesto, equilibrado, conhecedor como poucos das necessidades do nosso Estado e, sobretudo muito preparado, além de vacinado contra a corrupção, para escoimar o estado dos políticos profissionais forasteiros, que já deveriam ser expurgados nestas próximas eleições.

Pena que, eu quase centenária, embora lúcida, não possa ajudá-lo no soerguimento de nosso estado numa eventual aceitação do desafio, pois iria usar minha oratória para subir no seu eventual palanque.

Tenho receio de que não aceite o desafio, menos pela capacidade de enfrentá-lo, e mais pelo receio de que o vejam como vaidoso em busca de holofotes. Mas, concordo com o ilustre jornalista Ulisses Aesse, pois pessoas como Liberato estão em extinção.

Vamos ver se, com o correr o tempo, o tocantinense desperta desse torpor, elimina os políticos profissionais e parte para uma solução que venha ao encontro dos nossos anseios, confiando em que nosso Tocantins não continuará a ser um celeiro de oportunistas, que estão se locupletando com a desculpa de nos representar.

A vida de mel e fel de José Antônio de Jesus

*Pedro Nolasco de Araújo**

Pode parecer irrelevante para a biografia de uma poetisa as suas ligações familiares. No caso de Leodegária de Jesus, a primeira mulher a publicar um livro de versos em Goiás, essas ligações ganham maior realce pela sua indiscutível importância no universo da literatura goiana. Maior relevância ainda se vão relacionadas ao seu pai, professor, jornalista e político, José Antônio de Jesus, por quem a filha nutria uma devoção e admiração verdadeiramente sublimes. Ou antes: não se pode invocar um, sem, ao menos de leve, citar passagens do outro, dada a imensa identidade espiritual e intelectual que caracterizaram a relação de ambos. Era o pai amoroso, dizem, também homem das lides da imprensa, quem se incumbia de divulgar os versos da filha adolescente em boa parte dos jornais de então, “Paranaíba pra cá, Paranaíba pra lá”, conforme expressão de Aninha.

Não custa mencionar o que, em um desses periódicos, Paranaíba pra lá, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1909, primeira página, a propósito de um soneto que a menina compôs, O Cego, escreve Joaquim Osório Duque-Estrada: “não é, como já dissemos, uma obra prima o desprezioso soneto da jovem poetisa goyana; é, porém, uma boa promessa que não está longe de ser convertida em realidade”.

* Pedro Nolasco de Araújo é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira 35.

E foi Paranaíba pra lá que tudo principia. Seguindo os passos de cópia de uma carta da filha de criação de Leodegária, Doralice de Oliveira, pode-se afirmar ter José Antônio Rodrigues dos Santos, ou, como vulgarmente ficou mais conhecido, José Antônio de Jesus, nascido na histórica Diamantina, Minas Gerais, a 12 de setembro de 1862, filho único no abastado lar de um proprietário de alfaiataria, casas e garimpos.

Antes de inteirar os nove anos, ei-lo já órfão de pai e mãe, tendo a sua educação sido confiada, por duas tias idosas, ao então Bispo de Diamantina, que, por sua vez, trata de interná-lo no Seminário Salesiano. Nomeado para a diocese de Ouro Preto, o Bispo leva-o consigo, não sem incumbir-se de vender a alfaiataria, a fim de custear os estudos do pupilo. Isto quer dizer, segundo Doralice, que ele “não foi posto no Seminário exatamente para ser padre”. E as casas, as minas? “Para trás ficaram casas e garimpos”, responde ainda a filha de criação de Leodegária.

Em torno de 1872, aos dez anos, o menino já dominava o latim e lia os clássicos da literatura universal como, por exemplo, *O Gênio do Cristianismo* de François René Chateaubriand.

Ressalta Doralice de Oliveira que, nessa mesma ocasião, além de produzir pequenas peças para teatro, tendia a escrever um livro, *A Doceira Brasileira*, cujo projeto não se concretizou em virtude dos afazeres escolares que lhe tomavam o tempo. Jovem radicalmente idealista e humanitário, funda, nesse período, uma escola para presidiários, onde lecionava nas horas vagas.

Em 1881, então com 19 anos, volta a Diamantina para vender os bens que lhe restaram, ocasião em que ingressa na Irmandade do Carmo. E veja-se a força da Igreja. Ao integrar a Irmandade do Carmo, em homenagem à sua mãe, que assinava Jesus, ele assumiu outro nome: José Antonio de Jesus. O diploma da ordem ou irmandade, que vinha de Portugal, valia mais que qualquer outro

documento laico. Praticamente ninguém sabia que ele foi registrado com o nome de José Antonio Rodrigues dos Santos. Nessa ocasião, a conselho, porém, do comendador e amigo, Mata Machado, que o considerava inteligentíssimo, segue, em sua companhia, para o Rio de Janeiro, onde conclui o curso de teologia.

Apresentado por Machado ao Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, recém-nomeado para a Diocese de Goiás, recebe deste dignitário convite para acompanhá-lo.

“Dom Cláudio permanece no Rio até a segunda metade de Agosto, com o objetivo principal de cuidar de sua diocese, ora se entendendo com as autoridades, ora promovendo uma campanha de angariar auxílios para sua pobre e distante igreja de Goiás” escreve o cônego José Trindade da Fonseca e Silva em sua obra *Lugares e pessoas, subsídios eclesiásticos para a história de Goiás* (2006), UCG, página 285.

“Viaja para sua diocese via São Paulo-Casa Branca-Uberaba-Catalão-Santa Cruz, para na tarde do dia 30 de Setembro fazer sua entrada solene na Capital da Província e sede do Bispado”.

Eis pois, após árdua e penosa viagem, o mineiro de Diamantina na também antiga Vila Boa, hoje patrimônio histórico da humanidade, a Vila Boa do Areias, Bacalhau, das “velhas torres, a ponte, o cais, o rio...”, conforme a descreve Leo Lynce no seu soneto “Goiás”.

“O primeiro cuidado de Dom Cláudio fora o mesmo de Dom Joaquim: o Seminário. Com os auxílios que trouxera, aumenta a capela do Seminário, aliás fê-la de novo em maiores proporções, bem como construiu no mesmo edifício do Seminário cômodos para hospedagem do Sr. Bispo”.

Alude-se aqui ao Seminário Santa Cruz, próximo a Vila Boa ou Cidade de Goiás, onde José Antonio de Jesus ingressa. Mas, vejam só o que é o destino: nas férias de 1884, não tendo o

seminarista para onde ir, espreitava sob uma frondosa árvore, a ler, quando é abordado por um desconhecido. Era o dr. Hermenegildo do Nascimento Lima, natural da cidade de Jaraguá, Goiás, amigo fraternal de Dom Cláudio e abastado proprietário de fazendas, escravos e farmácia. Pesaroso por vê-lo assim tão só e achando-o muito simpático, inteligente, instruído e, por que não? Excelente partido para as filhas, decidiu levá-lo, sob a permissão de Dom Cláudio, para passar as férias em Jaraguá.

Era realmente o destino que batia à porta de José Antonio. Uma das filhas de Hermenegildo, a penúltima delas, Ana Isolina Teixeira de Freitas Furtado do Nascimento Lima – que, embora jovem, já havia recusado dois fazendeiros, porque sonhava se casar “com um homem instruído que soubesse fazer lindos discursos”, – logo vê nele o seu ideal e vice versa.

“É com este que vou me casar”, chegou a confessar numa ocasião, após tê-lo ouvido discursar. Já a essa altura, Ana e José sentiam-se arder de paixão recíproca. Mas, as coisas naquele tempo não eram tão fáceis para os apaixonados, principalmente numa sociedade em que os rígidos preceitos morais e religiosos reprimiam qualquer forma de excessos.

“Mesmo assim, na grande festa do divino...” movido por um sincero impulso do coração “furtivamente, colocou nas mãos de Ana Isolina um papel com versos ardentes”. Logo, a notícia do namoro cai no domínio público. Não havendo como sustentar o romance à distância, o jovem decide abandonar o Seminário Santa Cruz.

Um pouco antes, o ex-seminarista idealiza e funda, com um grupo de rapazes ávidos de saberes, a Sociedade Legião Literária Jaraguense, como estava em moda por toda a parte.

Que o rapaz devia considerar-se um ex-seminarista bem o demonstra a primeira página da gazeta *O Publicador Goiano*, Cidade de Goiás, edição de 10 de outubro de 1885, número 33, cuja coluna,

“Collaboração”, assinada por alguém que se intitula Conde Lariza de Millú, “Jaraguá, 1º de Outubro de 1885”, dá conta ali, é o que parece de, uma sessão do juri, na qual “encarregou-se da defesa de ambos os réus o hábil moço o Sr. José Antonio de Jesus *ex-seminarista* que com muita eloquência discursou procurando provar a inocência de seus clientes, – *dois pombinhos sem fel que só pelo acaso da fatalidade achavam-se no banco dos réus*”.

Por falar em pombinhos sem fel, José Antonio e Ana Isolina celebram enfim seu casório. O sogro procurou atrair o genro para os negócios, mas inflamado republicano e orador exaltado, com a causa abolicionista ardendo nas veias, não revelava a mínima vocação para o comércio. Eis já o prenúncio de uma vocação que, ao lado do magistério, o ocupará por um bom tempo: a política. Hermenegildo, por sua vez, apesar de arraigado monarquista, não se importava, não, compreendendo perfeitamente a opção política dele.

Designado professor da cidade de Caldas Novas, Goiás, divulga, pelo *O Publicador Goyano*, 27 de fevereiro de 1886, página 4, a seguinte despedida: *José Antonio de Jesus, retirando-se para Caldas Novas, despede-se cordialmente de seus bons amigos do Jaraguá, agradecendo a todos o bom acolhimento que sempre dispensaram-lhe e oferece os seus pequenos préstimos naquela localidade. Jaraguá, 29 de janeiro de 1886.*

O semanário *Goyaz*, da antiga capital, domingo, 25 de abril de 1886, página 4, traz estampada a designação de professores.

José Antonio assume a escola pública da freguesia de Caldas Novas. Nasce a primeira filha, Zenóbia Palmira, em torno de 1887. Não tardou para que, naquela localidade, conquistassem um largo círculo de amigos. Pudera: eram amáveis, excelentes anfitriões, e sabiam cantar, ao violão, as mais belas modinhas da época... Carlos Gomes etc. E foi assim, nesse ambiente saturado de lirismo, harmonia e santificado pelas orações que, a 8 de agosto de 1889, quase no

limiar da República, veio à luz a poetisa Leodegária Brasília de Jesus, segunda filha do casal.

No desempenho desse sublime encargo de professor, recebe da Delegacia Literária de Caldas Novas, a 12 de Dezembro de 1887, espécie de Secretaria Municipal da Educação, aquilo que parece ser um reconhecimento pela sua atuação. Em um comunicado, remetido ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província (cargo equivalente hoje ao de Secretário Estadual da Educação), se lê: “outrossim, comunico a V. S. que o professor José Antonio de Jesus, no curto espaço de tempo em que ocupa a cadeira, tem desempenhado o honroso cargo que lhe foi confiado, com muita aptidão de modo que honra ao governo que o nomeou e torna notável a cadeira que preenche no corpo docente da instrução pública da Província”.

E sabem acaso quem desempenhava a Inspetoria Geral da Província? Benjamin Baptista da Luz, irmão de Virgínia da Luz Vieira, a quem se referirá linhas adiante. Os versos do poema “Velho Sobrado”, de Cora Coralina, referem-se a ela como “grande dama de outros tempos”.

A fama do mestre-escola ressoa e aguça o interesse e insistência de ricos, poderosos e evoluídos políticos da longínqua vila de Jataí, Goiás, que, naquela época, se grafava Jatahy, e vieram buscá-lo em Caldas, para que principiasse uma escola na Pérola do Oeste, como era conhecida. Aí está como, alguns dias mais tarde, ao clarear da manhã, seguem para lá José, Ana Isolina e meninas, em companhia dos políticos sudoestinos e da canastra repleta de livros escolares, guarnecida de couro, tachinhas e com as iniciais J. A. J.

No sudoeste da Província, inicia-se uma nova fase para a família: construíram lá uma boa casa que servia não só de residência mas de escola. Deixemos que fale agora, um pouco por nós, a filha de criação de Leodegária:

“Em Jataí e Rio Verde, a política fervia e parecia um Velho Oeste, mas ele (J. A. J.) entrou nela de corpo e alma. Jagunços por todos os lados. No entanto, ele nunca usou arma. Os amigos davam-lhe uma e insistiam para aprender a atirar. Ele tirava o terço do bolso e dizia: – esta é a minha arma. Quando ele saía para as suas campanhas, a jovem esposa, tão valorosa, sofria e rezava a ponto de criar calos d’água nos joelhos. Em Jataí, o professor fundou o primeiro correio com mensageiro pago por ele. Precisou mudar para Rio Verde porque as campanhas eram demoradas; ficava muito tempo longe da esposa e filhas. Foi uma choradeira geral.

Durante as campanhas, o professor ganhou um pedaço de pau-brasil. Um amigo, não sei se de Jataí, fez dele uma cruz. Esta cruz está agora acima da cabeceira da cama de casal do meu afilhado”.

O diamantinense desempenha, a par da faina eleitoral e do magistério, de acordo com o que se vê no jornal *O Estado de Goyaz*, Cidade de Goiás, página 4, a 25 de fevereiro de 1894, a Secretaria do Conselho Municipal da Vila do Jataí.

“No correr dessas campanhas, apesar de eleito deputado estadual na 2ª legislatura (1895 – 1897), foi tal mandato depurado; ao mesmo tempo em que começa a circular, sob a sua orientação, em 1º de novembro de 1896, o jornal *Oeste de Goyaz*, órgão do Partido Republicano Federal.” Isso foi o que escrevemos em uma versão primitiva deste texto, baseando-nos nas informações prestadas por Doralice de Oliveira. Todavia, volvendo as páginas agora de *O legislativo em Goiás* (1998), volume 2, Goiânia, GO., Gráfica e Editora Bandeirante Ltda., de Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte, lê-se, à página 171, “Vida Política e Parlamentar” de José Antônio de Jesus:

“Deputado Estadual, 2ª Legislatura (1895 – 1897). Eleito Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1898), foi depurado”.

A página 3 de *O Estado de Goyaz*, órgão de imprensa da ex-capital goiana, noticia, a 23 de fevereiro de 1895, sob a epígrafe Eleições, estar José Antônio de Jesus eleito com outros republicanos.

Muito a propósito, ele envia ao jornal *O Estado de Goyaz*, Goiás, página 4, 22 de abril de 1895, o presente agradecimento ao eleitorado:

Ao eleitorado do 3º círculo

“Tendo sido eleito deputado à Câmara Estadual no pleito de 31 de dezembro, venho pela imprensa agradecer a esse altivo eleitorado o haver sufragado o meu obscuro nome. Aproveito-me da oportunidade para declarar que saberei corresponder à expectativa popular cumprindo o mandato que me foi confiado, pugnando com dedicação pelos interesses do Estado em geral e deste círculo em particular. Jataí, fevereiro de 1895.”

A 16 de Maio de 1895, é o que diz o nº 157 do noticioso *O Estado de Goyaz*, página 2, edição de 19 de Maio desse ano, teve lugar a instalação da Câmara dos Deputados.

O jornal *O Estado de Goyaz*, Cidade de Goiás, pelas edições de 24 de Dezembro de 1895, página 2; e de 9 de Janeiro de 1896, página 3, dá conta de cerimônia em que, a 7 de setembro de 1895, a vila de Jataí festeja o septuagésimo terceiro (73º) aniversário do Grito do Ypiranga e se vê elevada à condição de cidade, em virtude da Lei nº 56, de 31 de Maio de 1895, por esforços e iniciativa do deputado Jesus. Cumpre esclarecer que, ao tempo de José Antônio de Jesus, o poder legislativo goiano não se denominava Assembléia Legislativa de Goiás, não, mas Congresso Goiano. E era um poder bicameralista, melhor, nele legislavam Câmara e Senado. O apreço que os cidadãos mais grados da agora cidade de Jataí devotavam ao professor e depois deputado Jesus, fica evidente na edição de 12 de Dezembro

de 1895, página 4, do referido noticioso, o qual relata, sob o título “Manifestação de apreço”, o “opíparo banquete” que os maiores da agora cidade houveram por bem oferecer-lhe. Quanto ao jornal *Oeste de Goyaz*, consta da obra *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*, Goiânia, Gráfica de Goiás – CERNE, 1980, página 67: “1896 – *Oeste de Goyaz* – (Rio Verde, 1º de novembro) – orientação de José Antônio de Jesus. Pertencia ao Partido Republicano – Desapareceu em fevereiro de 1898”.

Filiado, como visto, ao Partido Republicano Federal, consegue se reeleger deputado ao Congresso Goiano para a 3ª Legislatura, 1898, na qualidade de representante das comunidades de Jataí e Rio Verde, e fixa residência, com mulher e filhas, na Cidade de Goiás (antiga capital do Estado), parece-nos que à rua das Violas nº 9. Na atuação de parlamentar muito relacionado ao clero, o ex-seminarista vira alvo de cruel perseguição em virtude de suas convicções político-religiosas. O que ensejaria a depuração de seu mandato legislativo. Nesse tempo, reinava no país um sistema eleitoral espúrio conhecido por verificação ou reconhecimento de poderes. Tal sistema vigorou até 3 de fevereiro de 1932, quando Getúlio Vargas decretou o Código Eleitoral.

(Continua no próximo número da Revista do IHGG.)

REFERÊNCIAS

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas*. Goiânia: PUC, 2006.

Jornal “Publicador Goyano”.

Jornal “Goyaz”.

Jornal “Estado de Goyaz”.

Jornal “Oeste de Goyaz”.

O centenário de Edla Pacheco, a romancista de Vila Boa de Goyaz

*Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado**

Na galeria das mulheres romancistas em Goiás, ao seguir a linha do romance histórico, a vilaboense Edla Pacheco Saad (1918-1997) enveredou pela trajetória antes feita por Rosarita Fleury, ao investigar o passado goiano, numa perfeita simbiose entre verdade e ficção. Nesse itinerário também estiveram Armênia Pinto de Souza (1910-2004) e Ada Ciocci Curado (1916-1999).

Nesse seu centenário de nascimento, Edla Pacheco merece todos os aplausos e o reconhecimento do povo de Goiás.



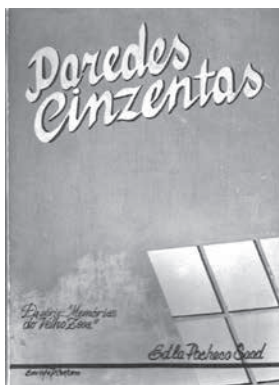
Edla Pacheco Saad (1918-1997) romancista e historiadora vilaboense.

* Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 27, 3º vice-presidente do IHGG.

Sua primeira produção foi um trabalho histórico intitulado *Itapirapuã, a sesmaria e a cidade* que investigou as origens e toda a formação cultural, social e econômica da cidade, onde residiu por décadas e, em 1979, deu origem à tetralogia *Memórias do velho Zaca*, que se encerrou em 1997, ano de falecimento da autora. Foram 18 anos de escrita envolvente, em que nasceram as obras: *Zaca*, *Paredes Cinzentas*, *Um homem enfrenta o destino* e *O Major*.

Sobre sua obra literária escreveu Nelly Alves de Almeida em seu livro *Análises e conclusões*: “Da cidade de Goiás, o nome de Edla Pacheco Saad mostra-nos sua constante atuação em nossas letras: seu campo de trabalho é o romance, a genealogia, as crônicas. Cronista apreciada, fixa aspectos do cotidiano, em linguagem correta e estilo firme”. (ALMEIDA, 1986, p. 29)

Ao utilizar uma forma pouco convencional, o *roman-fleuve*, Edla Pacheco Saad inicia sua produção em narrativa que se desenvolve em etapas contínuas, quando mostra o passado goiano por meio de um velho major da milícia goiana. O tempo, nesse romance, tende para o cronológico ou histórico, porque os fatos sucedem-se linearmente, com poucas digressões psicológicas.



“Zaca”, primeiro romance de Edla Pacheco Saad, seguido de “Paredes cinzentas”.

Inicia-se a saga do menino Zaca, aos 12 anos, quando fazia os serviços para a mãe, Januária, já viúva, com filhos pequenos e com a vida difícil. Psicologicamente, o menino vai informando, pouco a pouco, como era a vida, quando seu pai era vivo e as dificuldades menores.

Em um recuo no tempo, a autora vai a 1869, quando o alferes Zacarias Perdigão, na altura de seus 19 anos, sofre perseguição política; daí em diante, segue-se a trama no sentido de comentar seu casamento com Januária, mulher de criação severa, punindo-se sentimentalismos mesmo depois de casada e já senhora de si: *“Como eu desejaria agarrá-lo, beijar-lhe os lábios polpudos e sentir-me firme, segura entre seus braços fortes. Mas... não tenho coragem. Não consigo desvencilhar dessa criação severa que tive. Que diria meu pai se me visse numa situação dessa? Que horror!”* (p. 39).

A trama segue por vários capítulos comentando os crimes políticos, a pistolagem, as perseguições até a morte do alferes, em 15 de janeiro de 1886, aos 36 anos, no cumprimento do dever. No capítulo XX, Januária chega à Vila Boa com os filhos, indo residir na casa dos pais. Nesse momento, a trama volta ao momento histórico do princípio, em que Januária, viúva, luta com dificuldades, tendo como arrimo seu filho primogênito, Zaca.

Ao retratar a história goiana, a autora comenta sobre os partidos da época e a luta sem tréguas pelo poder dominante: *“É que a política entre conservadores e liberais, anda pegando fogo e aproveitaram esse crime para aumentar a fogueira ainda mais, entende?”* (p. 152)

Nota-se o fortalecimento de grupos políticos locais que vão fomentar em nosso Estado, mais tarde, a formação de oligarquias, como a dos Bulhões, dos Jardim, Xavier de Almeida e Caiado, além de outros.

Com a morte do pai, Zé Trigais, Januária passa a viver sozinha; com as despesas aumentadas, envia Zaca e Marata para trabalharem

na fazenda. Páginas bucólicas descrevem o ambiente rural e os costumes da gente interiorana:

Vara de ferrão às costas, aqui estou. Zacarias Perdigão Filho. A terra fofa e quente queima meus pés. Mas é tão bonito a gente ver a poeira vermelha ficar dourada sob a luz do sol! O vento passa morno, carregado do perfume adocicado de flores do ingazeiro grande, que está vestido de alvo lençol. Respira fundo. Agora está cheirando a estrume seco. Caminha de alma encantada. Lá longe, na baixada, a luz dourada brinca nas folhas verdes brilhantes do canavial que some de vista. Sorri com a algazarra que fazem as ararinhas na copa da palmeira buriti. Isto aqui é bom demais. Respira satisfeito o ar impregnado de variados odores e sorri sozinho. Estou me lembrando de meu pai. Fazia tantos castelos para mim. Eu iria estudar muito, ser doutor. E aqui estou nesse cafiundó-de-judas, em pleno sertão, palmilhando o chão quente, vara às costas, como um verdadeiro candeeiro da Fazenda Fartura. Perdoe-me, meu pai, se estou decepcionando o senhor. É que a mãe não está dando conta de sustentar a casa sozinha. Nós somos seis, sete com ela para comer, vestir, tomar remédios só com o dinheiro que o senhor deixou. E num tá dando, meu pai. A mãe costura com a lamparina ali embaixo do nariz até tarde da noite pra ajudar. E eu não sei fazer nada lá na cidade para auxiliá-la. Por isso vim trabalhar aqui. Mas eu prometo pro senhor. Quando nós melhorarmos de vida vou voltar a estudar, pode deixar. E não vou falar errado também. O senhor ficava tão triste quando pegávamos a falar estropiado, lembra-se? Quem estuda aprende tudo e vai pra frente. Não é assim que o senhor dizia? Enquanto o vovô era vivo estava tudo indo bem. Mas veja só a infelicidade. Ele caiu... brucutú! e morre de repente. A mãe não combinou mais na

casa e tivemos que mudar. Agora a vida tá dura, pai. Marata e eu viemos pra cá pegar no pesado para ajudar a mãe, coitada. Ela tá sofrendo um bocado bão. Não me esqueço do senhor, pai. E como eu ia esquecer? O pai melhor do mundo era o senhor, sim. Não posso ver um rio, uma pedreira e lá vem aquela dor fininha no peito, aquele arrocho sem medida e, aí, eu preciso chorar, pai, senão não aguento. A dor vai me sufocando, vai me engasgando e eu vou ficando sem ar, numa agonia dos diabos e... quando vejo, tô chorando mesmo. Não fique triste comigo, pai. Estou fazendo o mais que posso pra ser homem, mas que tá duro, lá. Assusta-se com o bufar violento dos bois às suas costas. (p. 228)

De volta à Vila Boa, o sonho de Zaca realiza-se e, aos poucos, também se desfaz: estudar no Lyceu de Goiás, segundo estabelecimento de ensino secundário do país, fundado em 1846, local de estudo das mais importantes famílias do lugar. Por perseguição de professores, Zaca tem que sair:

Caminha, cabisbaixo, para o quintal de casa. Nos momentos difíceis é sempre bom a gente andar e mastigar as mágoas. Faz bem. Desanuvia e esfria a cachola quente. Sorri com tristeza. Senta-se, desolado, sob a ateira desfolhada e se reclina no tronco nodoso. O olhar dorido abarca os ramos da árvore como garras erguidas ao céu. Sem folhas parecem ressequidos e mortos. Os pensamentos de revolta continuam saltitantes em sua cabeça desorientada. Você está despedaçada como eu, minha amiga. Também tenho a alma em frangalhos. No íntimo carrego decepções e fracassos. Só levo saudade dos professores Joaquim Gomes de Oliveira e Theodoro Oeckinghaus. Eles sempre me animavam e diziam que o diretor não podia continuar a proceder assim comigo. Infelizmente nada puderam fazer por

mim. Cansei de sofrer vexames com os colegas. Suas risotas e brincadeiras me feriam fundo. Suspira dorido. Nunca pensei existir tamanha incompreensão injustiça maior dentro do velho casarão de ensino. Lá se foram os meus sonhos de um dia ser doutor, meu pai. A vida do pobre é dura mesmo. Não tive ninguém para me defender lá e sou obrigado a abandonar os livros. Espicha o olhar tristonho para o azul do céu. Uma nuvem roliça saracoteia ao sabor do vento. Desmancha-se em flocos menores, que se estiram em graciosos meneios. (p. 247).

O segundo volume da tetralogia, intitulado *Paredes cinzentas*, foi publicado em 1986 e apresenta tempo cronológico na sequência da trama acerca da existência de Zacarias Perdigão, observando-se alguns recursos específicos da autora com certos truques para escamotear possíveis coincidências com fatos reais.

A trama do segundo volume inicia-se em 1891, quando Zaca, já adolescente, alista-se no Batalhão do 20º Batalhão de Caçadores, tradicional em Goiás. A autora, valendo-se da verdade histórica, enfatiza: *“Aproxima-se do casarão do Vinte e atravessa o largo portão cheio de orgulho e confiança. Ao terminar de assinar os papéis, ergue os olhos. Um calendário preso à parede, ostentando o pavilhão nacional, marca o dia 6 de novembro de 1891”.* (p. 13)

Zaca participa da Revolta Armada contra o governo de Floriano Peixoto, em 1893. Em sete capítulos, a autora narra o avanço das tropas e as batalhas pelo país. Em 1897, Zaca está de volta à Vila Boa, trabalha na reconstrução da linha do telégrafo e, seguindo em 1890 para o Rio, lá permanece com a família por apenas um ano, voltando para Goiás em 1901, por determinação da mãe que consegue persuadi-lo de viver na capital federal, perdendo, inclusive, oportunidades de emprego:

Mais uma pequena caminhada e já avisto, na baixada, o Largo do Chafariz. Aqui está a velha praça de minha meninice, palco de brinquedos e estripulias. Vila Boa dos becos cheios de fedentina e ruas tortuosas e estreitas, por onde saímos a flunar livres e despreocupados. Vila Boa, terra minha e de meus pais. Zaca respira fundo, aliviado. Uma paz suave vai, aos poucos, invadindo seu ser. Volta-se alegre, olhos pretos cintilantes, sorriso aberto para a mãe Januária. Estamos em casa, mãe! Chegamos. (p. 204).

Zaca, sobretudo, é um grande personagem dentro da trama, enriquecida pelo teor histórico e lírico. Januária, em toda a história, caminha com a determinação das mulheres goianas do passado, vivenciando dificuldades e sabendo transpor os limites do próprio tempo.

O terceiro volume da tetralogia intitula-se *Um homem enfrenta o destino*, e foi publicado em 1992. Nele, a história de Zaca segue a partir de 1901, quando, novamente, enquadra-se como soldado da Polícia Militar de Goiás, tornando-se sargento em 1903. Casa se, mas logo enviúva. Sua esposa morre de parto, o que era bastante comum naquela época. Dois anos depois casa-se com Luciana:

À tardinha, a chuva, que caíra ininterrupta, faz um intervalo. Um sol pálido mostra a cara amarela e fiapos de nuvens correm no céu nublado. As mangueiras do Largo gotejam sem parar. São como gotículas de brilhantes caindo sobre o verde da grama ao redor. O Tenente veste a farda impecável. Fizera a barba há poucos momentos e se mira ao espelho. Endireita o quepe na cabeça. É hoje, tenho que me apresentar com distinção, segundo Zé Trigais. Ri sozinho. Por uns instantes se esquece da agonia em que vem vivendo essas últimas horas. Amigo bom o tio. Companheiro sincero pra tudo. É como um irmão mais velho.

Sempre puxando minha cabeça para o lugar certo. Sorri mais uma vez. O espelho reflete sua figura. A farda de Tenente assenta-lhe bem. Minha mãe esmera nas minhas roupas. Sinto orgulho quando alguém elogia minha farda sempre bem feita e bem passada. A barba azulada empresta ao rosto esse ar másculo. Alisa o bigode. Torce-lhe as pontas. É. Estou pronto. Vamos enfrentar a fera do Mestre Silva, Perdigão? Sorri com gaiatice e sai. Caminha resoluto e firme. Não vou me intimidar com o Velho. Por que ele não me aceita para marido da Luciana? Será que só ele é o homem perfeito? Pois vai ver. Ela será minha! Haja o que houver. Ela será mi-nha! mi-nha! mi-nha! Assusta-se. Pigarreia. Sacode a cabeça mais uma vez pra lá, pra cá e toma a direção da casa do Mestre Silva. É recebido com cerimônia, na sala, pelo dono da casa. De cara fechada o velho mal abre a boca para concordar com o casamento e já acerta a data da solenidade: 14 de maio de 1905. O ato religioso é realizado pela madrugada, conforme costume da época, na Igreja da Boa Morte e é oficiado pelo Padre Confúcio. Às oito horas casam-se no civil, com o Escrivão do Registro Civil, Joaquim Xavier dos Guimarães. (p. 28)

E os capítulos vão sucedendo-se numa linearidade a mostrar o cunho memorialista da obra e a tentativa da autora em resgatar, numa simbiose entre história e romance, o caminhar de sua própria família.

Na sequência dos fatos, a romancista vai enumerar os acontecimentos na vida de Zaca, com a chegada dos filhos e os vários destaques que recebe, fruto de políticas oligárquicas e perseguidoras da República Velha em Goiás e no Brasil. Narra, também, as questões dos impostos e dos crimes de pistolagem na fronteira do Estado e nas pequenas cidades interioranas:

Faz-se repentino silêncio. Só se ouve o mugido do gado e os pios estridentes dos passarinhos. O fazendeiro chega de manso ao militar e lhe propõe gorda propina, visto a boiada ser numerosa. Perdigão, já encolerizado, destampa com o boiadeiro, a ponto do mesmo sair quase correndo, deixando aos seus peões a incumbência de receberem as ordens militares. Terminada a contagem do gado o militar volta-se para o primo, carrancudo. - Cabo Eduardo, preencha o talão do imposto sem descontar dez réis sequer. Ao receber momentos depois o documento dirige-se ao capataz. Leve ao seu patrão. A boiada só será liberada para a travessia depois do pagamento total, diz secamente. Ao se ver despojado de tão alta importância o boiadeiro jura vingar-se. Só então o gado é impelido para as margens do rio. Os gritos dos peões reboam no ar morno da tarde. O sol claro malha, sem piedade, o dorso cintilante do rio Turvo levantando fagulhas brilhantes. Com estrondo as patas dos ruminantes vão se aprofundando na lama escorregadia do barranco do rio. Os corpos pesados e gordos deslizam e se aprofundam na água barrenta. Jana, cujos cabelos louros brilham mais ao sol poente, sente-se atraída para a balbúrdia no porto. - O que é isto, papaizinho? - É a travessia do gado, minha filha. Fique quieta aí, hein? Ela agarra-se à saia rodada da mãe e tem os olhos cintilantes. Luciana carrega, com muito carinho, o pequeno Leonardo afagando-lhe as costas gorduchas. Nunca assistira espetáculo igual e acompanha a travessia da boiada com curiosidade. - Veja, Perdigão! Grita Luciana apontando ao longe. - O que foi? De cima da cerca de corrente também ele tem o olhar sobre o rio largo. - Aquele boi vai rodando. Veja como ele se encontra longe do grosso da manada... - É mesmo. Deve ser uma rês mais fraca e foi colhida pela correnteza forte. - Coitado... será que os peões não viram ainda o que está acontecendo? pergunta aflita sempre de olhos postos sobre o rio. (p. 48)

Edla Pacheco Saad constrói um romance histórico dividido, ao avaliar com olhos curiosos e acesos os acontecimentos goianos, ciente de que faz história, portanto, feita com alma e sentimento.

Gênero escasso no Brasil, o romance histórico em Goiás sempre recebeu atenção das mãos femininas, como Rosarita Fleury, Edla Pacheco Saad, Armênia Pinto de Souza e Ada Curado.

Edla Pacheco, ao tecer história e ficção, demonstra largo conhecimento sobre a economia goiana nos primeiros decênios do século XX, calcada na criação de gado e na agricultura, essa, embora ainda de subsistência.

Com a permanência em lugares distantes, no antigo norte de Goiás, a autora comenta o contato dos habitantes com os índios, coisa frequente no local:

Nos primeiros dias Luciana sente-se perdida naquele mundo desconhecido para ela. Assusta-se, a todo momento, com a aparição inesperada dos índios Caiapós, que habitam a região. Certa manhã trabalha na arrumação de suas malas. O marido saíra com os soldados em inspeção à cidade. As crianças brincam no salão grande do refeitório. Distraída vai cantarolando em surdina, enquanto as mãos hábeis dobram e separam vestimentas das crianças. Alguém esbarra de encontro à mesa comprida da sala, onde ela se encontra. Volta-se assustada. - Oh, meu Deus?! grita alarmada. Olhos esbugalhados, sente-se paralisada de medo e susto. À sua frente, quatro silvícolas possantes fitam-na com atenção. Um cheiro forte de óleo de coco de mistura com Urucu chega-lhe às narinas. Os índios, completamente nus, continuam a examinar a moça assustada. Seus olhos oblíquos percorrem o recinto, as malas abertas no chão. Luciana, apavorada, queda-se extática ante os gigantes marrons. As cabeleiras pretas e lisas caem sobre os ombros largos. Franjas cobrem-lhes a testa e os olhos amendoados despedem chispas de malícia. Conversam

em surdina e não param de sorrir. Apanham objetos sobre a mesa. Um espelho pequeno que Perdigão usara para se barbear, antes de sair, é examinado minuciosamente. Entre risos passa de mão em mão. Assim também acontece com um canivete de cabo de madre pérola, de cortar fumo. Abrem a gaveta da mesa, escolhem uma faca. Luciana não se contém. Põe-se a soluçar alto supondo ser o seu fim. Jana e Leonardo, assustados com o choro da mãe, correm para ela e gritam, também, alarmados com os gigantes nus. Os silvícolas, então, miram uns aos outros sempre sorrindo. A proporção que o choro da mãe e dos filhos se eleva, seus risos arrebetam em gargalhadas inocentes. (p. 80)

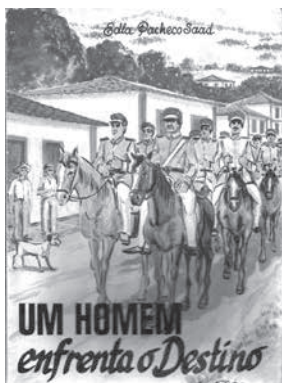
Zaca, com a família, caminha de cidade em cidade, onde há desavenças, lutas e brigas para o cumprimento de seu dever, quando discute as questões de limites de Estado e a arrecadação necessária.

O terceiro volume termina com a morte de Martim, tio de Zaca e com as perquirições do protagonista acerca da vida e de suas contradições:

Perdigão meneia a cabeça com lentidão. Luta contra os pensamentos malucos que correm, desenfreados, na cabeça pendida para o chão. Solução seco escapa de seus lábios. Assusta-se. Volta à realidade dura do momento. Sacode a cabeça, agora, com mais vigor pra lá, pra cá. Suspira fundo de novo. - 'Homem não chora!' As palavras do vovô José Trigais chicoteiam seu intimo. O peito arde de dor. Levanta a cabeça. Aspira o ar úmido com violência, disfarçando sua agonia. - Perdigão, venha tomar o café. Acabei de passá-lo, vem a voz meiga da esposa lá da cozinha. Ele balança a cabeça de novo. Alisa a cabeleira revolta como autômato. As palavras saem amargas, espremidas, cheias de dor: - Ê mundo velho sem porteira! Exclama entre dentes. (p. 237)

O quarto volume da tetralogia, com o título de *O Major*, encerra a vida do menino Zacarias de outrora e o militar desassombrado, vivendo as loucuras de um regime injusto e imediatista: “Minha missão é ingrata. Defender o governo, quer seja bom ou ruim. Não, compete ao militar decidir sobre isso. É um problema para os políticos”.

Ao passar por dissabores e remoções para ermos distantes, Zaca vai seguindo sua vida militar, chegando a Major em 1920 e reformando-se em 1923, para dedicar-se à família: *“De hoje em diante, 26 de maio de 1923, o Major Perdigão passa a ser um homem livre, mulher! Livre, entendeu? Senhor do seu nariz. Dono de sua vontade. Livre para ir e vir onde lhe apeteecer. Livre, minha flor! Li-vre! Livre! Exclama de olhos brilhantes também!”* (p. 84)



Os dois últimos volumes da tetralogia de Edla Pacheco Saad.

Daí por diante, seguem cenas da compra da fazenda, a morte de parentes, a Revolução do Duro, hoje Dianópolis, a doença e morte da esposa, a velhice do Major até o seu falecimento em idade avançada. Ao fechar sua tetratologia das memórias do velho Zaca, Edla Pacheco, assim como Rosarita Fleury, consegue fazer uma narrativa

regionalista ao melhor estilo de um Bernardo Élis ou de um Hugo de Carvalho Ramos.

A apologética do romance regional e feminino goiano está centrada na história. Nossas romancistas destacaram-se pela reviviscência da civilização goiana num rastreamento de mais de 200 anos. Recurso importante, o romance feminino em Goiás nasceu sob a égide diegética.

E haverá sempre o confronto entre a verdade e ficção que jamais poderá ser completamente elucidado. Até que ponto a imaginação do romancista estaria a serviço da história?

O romance goiano é algo discutido em produções críticas de Gilberto Mendonça Teles e Heloísa Helena de Campos Borges. Gênero para tais autores tido por novo e de poucos autores, dentre estes, a notável vilaboense que construiu uma obra de mérito e valor.

Edla Pacheco Saad nasceu na Cidade de Goiás em 12 de setembro de 1918, filha do Tenente Coronel da Polícia Militar, José Gonçalves Pacheco e Maria do Carmo Pacheco, casal de honra e dignidade dos velhos tempos, moradores do Largo do Moreira de onde se des-cortinava uma ampla visão dos morros que circundam a antiga cidade.

Na velha capital Edla fez o curso primário e secundário no Lyceu de Goiás, ao fazer parte da turma de 1936 da qual foi paraninfo o saudoso professor goiano Alcide Celso Ramos Jubé. Essa turma, no dizer de Alarico Vellasco, sofreu dupla revolução: a Constitucionalista de 1932 e a interna em prol da mudança dos uniformes arcaicos do velho estabelecimento de ensino. Tudo corria em normalidade, haja vista que Edla promovia bailes românticos muito ao gosto da época, e as competições esportivas onde torcia pelo namorado José Ottacílio de Vellasco Figueiredo, jogador inveterado, líder dos estudantes daquela ditosa quadra.

Saindo do Lyceu, Edla encaminhou-se pelas sábias lições aprendidas com o velho professor José Pèclat e tornou-se mestra de matemática, na mesma escola onde estudou. Nesse período de muita atividade, casou-se com o Catalano João Saad, que em Trindade foi

sócio de Gabriel Alves de Carvalho na primeira Usina de Força e Luz daquela cidade, realizando salutar trabalho.

Casados, fixaram residência em Itapirapuã, como autênticos pioneiros, enfrentando a inospidez dos primeiros tempos naqueles ermos. Ali, foram responsáveis pelo Cartório de Notas e imóveis, onde Edla foi Tabeliã; cuidaram da fazenda, onde criaram os filhos em contato com a natureza e tudo fizeram pelo bem da localidade. Consciente de seu papel histórico, Edla Pacheco Saad compilou dados importantes e escreveu o seu primeiro livro que foi publicado em 1978: *Itapirapuã, a sesmaria e a cidade*, que teve boa acolhida entre a comunidade e entre os historiadores goianos.

Aposentada, Edla Pacheco quis retomar à sua velha cidade chantada entre os morros. Assim, em 1963, comprou o velho casarão, outrora pertencente à jornalista Oscarlina Alves Pinto, no Largo do Chafariz, rente ao Museu das Bandeiras. Nesse casarão, Edla e João Saad prosseguiram a vida alicerçada na compreensão e no amor.

Grande intelectual, de vibrante imaginação Edla Pacheco começou a escrever romances embasados na história de Goiás. Assim, foram nascendo: *Zaca* (1987), *Paredes cinzentas* (1988), *Um homem enfrenta o destino* (1992) e *O Major* (1996) que revisitam o nosso passado cultural e o nosso folclore, fixando tipos humanos, a exemplo da pioneira Rosarita Fleury. Deixou ainda inéditos: *História de Villa Boa* (dois volumes), *Roteiro histórico e sentimental de Villa Boa de Goiás*, *Receitas da tia Maria* e *Retalhos coloridos*.

Edla pertenceu às entidades culturais goianas: Academia Vi-laboense de Letras, Academia Trindadense de Letras, Academia Catalana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, União Brasileira de Escritores, secção de Goiás, Sócia Correspondente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, redatora por vários anos do conhecido jornal “Cidade de Goiás”, liderado por Luís do Couto Filho (Yoiô do Couto)

Modesta e simples, porém profundamente sábia, Edla Pacheco era uma sonhadora do seu Largo do Chafariz, compilando dados

sobre Vila Boa, escrevendo, sonhando, vivendo, sofrendo, depois da morte do companheiro de 50 anos, falecido em 1991. Mesmo sozinha, soube ser luz e caminhar na beleza de seus passos firmes, consciente de sua posição no mundo e da missão que Deus lhe dera.

Na data em que recebeu pela Faculdade de Filosofia Cora Coralina da Cidade de Goiás, o título “Honoris Causa”, faleceu repentinamente em 26 de Julho de 1997, aos 78 anos de idade. O seu sensível coração de mulher delicada e cheia de amor, não resistiu ao impacto e parou para sempre!

Mas, a luz da sua sabedoria e a bondade de sua alma permanecerão para sempre no caminho daqueles que a conheceram.

Descanse em paz Edinha Pacheco!

Como exemplo de sua sabedoria, um trecho de sua entrevista a Ebe Lima, em 02 de maio de 1997:

“Não faço planos para a virada do século. Sentir-me-ei muito feliz em “ver” e “sentir” o ano 2000. Ponho-me a matutar: depois de tantas previsões dos sábios, o ar, a terra, o sol e as estrelas serão os mesmos? O dia virá claro e transparente no mês de abril? As tardes calorentas de setembro virão ruborizadas com a mesma luz do entardecer? O homem sentirá o mesmo prazer em apreciar o luar, sentir a carícia do ar transparente e o AMOR ainda existirá entre as pessoas?”.

Indagações de uma artista da palavra, Edla Pacheco, grande literata, romancista e pesquisadora goiana!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelly Alves de. *Anotações e conclusões*. Goiânia: Líder, 1986.

SAAD, Edla Pacheco. *Zaca*. Goiânia: Ed. Líder, 1979.

_____. *Veredas luzentes*. Goiânia: Ed. Líder, 1986.

_____. *Um homem enfrenta o destino*. Goiânia: Ed. Líder, 1992

_____. *O major*. Goiânia: Edigraf, 1997.

Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mores em Vila Boa de Goiás

(Escorço genealógico da família Gomes da Neiva)

*Antonio César Caldas Pinheiro**

Entre os habitantes da capitania de Goiás no século XVIII, causa admiração encontrarmos entre os optimates de Vila Boa o capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira, cuja ascensão naquela sociedade ofuscou até mesmo aqueles que filhos da nobreza, não galgaram postos de relevo na administração pública da época. Admira mais quando sabemos ser o citado capitão-mor filho da plebe e marchante, ou seja, fornecedor de carne para os açougues e, também, curtidor de couro, atividade que exercia com grande lucro, monopolizando a produção de solas. Enriquecendo nestes misteres e sendo filho da plebe, granjeou para si antipatias, inveja, principalmente de outros reinóis que acreditavam serem oriundos de melhor prosápia.

Em pleno período da produção aurífera de Goiás, chama-nos a atenção Antônio Gomes de Oliveira se dedicar à criação de gado. Era grande criador e possuía diversas fazendas na região anteriormente conhecida por Campanha de Santo Antônio ou Campanha do Turvo. Sertão antes palmilhado pelos bandeirantes, cujo povoamento se deu ainda no século XVIII, sendo lugar de mata fechada com manchas de cerrado, conhecido por “campanha” justamente devido aos extensos campos e planícies ali existentes, excelentes para a pecuária.

* Antônio César Caldas Pinheiro é Sócio Titular do IHGG, cadeira nº 41.

A mais antiga notícia sobre a ocupação efetiva daquelas plagas, encontramos-na em um mapa de 1772 denominado *Carta Topographica do País dos Rios Claro e Piloens*, no qual se assinala a fazenda e o retiro de Antônio Gomes de Oliveira.

A região dos rios Claro e Pilões, bem adiante do atual município de Palmeiras de Goiás foi alvo da maior atenção da metrópole portuguesa no século XVIII. Por Carta Régia de 09 de agosto de 1739, a coroa declarou a região zona proibida à mineração, sendo guardada por destacamento militar até 1803 (SALLES, 1992, p. 96). Era o chamado “Distrito Diamantino”, interdito a faiscadores, ou seja, a mineradores avulsos, sem contrato, ou melhor dizendo, sem licença para trabalharem na região.

Com dificuldade para a exploração dos diamantes e para a coibição do contrabando, a coroa portuguesa em 1749 celebrou contrato com os irmãos Caldeira Brandt que já eram detentores do contrato do Serro Frio em Minas Gerais. Expirando o contrato em 1751, a coroa manteve para si o privilégio da mineração nestes rios, ficando assim a região interdita até o ano de 1801. (SALLES, 1992, p. 98)

A fazenda citada de Antônio Gomes e Oliveira ficava fora da região chamada “dos rios proibidos”, mas estava no caminho para esta zona interdita, no caminho para o arraial do Rio Claro, sempre guardado por um destacamento militar.

Em busca de informações que pudessem trazer um maior conhecimento a respeito desse antigo proprietário de fazendas, encontramos vários documentos referentes às terras que possuía na região dos rios dos Bois e Turvo, onde criava gado para abastecer o mercado de Vila Boa.

Antônio Gomes de Oliveira era português, natural de Santa Cruz de Jovim, arcebispado do Porto. Desde a década de 1730 estava em Goiás onde já despontava como criador de gado. Em 1749 comprou, por 350 oitavas de ouro, a Luiz Ribeiro de Faria, uma casa

em Vila Boa, na rua Direita, “coberta de telhas” e que dividia por um lado com o advogado Dr. José Pinto Ferreira. A indicação “casa de telhas” indica, sem dúvida, a importância do imóvel e o poder aquisitivo do comprador. Naquele tempo, certamente, a maioria das casas de Vila Boa deviam provir, ainda, dos primeiros tempos do povoamento, levantadas sem muito esmero, de pau-a-pique, barreadas e cobertas de capim. O documento compulsado ainda registra a existência de um açougue junto a esta casa, açougue que certamente pertencia a Antônio Gomes de Oliveira que era marchante.

Os documentos informam-nos, também, que era grande produtor de sola, produto importantíssimo naquele tempo para a confecção de calçados, cinturões, arreios, selas etc. Em 1778, um reinol, Joaquim Pereira Gaia Peçanha, requerendo licença para abrir uma fábrica de sola em Vila Boa de Goiás deixou algumas informações sobre Antônio Gomes de Oliveira.

O documento compulsado refere-se a uma denúncia exarada em uma consulta dirigida ao Rei D. José I, referente à possibilidade de se instalar uma fábrica de sola em Vila Boa, o que poderia, segundo o requerente Joaquim Pereira Gaia Peçanha, fazer frente ao monopólio exercido por Antônio Gomes de Oliveira. Enriquecendo-se com a criação de gado, comércio de carne em açougue e manufatura do couro, a ascensão de Antônio Gomes irritou alguns de seus coetâneos que não se conformavam em verem um filho da “arraia-miúda” alcançar fortuna e posição de destaque na sociedade goiana da época.

Alvo do ciúme de muitos, tendo entrada em todas as instâncias da política da capitania onde três de seus genros ocupavam postos de relevo e tinham carta branca com os governadores, em 1782 Antônio Gomes de Oliveira seria nomeado pelo governador e capitão general Tristão da Cunha Menezes para capitão de ordenança de Vila Boa. Prestou juramento e tomou posse do posto a 22 de maio

de 1782 perante o capitão-mor de Villa Boa, Joaquim Pereira de Velasco Molina e as testemunhas Antônio Botelho da Cunha, Juiz de Órfãos, Lourenço Antônio das Neiva, cirurgião-mor, ambos genros de Antônio Gomes, sendo escrivão Joaquim Manuel de Passos.

Em 1783, com o falecimento do capitão-mor Joaquim Pereira de Velasco Molina, para atizar ainda mais o ânimo de seus êmulos foi nomeado pelo mesmo governador e capitão general Tristão da Cunha Menezes para capitão-mor de Vila Boa e sua comarca. Tal fato inflamou ainda mais os ciúmes, motivando uma carta-queixa escrita por Antônio de Souza Teles e Menezes referindo-se à proteção que o governador prestava a Antônio Gomes de Oliveira nomeando-o para o posto de capitão-mor, preterindo as pessoas da nobreza de Vila Boa.

Os ânimos continuaram acirrados contra Antônio Gomes. O bacharel Antônio de Souza Telles e Menezes, reinol graduado na Universidade de Coimbra, inconformado por ter sido preterido para o lugar de capitão-mor de Vila Boa, escreveu uma extensa carta à Rainha Dona Maria I, denunciando o que, no seu entender, ia contra as ordens reais.

Na carta informa que com a passagem de Joaquim Pereira de Velasco Molina, em 17 de dezembro de 1782, para mestre de campo do Regimento General de Primeiro de Cavalaria Auxiliar da guarnição da capitania de Goiás, o posto de capitão-mor vagara. Conforme a legislação real então vigente, foram propostos pela Câmara de Vila Boa “três Pessoas de melhor Nobreza, Christandade, e desinteresses” para dentre eles o governador escolher o melhor nome. Os nomes propostos foram: 1 - Francisco Pereira Marinho, capitão de Cavalaria Auxiliar, à época, juiz ordinário de Vila Boa; 2 - Dr. Antônio de Souza Telles e Menezes, então capitão da Companhia da Nobreza de Vila Boa, com a dignidade de ser professo na Ordem de Cristo e bacharel formado pela Universidade de Coimbra; 3 - Antônio Gomes

de Oliveira, capitão de ordenanças de Vila Boa, homem que o documento informa ser um dos mais ricos da capitania e que já servira de juiz e vereador da Câmara de Vila Boa “e outros cargos da República”.

Apesar de estar em terceiro lugar, o governador Tristão da Cunha Menezes nomeou Antônio Gomes de Oliveira, o que motivou a emulação do bacharel Antônio de Souza Telles e Menezes que recorreu à Coroa para que se corrigisse o que dizia ser injusto, fruto da influência dos genros de Antônio Gomes junto ao governador e do poderio econômico do marchante. Indignado, dizendo que o governador constrangeu os Camaristas para incluírem o nome de Antônio Gomes na lista tríplice, preterindo a ele, denunciante, três vezes mais habilitado que os outros dois da lista, Antônio de Souza Telles e Menezes solicitou deferimento de seu pedido e que se o provesse no referido posto de capitão-mor de Vila Boa de Goiás.

À margem esquerda desse requerimento de Antônio de Souza Telles e Menezes, lê-se o seguinte despacho: *Informe o Ouvidor da Comarca com o seu parecer, e na Secretaria se suspenda a confirmação da patente do Suplicado [Antônio Gomes de Oliveira], enquanto se não decide o presente requerimento. Lisboa, 27 de março de 1784.*

O capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira solicitara confirmação da sua carta patente por requerimento de 18 de março de 1784. cremos que não soube da suspensão da confirmação de sua carta patente ocorrida em Lisboa, nove dias após esta sua solicitação. Devido a distância e a burocracia reinante, quando o documento enviado à capitania aqui chegou, parece-nos que Antônio Gomes de Oliveira já havia falecido. O homem de grande fortuna e influência faleceu antes de 1786. Fora casado com Dona GERTRUDES VAZ DE ALMEIDA, paulista, natural de Sorocaba, deixando dessa união quatro filhas e, pelo menos, mais dois filhos havidos com a escrava Narciza.

Adiante, a descendência de Antônio Gomes de Oliveira com Gertrudes Vaz de Almeida e, em seguida, com a escrava Narciza:

F₁ – MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, casada com o CIRURGIÃO-MOR LOURENÇO ANTÔNIO DA NEIVA, um dos primeiros cirurgiões-mor do Quartel de Goiás, nomeado para este mister no longínquo 1791. Antes, porém, que dele esboçemos as sucintas notícias que conseguimos, parece-nos necessário conhecer o que era, naqueles recuados tempos, a figura do Cirurgião-mor e as circunstâncias que antecederam sua chegada a Goiás.

No século XVIII, à época em que se dava o povoamento do nosso Estado, era a dignidade de cirurgião-mor do Reino uma das mais ilustres, concedida pelo monarca muitas vezes não em atenção ao mérito e competência dos favorecidos, mas quase sempre ao lance dos ofertantes que disputavam esta dignidade.

Segundo Americano do Brasil, o cirurgião-mor do Reino, no Velho Portugal, era talvez a máxima honraria nesta área. Ele exercia o papel do que hoje conhecemos por Delegado Geral da Saúde e indicava para as colônias, de acordo com a necessidade, pessoas às vezes incompetentes, sem o mínimo estudo e que iam exercer a medicina nos lugares mais recuados, onde sempre era grande a falta de remédios e outros meios necessários ao exercício da arte médica.

Naquela época, na Capitania de Goiás, devido à falta de médicos contratados pelo governo para o tratamento dos soldados, as pessoas que mais sofriam eram, justamente, os soldados do quartel. Os doentes militares eram tratados por particulares, pagando uma diária exorbitante a estes, que por sua vez, se obrigavam a dar remédios, roupas e os cuidados de um cirurgião particular, quando existiam. Esses cirurgiões particulares eram na maioria das vezes simples curandeiros, apenas treinados na arte empírica de curar.

Mais ou menos em meados do século XVIII veio para Goiás o primeiro desses prepostos do cirurgião-mor do Reino, não melhorando, porém, a penosa situação dos doentes, já que ele cometeu aqui as maiores explorações.

Procurando coibir os abusos e a anarquia que se estabelecera na Capitania, o cirurgião-mor do Reino enviou para Goiás em 1770 o cirurgião José Antônio Mendes.

Pouco ou quase nada adiantaram as medidas desse cirurgião. Em 11 de setembro de 1788 em comunicação à Rainha, o governador Tristão da Cunha Menezes corrigiu esta situação estabelecendo no hospital o cargo de enfermeiro percebendo por dia meia oitava de ouro, chamando ainda ao quartel o cirurgião-mor com um soldo equivalente ao de Alferes.

Comunicado tudo isto à Rainha, foi aprovado este contrato pela Carta Régia de 14 de março de 1789, sendo nomeado por outra de 9 de junho de 1791 o licenciado Lourenço Antônio da Neiva, que já há alguns anos se encontrava em Goiás. Este cirurgião-mor serviu aos militares e ao povo da antiga Capital por mais de quinze anos, desde a sua nomeação até a sua morte, ocorrida possivelmente em 1806. Era natural da Freguesia do Castelo da Neiva, Arcebispado de Braga, Portugal, onde nasceu mais ou menos em 1720. Viveu grande parte de sua vida em Goiás, tendo, em 1793, como nos relata Silva e Souza, erigido uma capela sob o orago de Nossa Senhora das Barrancas, hoje destruída.

Na planta geral da antiga capital, elaborada em 1782 pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guimarães, estão identificadas as duas chácaras que possuiu, para os lados da Cambaúba, notando-se ainda a interessante notícia de que um parreiral existente em uma dessas propriedades chegou a produzir oitenta barris de vinho, em 1783.

Em 1825 o Governo provincial querendo dar impulso à fundação do Hospital São Pedro de Alcântara, criado por Carta Imperial de 25 de janeiro do mesmo ano, autorizou a fundação daquele tão útil estabelecimento e ordenou a sua rápida execução. Para isso, o governo da província incumbiu o sr. Teotônio José da Silveira Pinto de arrematar em praça a casa que fora do falecido Lourenço Antônio da Neiva, para nela ser instalado o hospital.

Esta casa, segundo Cunha Matos, era de sobrado, muito vasta e elegante, possuindo um rico oratório que acreditamos ser a mesma capela de Nossa Senhora das Barrancas citada por Silva e Souza. Estava fora da cidade cerca de “um tiro de espingarda” e em 1825 se encontrava seqüestrada pelo Juízo da Bula.

Para se adquirir esta propriedade, o governo provincial apenas fez a ressalva de que o preço não excedesse ao da última avaliação e que fosse pago nas mesmas condições como as de quando o Bispo de Castoria, então prelado de Goiás, a quis arrematar para sua residência. Cremos porém, que o negócio não se efetivou.

No Museu das Bandeiras encontra-se um interessante livro de fórmulas do cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva. Nele, encontram-se preciosas informações para os que se interessam em conhecer os métodos usados no tratamento das doenças no final do século XVIII.

Herdeiro de seu sogro Antônio Gomes de Oliveira, o cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva solicitou, em 1788, confirmação das sesmarias que lhe ficaram por sua morte. Além disso, solicitou outras sesmarias, mas em nome de suas filhas. Todas, porém, na mesma região dos rios Fartura, Bois e Turvo, continuando, talvez, com a criação de gado e alguma mineração.

Requeriu o cirurgião-mor confirmação de sesmarias na Boa Vista e na Serra Dourada, aduzindo no requerimento que queria legitimar estas terras, das quais seu sogro tivera a posse há mais de vinte anos. Ou seja, já na década de 1760 Antônio Gomes de Oliveira desbravara a região, organizando sua fazenda de criar. Ainda no ano de 1788 são requeridas, como já mencionado, outras confirmações de sesmarias na região, e todos os requerimentos são em nome das filhas do cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva, netas de Antônio Gomes de Oliveira.

Destarte, Ana Joaquina da Neiva requer confirmação de sesmaria no Rio dos Bois, confrontante com a requerida por Gertrudes Antônia

da Neiva, no lugar chamado Tapera; Maria Lourença da Neiva requer confirmação da sesmaria do Riacho Grande, e Antônia Lourença da Neiva requer confirmação da sesmaria do Buriti, todas, sem dúvida, detrás da Serra Dourada, como registrado em algumas dessas cartas.

Por este arrazoadado, é possível conhecer os primeiros proprietários de terras daquela região, onde mais tarde surgiram Palmeiras de Goiás, Paraúna, Turvânia, Buriti de Goiás e outras cidades. Entende-se o porquê do antigo nome de Campanha de Santo Antônio, santo onomástico de seu principal fazendeiro e posteriormente, Campanha do Neiva, como já mencionado em documentos do final do século XVIII e no século XIX, por passar a pertencer ao herdeiro de Antônio Gomes de Oliveira, o cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva, que passou a administrar as fazendas e solicitou confirmação de suas terras.

O cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva e dona Maria da Conceição Oliveira, deixaram, pelo menos, os seguintes filhos que não vão relacionados por ordem de nascimento, por nos faltar dados para isto:

N₁ – ALFERES ANTÔNIO MANOEL DA NEIVA – que também assinava Manoel Gomes da Neiva. Deixou testamento existente no Cartório da Família da Cidade de Goiás. Não se casou, mas deixou uma filha natural de nome Cária [?], que teve com Cândida Maria de Brito. O testamento informa, ainda, que à época Dona Cândida se encontrava grávida e que ele reconhecia estes dois filhos. Era da Irmandade do Santíssimo e do Bom Jesus dos Passos, falecendo possivelmente em 1820.

N₂ – MARIA LOURENÇA DA NEIVA – solteira em 1820.

N₃ – LOURENÇA ANTÔNIA DA NEIVA – solteira e mentecapta. Em 1823 é citada em uma declaração dos bens que

lhe coube por herança de seu avô, o capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira. Era falecida em 1828 e deixou pelo menos um filho natural:

BN1 – JOÃO BATISTA DE CARVALHO, que se casou no arraial de Curralinho, hoje Itaberaí a 09/01/1829, com ANA PEREIRA DE OLIVEIRA, e faleceu no mesmo arraial a 20/02/1874. Era afilhado de sua tia-avó Tereza Gomes de Oliveira, e dela foi herdeiro, como veremos adiante.

N₄ – ANA JOAQUINA DA NEIVA, solteira em 1820.

N₅ – CÂNDIDA ROSA DA NEIVA, solteira em 1820.

N₆ – DELFINA ANTÔNIA DA NEIVA, solteira em 1820.

N₇ – FRANCISCA ANTÔNIA DA NEIVA. Casou-se com JOÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA, filho de Jerônimo Alves de Oliveira e Vicência Felizarda da Costa, falecido na Cidade de Goiás, onde foi inventariado, a 08/12/1828. Deixaram três filhos:

Bn2 – JOÃO, nascido em 1819.

Bn3 – JOAQUIM MANUEL DE OLIVEIRA, nascido em 1821. Casou-se, na Cidade de Goiás, a 23/06/1870, com LUIZA FERREIRA COELHO, nascida em 1858, filha de Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Antônia Luiza Ferreira.

BN – ANA, nascida em 1823.

N₈ – JOSÉ JOAQUIM GOMES DA NEIVA, casou-se com JULIANA MARIA DE MEDEIROS e tiveram pelo menos:

BN2 – JOSÉ MARIA GOMES DA NEIVA, que se casou em 31-10.1836 com AFRA FRANCISCA HUTIM, nascida em 1823. Deixaram descendência.

N₉ – FELISBERTA LUIZA DA NEIVA, casou-se com JERÔNIMO JOSÉ DE SOUZA, seu primo, nascido em Goiás a 13/09/1791, filho de José Joaquim de Souza e Maria da Assunção Oliveira. Deixaram:

BN5 – ANA, nascida em 1813.

BN6 - Padre JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA NEIVA, batizado na Catedral da Cidade de Goiás a 19/03/1815, recebendo por padrinhos o coronel Francisco Pereira Caldas e dona Josefa Ribeiro da Costa. Atraído para a vida sacerdotal, tomou, a 5 de fevereiro de 1838, a primeira tonsura e os quatro graus das ordens menores das mãos de Dom Francisco Ferreira de Azevedo. A 18 do mesmo mês e ano recebeu a ordem de subdiácono e a 16 de março o diaconato. Foi ordenado presbítero por Dom Francisco, em seu oratório particular, ou seja, na capela da residência episcopal, no dia 25 de março de 1838, às 5 horas da manhã. Padre Joaquim José de Souza Neiva foi nomeado a 2 de janeiro de 1839 para cura da capela de Pouso Alto, hoje Piracanjuba. Em 6 de janeiro de 1841 é provisionado cura do arraial do Vai-Vem (Ipameri) e em 1843 foi transferido para o arraial de Nossa Senhora da Abadia do Bom Sucesso (Tupaciguara). No Triângulo Mineiro, então pertencente à Diocese de Goiás, trabalhou por muitos anos em diversos arraiais. Foi coadjutor da paróquia de Brejo Alegre (Araguari), por provisão de 10 de maio de 1856. Em 5

de janeiro de 1863, por provisão dessa data, foi transferido para São Pedro de Uberabinha (Uberlândia), sendo exonerado da função em 26 de dezembro do mesmo ano. Permaneceu servindo a algum curato no Triângulo Mineiro e a 24 de outubro de 1870 foi provisionado na paróquia recém-criada de Nossa Senhora da Abadia do Bom Sucesso. Foi transferido para a paróquia do Alemão (Palmeiras de Goiás) em 1871, mas no mesmo ano se tem registro do padre Neiva em Tupaciguara onde permaneceu, pelo menos até o ano de 1888, pois nesse ano foi renovada sua provisão de pároco encomendado daquela paróquia. Por mais que procurássemos, não pudemos encontrar notícias referentes à data de seu falecimento.

BN₇ – PEDRO, nascido em 1818.

BN₈ – JOSEFINA, nascida em 1819.

BN₉ – ANA JOAQUINA DE SOUZA, nascida em 1827, casou-se com JOAQUIM MARIA BUENO DA FONSECA, batizado em Goiás a 9.2.1812, filho de José Bento Bueno da Fonseca e Josefa Maria de Jesus, falecendo ambos em Itaberaí, onde deixaram descendência.

BN₁₀ – FRANCISCO, nascido em 1828.

N₁₀ – GERTRUDES ANTÔNIA DA NEIVA, casou-se com BARTOLOMEU LOURENÇO DA SILVA, também cirurgião-mor de Goiás, nascido pelo ano de 1753, na Vila de Santarém, Patriarcado de Lisboa.

Bartolomeu Lourenço da Silva foi treinado na arte de curar pelo seu sogro Lourenço Antônio da Neiva e o substituiu quando da sua morte. Era vereador da Câmara de Goiás em 1795 e procurador da mesma Câmara em 1786. Passou, a 20 de dezembro de 1806, de Cirurgião-mor do 1º Regimento da Cavalaria de Milícias a Cirurgião-mor das Tropas Pagas, em cujo exercício foi confirmado por Despacho do Supremo Conselho Militar de 15 de abril de 1809 na graduação de tenente com soldo de alferes e, logo em seguida, em 1811, passou a perceber soldo de tenente efetivo.

Em 1825 requereu ao imperador a graduação de capitão, com o soldo correspondente a este posto. Movido por este requerimento, o secretário de estado, João Vieira de Carvalho, solicitou ao governador das armas da Província de Goiás, Raimundo José da Cunha Matos, pela portaria de 11 de maio de 1825, informações sobre esta solicitação. O governador das armas, em resposta, após discorrer sobre a carreira militar do cirurgião-mor Bartolomeu Lourenço da Silva, teceu elogios sobre o seu caráter:

Pelo que reporta ao caráter pessoal e serviços públicos do suplicante, cumpre-me dizer a V. Ex.^a que é um ancião respeitável pelas suas virtudes e talentos; com tal grau caritativo, que assiste não só gratuitamente a todos os enfermos desta cidade, mas ainda fornece medicamentos seus, a todos os necessitados, sendo neste ponto tão escrupuloso, que milhares de vezes têm alimentado e curado os enfermos do Hospital Militar à sua própria custa, com zelo infatigável e digno de louvor eterno. O suplicante tem uma numerosíssima família em que conta três filhos Oficiais de 1ª Linha e um de 2ª. A sua caridade atrasou os seus meios de subsistência, mas nem por isso deixou de executá-la com o antigo fervor, de maneira que nem mesmo o Físico das Tropas, apesar da desinteligência em que vive o suplicante, faz-lhe justiça que merece.

E termina Cunha Matos:

O acesso ao posto de Capitão, com o respectivo soldo que o suplicante requer é independente de mera graça de Sua Majestade Imperial, mas esta mesma graça já tem sido concedida a outros indivíduos menos qualificados do que o suplicante, cujo requerimento com outros papéis que eu exigi para melhor informar a V. Ex.^a, sobem à respeitável presença de V.Ex.^a. O suplicante jurou a Constituição do Império do Brasil.

Bartolomeu Lourenço da Silva faleceu a 13 de julho de 1827. Sua esposa, por se encontrar com dificuldades financeiras, recebeu uma pensão de seis mil réis mensais, concedida pelo Supremo Conselho Militar por Provisão de 12 de dezembro de 1829. Entre os muitos filhos que tiveram descobrimos, pelo menos:

BN₁₁ – Alferes FRANCISCO DE ASSIS MASCARENHAS.

BN₁₂ – ANTÔNIO JOAQUIM DA SILVA, soldado Dragão em 1816.

BN₁₃ – JOSÉ MARIA DA SILVA, cadete dos Dragões em 1821.

BN₁₄ – HELENA DE ASSIS MASCARENHAS, casada com o tenente-coronel JOAQUIM GOMES DE SIQUEIRA. Deixou descendência relacionada por Jarbas Jayme no 1º volume de “Famílias Pirenopolinas”, página 62.

BN₁₅ – ANA JOAQUINA DA SILVA, casou-se com ANTÔNIO JOAQUIM MARQUES. Deixaram filhos e são bisavós do grande literato Hugo de Carvalho Ramos.

F₂ - ANA MARIA GOMES DE OLIVEIRA, falecida antes de 1786. Foi casada com o ajudante de ordens JOSÉ DA SILVA MALDONADO d'EÇA, natural da Vila de Estremoz, Portugal. Após o falecimento de sua esposa, José da Silva Maldonado d'Eça retornou a Portugal e ocupou postos de distinção. Em 1793 requereu justificação de nobreza, documentos existentes na Torre do Tombo, em Lisboa. Era da ordem de São Bento de Aviz e foi governador de Cabo Verde, nomeado a 07/03/1795, assumindo em 19 de junho do mesmo ano. Governou perto de três meses e veio a falecer neste posto a 10/09/1795. A quem ficou dois filhos que nesta época, devido à ausência do pai, estavam sob a tutela interina do cirurgião-mor Lourenço.

F3- FRANCISCA GOMES DE OLIVEIRA, também já falecida em 1786. Casou-se com ANTÔNIO BOTELHO DA CUNHA que foi Juiz de Órfãos de Vila Boa e em 1761 era comboieiro, trazendo escravos da Bahia para serem vendidos na capitania de Goiás. O casal deixou dois filhos dos quais foi tutor o pai Antônio Botelho.

F4- FELISBERTA JOAQUINA GOMES DE OLIVEIRA. Casou-se com JOSÉ PINTO DA FONSECA, natural da Freguesia de Carvalhaes, filho de Manoel Alves da Fonseca. José Pinto assentou praça de soldado dragão em 29/07/1772 em Vila Boa de Goiás, com 24 anos de idade. Em 1774 era cabo de esquadra da Companhia de Dragões da capitania de Goiás, sendo elevado a alferes da mesma Companhia em 1775, o mesmo ano em que recebeu a distinção do Hábito de Cristo. Teve grande atuação na pacificação de algumas tribos indígenas, tendo sido elogiado, em carta à Coroa, pelo governador José

de Almeida de Soveral e Carvalho, que o indicou para continuar as tratativas com os índios Carajá, Javé e Xacriabá. Este trabalho lhe granjeou ser elevado ao posto de capitão das ordenanças, por ato do Marquês de Pombal. Em 1777 seria nomeado para ajudante de ordens do Governo. Em 1789 estava em Lisboa, tendo requerido licença para continuar em Portugal para continuar tratando de seus negócios no Reino.

F5- ANTÔNIA GOMES DE OLIVEIRA, falecida antes de 1786. Casou-se com o alferes **JOSÉ RIBEIRO COSTA** que depois foi capitão-mor como seu sogro. Tiveram a única:

N11 – JOSEFA RIBEIRO DA COSTA, falecida a 10/09/1858, com testamento datado de 09/07/1858, no qual declara sua filiação e que foi casada com o capitão **FRANCISCO PEREIRA CALDAS**, natural de Valadares, Arcebisado de Braga, Portugal, onde nasceu mais ou menos em 1770. De Cuiabá Francisco Pereira Caldas veio para Goiás onde já se encontrava em 1792 e onde ocupou posições na sociedade da época. Foi vereador da Câmara de Goiás, ocupando a presidência em 1831, e em 1834 era procurador da Fazenda Provincial e coronel do 2º Regimento de Cavalaria Miliciania, tendo suplicado em 1824 a sua graduação em brigadeiro. Comerciante matriculado na praça do Rio de Janeiro, com negócios em Goiás e Cuiabá, possuiu diversas fazendas, salientando-se entre elas a fazenda do Brumado, no Distrito de Curralinho, uma das melhores propriedades daquela região. Ocupou ainda o lugar de Secretário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos para a qual havia entrado em 1794. Deixaram a única:

BN16 - HELENA PEREIRA CALDAS. Casou-se com RAIMUNDO NONATO HYACINTO, português, natural de Lisboa, escrivão e deputado da Junta da Fazenda da Província de Goiás, membro do Governo Provisório da Província de Goiás de 08/04/1822 a 14/09/1824. Segundo Raimundo José da Cunha Matos era proprietário de uma das melhores casas da Cidade de Goiás, e Saint Hilair elogiou sua casa e sua prataria. Transferiram residência para o Rio de Janeiro. Raimundo Nonato Hyacinto teve sua aposentadoria aprovada por expediente de 03/10/1828 onde faleceram, sem sucessão.

Como dissemos, o capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira deixou filhos com sua escrava Narciza. As informações sobre ela e seus filhos foram obtidas no testamento que Narciza deixou. Os filhos de ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA com NARCIZA foram:

F-6 TEREZA GOMES DE OLIVEIRA. Nasceu na Cidade de Goiás e foi batizada na matriz de Santana no dia 26/02/1770 e faleceu em Curralinho (Itaberaí) em julho de 1849, com 75 anos de idade. O assento de seu batizado informa que seu senhor, Antônio Gomes de Oliveira, a declarou “forra e liberta de toda a escravidão” assinando o assento, juntamente com Antônio Gomes, o padre coadjutor Salvador dos Santos Baptista e Costa. Tereza transferiu-se ainda cedo para Curralinho. Foi uma mulher à frente de seu tempo. Casou-se cinco vezes, enviuvando, casava-se novamente. Segundo informações existentes em seu testamento, foram seus maridos: LOURENÇO DA CRUZ LEAL, JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS, JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO, JOSÉ

ANTÔNIO DE OLIVEIRA E, POR ÚLTIMO, ESTANISLAU XAVIER DA ASSUNÇÃO, não tendo filhos em nenhum de seus casamentos. Era senhora de fortuna, com terras, ouro lavrado, casas na Cidade de Goiás e Curralinho e muitos escravos. Criou seu sobrinho e afilhado João Baptista de Carvalho, que recebeu este nome em homenagem a seu segundo esposo. João Baptista, também morador de Curralinho, foi quem a assistiu em sua velhice, tendo Tereza registrado em seu testamento:

[...] Declaro que prezentemente não tenho herdeiro algum necessário, descendente ou ascendente, por serem falecidos os que por direito deverião herdar a minha fazenda; e por isso muito de minha livre vontade instituo e declaro por meu herdeiro o meu afilhado sobrinho João Baptista de Carvalho, a quem criei e devo-lhe muitas obrigaçoens, e hé com quem tenho me achado na minha velhice, que se não fora ele talvez já não ouvesse [sic] a minha existência judiada pelos escravos e miséria em que me via sempre foi quem me tem socorrido [...].

Tereza era Irmã das Irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte, tendo sido juíza dela por duas vezes, de Nossa Senhora do Rosário, de Nosso Senhor dos Passos, do Santíssimo Sacramento e também das Santas Almas.

Quando se casou com o quinto marido Estanislau Xavier da Assumpção, Tereza, como declarou em seu testamento, já contava com mais de sessenta anos, e por isso casou-se em regime de total separação de bens. Isso, porém, não impediu que Estanislau se aproveitasse do que Tereza possuía, como ela própria declara: *Declaro que sendo eu cazada com Estanislau Xavier da Assumpção, com Arras, tendo a condição somente delle proceder uzofruto do que trabalhamos, digo, do*

que trabalhasse-mos elle nada fez, e antes serviu para esbanjar, só se demorava neste Sítio em quanto se arranjava alguma couza de minha lavoura, logo seguia para a Cidade em quanto durava aquelle dinheiro, produto do que lavrava para dispor, aqui não punha os péz; algum lavrados poucos que eu possuhia, elle os vendeo, e comeo o dinheiro; por isso nada lhe devo, e neste prazo de tempo, muitas misérias passei por sua cauza, porque tudo quanto se fazia era pouco para elle se esbanjar.

F- 7 JOSÉ, Nasceu na Cidade de Goiás e foi batizado na matriz de Santana no dia 08/07/1774. O assento de seu batizado informa que seu senhor, Antônio Gomes de Oliveira, o declarou forro e liberto, assinando o assento, juntamente com Antônio Gomes, o padre coadjutor Salvador dos Santos Baptista e Costa, o padre João Antunes de Noronha e o seu genro Lourenço Antônio da Neiva, procurador de Lourenço da Costa Queiroga, padrinho do batizando. cremos que José tenha falecido em idade infantil, pois nada mais encontramos sobre ele. Acreditamos ser filho de Antônio Gomes, por ter sido alforriado na pia, como Tereza, sua irmã.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Brasília: Ipiranga, 1979. 302 p.

BERTRAN, Paulo (org.) *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Brasília: Solo Editores, 1996.

LEMKE, Maria. *De Marchante a capitão-mor: Antônio Gomes de Oliveira e seus familiares no palácio dos governadores (Goiás, 1740-1800)*. Espaço Plural, vol. XVII, núm. 35, julho-dezembro, 2016, pp. 63-81, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MATOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da Província de Goyaz* (1824). Goiânia: Líder, 1979. 185 p.

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1836.

PAULA, Jason Hugo de. *Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 – 1800*. Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. <https://repositorio.bc.ufg.br>.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – Portugal (1731-1822)*. Goiânia: Gráfica da Universidade Católica de Goiás, 2001, 529 pp. il.

TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978. 200p., il.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Histórico Estadual de Goiás - Goiânia

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC Goiás - Goiânia

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (Patrimônio Público Imobiliário - PPI) - Goiânia

Arquivo do Museu das Bandeiras – Cidade de Goiás

Arquivo Geral da Diocese de Goiás – Cidade de Goiás

Arquivo Frei Simão Dorvi (pertencente à FECIGO) – Cidade de Goiás

Cartório de Família da Cidade de Goiás (antigo Cartório do 1º Ofício) – Cidade de Goiás

CRÔNICAS

Jubileu de Quê?

*Gelmires Reis**

No dia seis de agosto de 1980, se Deus me permitir a vida, começarei setenta anos de jornalismo constante, mas não sei qual o designativo que deve ser dado a este jubileu. Como tipógrafo do semanário O PLANALTO, fundado, nesta cidade por Placidino de Paiva e Evangelino Meireles, em seis de agosto de 1910, tornei-me admirador da imprensa construtiva, colaborando em todos os números que saíram, durante o primeiro ano de publicação. Retirando-me das oficinas, não abandonei a colaboração no referido periódico em O MARIMBONDO, mensário crítico e literário, que surgiu, em primeiro de novembro do ano de 1911, sob a direção de Zé Brasil, Irineu e Delfinho. A imprensa, no interior, tem vida efêmera. Foi o que sucedeu. No sexto ano de publicação, ambos encerraram suas atividades, com grande pesar do que desejava o progresso local. O LAVOURA E COMÉRCIO, de Uberaba, me abriu suas colunas, pela bondade de Quintiliano Jardim, do Dr. Vitor de Carvalho Ramos e João de Minas. Em 1920, Evangelino Meireles e eu publicamos o “Almanaque de Santa Luzia”, livro de 308 páginas, que concorreu para a minha entrada na Academia Goiana de Letras. Colaborei em “VIDA GOIANA”, de Germano Roriz, e “O MUNICÍPIO”, de Benedito Araújo Melo, aqui editados. Fundei a revista “PLANALTO”,

* Gelmires Reis, escritor, historiador e jornalista. Nascido em 14/07/1893, em Luziânia, onde faleceu em 11/11/1983.

depois transformada em mensário, na década de quarenta. Desde então, tornei-me colaborador de todos os periódicos de Santa Luzia, hoje Luziânia, do Estado de Goiás e do Triângulo Mineiro, além de ser correspondente telegráfico d' A NOITE, do Rio de Janeiro.

Os periódicos, que me deram maior cobertura, foram O ANÁPOLIS, da cidade do mesmo nome, infelizmente desaparecido, e O POPULAR, atualizado diário do ilustre confrade e amigo Jaime Câmara, que continua publicando minhas crônicas até hoje, num gesto de bondade desvanecedora.

Dentro dos oitenta e sete anos de existência, ainda me sinto com coragem de continuar a lutar pelo progresso de meu maravilhoso berço natal, nababescamente beneficiado pelas mãos poderosas do Criador. Desejo tributar, nestas linhas finais, meus sinceros e profundos agradecimentos aos queridos irmãos da imprensa, pelo carinho e gentileza com que me têm tratado, durante esta trajetória de quase setenta anos dedicados ao desenvolvimento das letras do progresso de Luziânia, de Goiás e do Brasil. Louvado seja Deus eterno!...

Publicado em O POPULAR, 21/09/1979.

Câmara – em câmera escura

*Luiz Augusto Sampaio**

Tenho profunda admiração pelos vereadores. Creio mesmo que esta nobre classe deveria perpetuar-se para o bem da coletividade e satisfação geral do povo brasileiro! Falei bem. MAS, as nossas CÂMARAS MUNICIPAIS tem sido constantemente tomadas de assalto por um número grande de pessoas que não está à altura de exercer o cargo. Votam sem conhecimento de causa, derrubam pareceres sem exame prévio, concedem pensões e favores a quem não necessita, nomeiam funcionários em demasia para atender interesses particulares, enfim, muitos dos ilustres vereadores cometem os seus pecados veniais, que são, na verdade, bem menores do que os cometidos pelas outras Casas de Leis – dos poderes mais altos.

Há, entretanto, dentro de nossa CÂMARA, homens probos e honestos -, que constituem os legítimos representantes do povo. Certo amigo, cujo nome deixo de mencionar, tem a mania de colecionar anedotário referente à vida das augustas e venerandas câmaras municipais. Contou-me, entre outras, que, certa vez, em ORIZONA, um vereador perguntara ao juiz da Comarca, na época, o Dr. Geraldo Bonfim de Freitas, hoje desembargador, como deveria agir ao assinar os projetos de lei e as atas da Edilidade, quando não estivesse perfeitamente de acordo com as matérias. O doutor Geraldo arranhou a

* Luiz Augusto Paranhos Sampaio é Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 15.

fórmula e explicou: - Olhe, você assine e ponha na frente a expressão “com restrições”. Dito e feito. O homem somente as assinava com a restrição bem visível. Os outros vereadores acharam o negócio bom e, também, ao assinarem, metiam ao lado o COM RESTRIÇÕES. Ao examinar o livro de atas, verificaram, os que vieram depois, que em todos havia as assinaturas dos ilustres edis, acompanhados do “com restrições”. A fórmula do Dr. Geraldo serviu bem a todos...

Também, o amigo me confidenciou que aqui, em Goiânia, um vereador, não sei de que legislatura, ao sair do Plenário, solicitou ao Presidente licença para “retirar” o semblante, pois tinha o que fazer na rua. É difícil esconder a cara, quanto mais subtrair o semblante. Deve ser até bom lidar com as abstrações. Nada tenho com isso. O povo é que escolhe os seus representantes e cabe a ele decidir sobre esse descalabro. O que mais me enerva é ver muita gente reclamar contra a carência de pessoas cultas nas câmaras e assembleias. E por falar em cultura, vem a história daquele vereador que, a certa altura da discussão, disse ao seu colega: - V. Exa. não tem outra cultura... - Cultura tenho. V. Exa. não conhece a minha fazenda. Tenho setenta alqueires de colônia. Assim, as cultas e colendas câmaras vão tentando resolver os intrincados problemas do País.

O Dr. Colemar, quando empossado na Reitoria, visitou a CÂMARA. Ainda não acostumado a ser magnificência, e acompanhado de sua eficiência o seu secretário, quase teve um colapso quando ouviu do vereador que o saudava, a seguinte expressão inicial: - Ilmo. Sr. Dr. Colemar Natal e Silva, vulgo o MAGNÍFICO... Segundo o Juruena Di Guimarães, quando da Guerra da Coreia, vários vereadores se manifestaram a favor dos Estados Unidos. A população ficou satisfeita, pois a CÂMARA já havia dado sua contribuição... Nada a temer, por conseguinte.

É, ainda, o meu amigo, colecionador de anedotas, que conta: um vereador de uma conhecida cidade interiorana, ao ler

determinado artigo da Constituição Estadual, assim o fez: “de acordo com o artigo 1º - rosquinha 2ª, sou a favor da presente lei. É constitucional”. Parágrafo virou rosquinha. Há realmente semelhança, e o homem está com a razão. O que me entristece é ver tantas isenções de impostos. Isentam até defuntos. Certo dia, o Dr. Hélio me disse às claras, como sempre o faz, que isentaram um determinado cidadão. O beneficiado bateu o pé e reclamou, alegando que desejava pagar os impostos, pois não havia pleiteado tal concessão, e muito menos precisava dela. Pobres finanças municipais! Por esse e outros motivos é que o Tó de Oliveira, nosso secretário da Fazenda, sofre muito, como bom financista que sempre foi. E nas moções congratulatórias! Houve uma época em que ninguém podia passar na porta da Edilidade, sem que deixasse de receber uma moção congratulatória. Eu mesmo já apresentei umas vinte. A moda pega e é difícil sair da rotina. Com todas essas imperfeições, os defeitos das CÂMARAS MUNICIPAIS são infinitamente pequenos perto dos referentes aos poderes categorizados. A CÂMARA é desarmada, está mais perto do povo, e os seus pecados são veniais. Ao lado da jocosidade, que sempre distrai o espírito, há trabalho e sacrifício. Há vereadores que, apesar de possuírem pouca cultura, são, no entanto, vigan mestras na defesa dos interesses do povo. Daí as suas reeleições sucessivas, numa demonstração inequívoca de que conquistaram o voto de seus eleitores. O que precisa haver numa CÂMARA é menos politicagem e mais espírito de renúncia por parte de alguns elementos que veem na defesa de seus interesses pessoais e meta a ser seguida, como sendo a verdadeira e certa. Se houvesse esse desprendimento – a edilidade funcionaria para o bem da coletividade. E viva a democracia!

Esta crônica foi publicada em 1963. Acho de bom alvitre republicá-la nesta edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

A primeira Escola de Farmácia de Goiás.

*Augusta Faro Fleury de Melo**

A primeira Escola de Farmácia de Goiás, reconhecida pela Lei Estadual nº 945, de 13 de junho de 1924, foi fundada pelo idealismo do jovem farmacêutico, diplomado em Ouro Preto, prof. Agnelo Arlington Fleury Curado e seu colega, o Major-farmacêutico Otaciano Crisóstomo de Souza Moreira, colega de Agnelo em Ouro Preto, residentes, inclusive, na mesma república.

O Major-farmacêutico Otaciano fazia parte do 6º Batalhão de Caçadores, sediado na Cidade de Goiás.

Idealistas e entusiasmados, Otaciano e Agnelo, idealizaram uma escola de farmácia na Velha Capital, poupando que jovens vilaboenses fossem estudar fora e muitos outros, desejando tal diploma, estavam despossuídos de meios de fazê-lo. Os dois citados, convidaram, ainda, o farmacêutico Constâncio Gomes de Oliveira que, nesta época, ocupava uma Secretaria do Governo.

Com enorme empenho, vigor da juventude e o desejo de contribuir com o progresso de sua Vila Boa, logo iniciaram as reuniões para discutirem e tomarem as providencias necessárias.

No Hospital São Pedro, na Rua do Carmo, em um salão do primeiro andar, aconteceu a reunião decisiva para desenvolverem planos e ideias.

* Augusta Faro Fleury de Melo é Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 22.

Iniciavam-se, assim, os primeiros passos do antigo sonho. Antes da escola, existiam na cidade três farmácias, no início do século XIX e todas com os seus estabelecimentos.

A primeira farmácia pertencia ao próprio Hospital São Pedro de Alcântara, que ainda hoje funciona atendendo aos pacientes carentes. Anos a fio foi dirigida pelo farmacêutico Dr. Francisco Perillo Junior.

A terceira, na rua Xavier Garrido, de propriedade de Dr. Agnelo, chamava-se Farmácia Sant'Anna, que anos mais tarde mudou-se para Goiânia, sendo a primeira farmácia no centro da nova capital.

Ainda sob as chuvas de verão, que eram perenizadas longamente naqueles tempos, no dia 26 de março de 1922, a Junta reuniu e assinou o assentamento e permissão relativas à ocupação das salas e uso do mobiliário existente para início do ano letivo. O acontecimento foi celebrado com expectativa, alegria e entusiasmo.

Cada fundador teria a sua tarefa: Agnelo, a de organizar os estatutos, secretariar e providenciar editais, tendo que comparecer todos os dias ao Hospital, em horário prefixado, até o início do curso; ao Otaciano, foi dada a tarefa de fazer os convites aos professores e distribuir as disciplinas do primeiro ano; e ao Constâncio, a tarefa dada era de trabalhar junto ao Governo, no sentido de ser oficializada e amparada a nova escola.

A primeira diretoria assim se formou perfilada:

Diretor: Dr. Brasil Di Ramos Caiado

Vice-Diretor: Dr. Agenor Alves de Castro

Secretário: Dr. Agnelo Arlington Fleury Curado.

Com a presença de autoridades civis e militares, professores, médicos, e em sessão solene, surgiu como entidade social a almejada Escola de Farmácia de Goiás. Os estatutos foram assinados por médicos e pelos fundadores. Assim ficaram registrados os nomes de: Dr. Agnelo Fleury Curado, Dr. Brasil Caiado, Dr. Agenor de Castro, Dr. Constâncio Gomes, Dr. Antônio Borges dos Santos, Dr. Otaciano C. Souza Moreira e Dr. Lincoln Caiado de Castro.

Assim estava concretizada a Escola de Farmácia, tão ansiosamente esperada. A primeira turma colou grau no dia de Natal de 1924. Foram quinze jovens, sendo entre eles, três moças: Anita, Belisária e Laurinda.

Vejamos a lista dos formandos:

Anita Fleury Perillo, Antônio Diurivê Ramos Jubé, Belisária Costa Campos, Clotário de Freitas, Eliseu de Cunha Filho, Elpídio Luiz Brandão, Eurico Perillo, Laurinda Seixo de Brito, João Batista Gomes de Oliveira, Joaquim Marcos Arruda, Joaquim Péclat, Joaquim Rufino Ramos Jubé Junior, José da Silva Perillo, Otaviano de Moraes e Vasco Pinheiro de Lemos.

A formatura aconteceu nos salões do Palácio Conde dos Arcos. Era uma noite natalina e tudo foi decorado com muitas flores, servindo-se licores e doces cristalizados; contava-se com a presença de muitos parentes, amigos e professores. Como sempre o destaque feminino marcou pontos. As três senhoritas concluintes do curso de farmácia abrilhantaram a primeira turma, enchendo suas famílias de júbilo e expectativas.

Mas, a mudança político-social, decorrente da Revolução de 1930, transformou muita coisa na cidade e atingiu o prosseguimento da Escola. Tal fato entristeceu a todos. Consolidada a revolução, foi designada pelo Dr. José Honorato da Silva e Souza, Secretário do Governo, uma comissão para inventariar os bens do extinto estabelecimento. A comissão foi então assim formada: Agnelo Fleury Curado, prof. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo e João José Coutinho. Agnelo estava na direção do Liceu de Goiás, onde foi professor por longo período.

Ao terminar o inventário, os bens levantados foram depositados em uma secretaria. Assim findou a primeira e única escola de Farmácia da cidade, então capital do Estado. Era o ano de 1931, precisamente dia 4 de março.

Agnelo, entretanto, não desanimou. Em 1938, quando Goiânia ainda era uma cidade-criança, ele voltou à luta, reunindo colegas e depois das formalidades legais, foi novamente iniciado o curso para o vestibular.

Mas, devido à inviabilidade da época, com variados problemas administrativos da nova capital, não foi possível realizar essa segunda tentativa da fundação da Escola, novo fato a entristecer toda a cidade.

Finalmente, 1944, no seio dos participantes da Conferência São Vicente de Paula o apoio surgiu. O Governo Federal exigia por lei, que as escolas superiores tivessem um patrimônio valiosamente significativo.

Assim, a Santa Casa de Misericórdia, auxiliou muitíssimo, ao emprestar seu patrimônio para possibilitar a fundação da Escola de Farmácia, que agora seria agraciada com o curso de Odontologia.

Esse embrião de 1944, deu frutos abundantes, passando a ser depois a Escola de Farmácia e Odontologia, consolidada e integrada definitivamente à Universidade Federal de Goiás, e posteriormente desmembrada.

A primeira Ata dos Fundadores da Faculdade foi lavrada no gabinete do Diretor do Departamento de Saúde Pública e, 12 de outubro de 1945. Foram designadas duas comissões: a primeira para a organização dos estatutos fundamentais e para dar assistência jurídica à nascente Faculdade; a segunda Comissão teria a missão de confeccionar o regulamento pelo qual se deveria reger esse futuro estabelecimento.

Agnelo, um dos fundadores, pertenceu à primeira Comissão. Simultaneamente, lecionava no Liceu e cuidava de sua antiga Farmácia Sant'Anna, vinda da saudosa ex-capital, aqui fixada à Rua 6, esquina com a rua 2. Professor Agnelo é chamado o Pai do Ensino Farmacêutico em Goiás, por sua determinação incansável e amor à causa e ao magistério.

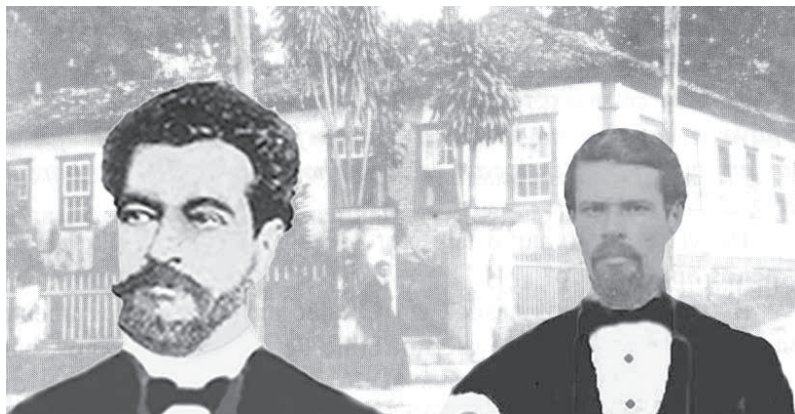
Agnelo era apaixonado por Goiás e pelas lides da Faculdade, objetivos e razões que delinearam sua honrosa existência.

REFERÊNCIA

CURADO, Mariana Augusta Fleury. *Agnelo Fleury, pai do ensino farmacêutico em Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1969.

Magistrados de Catalão

*Vivaldo J. Araújo**



BERNARDO GUIMARÃES

MANOEL CAVALCANTE

O ilustre Juiz de Direito Dr. Marcus Vinicius Ayres Barreto, diretor do fórum de Catalão, está empenhado na instalação da galeria de fotos de todos os magistrados que exercitaram o nobre ofício na comarca, cuja existência remonta aos meados do século XIX (1851), a qual, em 1856, com a denominação de Comarca do Rio Paranaíba, abrangia uma grande extensão, incluindo Ipameri (antiga Entre Rios), Santa Cruz e Caldas Novas.

* Vivaldo Jorge de Araujo, ex-professor de História e Língua Portuguesa do Lyceu de Goiânia, é escritor e procurador de justiça aposentado do Ministério Público do Estado de Goiás.

É uma importante iniciativa a merecer o apoio da associação da classe (ASMEGO) e de todos os familiares de juizes que passaram pela comarca, muitos deles com grande projeção no cenário cultural do Estado e do País.

Devido ao longo tempo passado, não será fácil reunir todas as fotografias, até porque, infelizmente, não se poderá contar com a boa vontade e interesse de muitos, mas a galeria poderá ser instalada, com observância da ordem de antiguidade dos primeiros juizes, até mesmo com espaços em branco referindo-se aos seus nomes, porquanto foram verdadeiros heróis numa época de tão difícil acesso à localidade, onde tudo era inóspito.

O primeiro juiz nomeado, Dr. Afonso Cordeiro Lobato, não deve figurar na galeria porque não assumiu o cargo. Assim sendo, o primeiro realmente a exercer o ofício foi Dr. BERNARDO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES (1852), na qualidade de Juiz Municipal. O segundo foi Dr. EMILIANO FAGUNDES VARELA, como Juiz de Direito da comarca (1854); o terceiro, Dr. MANOEL DE OLIVEIRA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE (1856), Juiz Municipal; quarto, Dr. JOÃO INÁCIO DA SILVA MOTA (1856), Juiz de Direito com exercício iniciado após a investidura do Dr. Cavalcante; quinto, Dr. VIRGÍNIO HENRIQUE COSTA (1858), Juiz de Direito, e o sexto foi o Juiz Municipal Dr. JERÔNIMO JOSÉ DE CAMPOS FLEURY CURADO (1860).

O Dr. Emiliano, pai do famoso poeta Luís Nicolau Fagundes Varela, veio para Catalão, na companhia do filho, em penosa viagem pelo sertão, enfrentando chuvas e dias de sol a pino, em lombo de burro, dormindo ao relento e em casebres abandonados. Permaneceu pouco tempo na cidade e logo se licenciou do cargo.

O Dr. Cavalcante, recém casado com D. Inácia, veio de Pernambuco, em companhia desta e de escravos libertos, com rápida passagem pelo Rio de Janeiro, também enfrentando penosa viagem,

para permanecer definitivamente em Catalão, onde foi juiz, em dois períodos somando quase 15 anos de atividade, advogado, vereador e delegado de polícia. De seu matrimônio resultou o nascimento de 12 filhos.

O Dr. Virgínio, contemporâneo do Dr. Cavalcante na Faculdade de Direito de Olinda-PE, foi o mais culto dos primeiros juizes da comarca. Era natural da Bahia.

O Dr. Jerônimo foi o único dos primeiros magistrados de Catalão que ascendeu ao Tribunal de Justiça do Estado como Desembargador.

O juiz municipal, com nomeação temporária, tinha toda a autonomia funcional na sede da comarca e substituíra o titular desta. Era, também, uma espécie de juiz de início de carreira, quando letrado (bacharel em direito). Em 1851, seu salário era de um conto de réis por mês, hoje equivalente a doze mil reais – um bom estipêndio, numa época em que não havia desconto previdenciário nem o leonino confisco do imposto de renda.

Segundo a legislação do império (Decreto nº 687 de 26 de julho de 1850), somente depois de 4 anos de exercício no cargo de juiz municipal, é que ficaria habilitado ao cargo de juiz de direito, mesmo assim, era necessário um irrepreensível desempenho do ofício, ou seja, um exercício com distinção, conforme art. 1º do referido decreto.

O Dr. Bernardo, talvez em virtude de sua vida boêmia na cidade e, sobretudo, por causa de seus enteveros com o juiz comarcano Dr. Virgínio, que resultaram em processo de um contra o outro, com repercussão na imprensa carioca, não se habilitou ao cargo de juiz de direito e, depois de sua segunda investidura na magistratura, deixou esta para se dedicar à literatura, sendo autor do conhecido romance “Escrava Isaura” e do conto “O Ermitão de Muquém”.

O Dr. Cavalcante habilitou-se ao cargo de Juiz de Direito, mas faleceu com 59 anos de idade, quando pretendia retornar à então

Província de Pernambuco, depois de longo tempo na magistratura, jamais igualado em duração por todos os juízes da comarca, a não ser pelos da atualidade, Dr. Marcos Vinicius e Dr. Antenor Eustáquio Borges Assunção. A sua primeira nomeação foi por ato do presidente da Província. A segunda investidura se deu por carta de provimento assinada pelo imperador D. Pedro II. Em duas oportunidades foi reconduzido ao cargo, por atos do Ministro da Justiça do Império; numa das quais, o ministro era o consagrado escritor José de Alencar.

A segunda nomeação do Dr. Bernardo Guimarães, em 1861, acredito tenha sido, também, por ato imperial, embora os registros do Des. Clenon de Barros Loyola, em “Memória do Poder Judiciário de Goiás”, de autoria de Geraldo Coelho Vaz, afirmem o contrário. Acontece, todavia, que um ofício da Câmara Municipal de Catalão, em 1861, na época integrada pelo Dr. Cavalcante, então advogado e vereador, ao felicitar o juiz nomeado, refere-se a ato do imperador, conforme Luis Palacin Gomes menciona em “História Política de Catalão”, obra que escreveu em parceria com os historiadores Juarez Costa Barbosa e Nasr Fayad Chaul.

Um fato que fortalece meu ponto de vista é que, se o Dr. Bernardo não tivesse o “status” de um juiz nomeado pelo Imperador, por certo não teria tido um certo respaldo em sua contenda com o Dr. Virgínio, sendo que chegou a processá-lo, com decreto de prisão, em ação penal por abuso de autoridade. Tal processo muito influiu para que Dr. Virgínio fosse preterido na promoção ao cargo de desembargador. É bem possível que tenha ficado muito desgastado politicamente, na esfera imperial, por sua vã tentativa de fulminar o mandonismo coronelístico imperante em Catalão. Ele, certa feita, graças à enérgica intervenção do Dr. Cavalcante, que cumulava as funções de delegado de polícia, não teve sua casa invadida por sicários do coronel Roque (chefão político local), que, mesmo sem mando deste, pretendiam arrebatá-lo um processo em poder do juiz comarcano.

Dr. Cavalcante teve destacada influência na pacificação dos ânimos exaltados da política local, mais tarde agravados com o advento da República, haja vista o assassinato do senador Antônio Paranhos e a posterior vingança da família contra o capitão Carlos de Andrade, acusado de ser o mandante do crime acontecido na frente da casa deste, na vizinhança do histórico casarão onde residiram os Drs. Bernardo e Emiliano, bem próximo à praça central da cidade, na qual, ficava a residência do senador assassinado.

E a violência perdurou na cidade até 1936, quando aconteceu a invasão da cadeia pública e o cruel assassinato do jornalista e farmacêutico Antero Costa Carvalho, com a conivência da chefia política dominante e a omissão das autoridades locais, principalmente do arbitrário delegado de polícia José Francisco Póvoa, muito corajoso para promover inquéritos com tortura e medroso para defender a cidadela prisional, onde, no início dos anos 50, havia uma pichação na parede externa, com irônicos dizeres: “PENSÃO DE CONFIANÇA”.

A Cruz do Anhanguera

Ubirajara Galli*

Luiz Ramos de Oliveira Couto, juiz de Direito, respeitado professor da Faculdade de Direito de Goiás, jornalista, autor dos livros: *Violetas* (1904), *Lilazes* (1913) e *Moema* (1927), entrou, ainda mais, para a história de Goiás, não pelo seu desempenho jurídico, literário, jornalístico ou ainda como cofundador das importantes casas culturais: Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Mas, sim, como mentor intelectual do suposto achado da Cruz do Anhanguera.

Luiz do Couto, como ficou conhecido, nasceu na Cidade de Goiás, no dia 6 de abril de 1884. Depois de atuar como juiz de Direito, na então cidade de São José do Duro (GO), atual Dianópolis (TO), foi transferido para o município de Catalão (GO), onde se daria o achado da Cruz do Anhanguera em 1914, nas terras da Fazenda dos Casados.

A Cruz do Anhanguera estava assentada próxima à sede da Fazenda dos Casados, margeando o ribeirão Ouvidor, a uns seis



Dicionário do Escritor Goiano, de José Mendonça Teles

Luiz Ramos de Oliveira Couto, notabilizou-se como pai do achado da Cruz do Anhanguera.

* Ubirajara Galli é Sócio Titular, cadeira nº 1

quilômetros do antigo Porto Velho, cujas águas do rio Paranaíba dividem os Estados de Minas e Goiás. A cruz, também, fora plantada, ao lado da mais antiga picada, aberta na segunda incursão do Anhanguera, Filho, às terras goianas, no ano de 1722. Durante décadas, essa foi uma das principais entradas do solo goiano, de viajantes do sul do País.

Luiz do Couto, na atuação como mediador, em uma contenda de divisão de terras, teria encontrado a Cruz que “considerou”, como afirma seu neto Di Lorenzo do Couto, no livro de sua autoria, *Reminiscências Maçônicas de um Vilaboense*, ter sido fincada pelo Bueno, Filho. Gravada na cruz de aroeira, foram observados os seguintes dígitos: 172... O quarto e último número que faria parte da sequência numeral estava apagado. Estranha coincidência que deixou em aberto a data precisa do possível assentamento da Cruz.

Com o “descobrimento” da Cruz foi constituída uma comissão composta por autoridades e integrantes da Loja Maçônica Paz e Amor III de Catalão (fundada em 27 de outubro de 1913) para providenciar o traslado da peça cristã, da Fazenda dos Casados para a cidade de Catalão, ficando a Cruz sob a guarda da loja maçônica.

Luiz do Couto utilizou a influência do seu poder como magistrado e orquestrou o envio da Cruz do Anhanguera (?) para a Cidade de Goiás. Intento que encontrou certa resistência por parte de membros da loja maçônica e do poeta catalano Randolfo Campos.



A Cruz do Anhanguera, década de 1950

Havia dentro e fora da maçonaria, o sentimento de que a Cruz pertencia historicamente ao município de Catalão e que era um ato despótico por parte de Couto, utilizar-se do importante cargo que exercia para legislar em causa própria, o destino do artefato cristão, para remetê-lo com o propósito exposição pública, assentando-o em seu berço natal, o antigo Arraial de Sant'Anna, fundado pelo Anhanguera, Filho.

Vencida a resistência catalana, acomodada em uma prancha, no lombo de um vagão cargueiro, seguiu a cruz rumo à cidade de Ipameri, então ponto terminal da Estrada de Ferro Goyaz. Ali, a cruz foi entregue, aos cuidados do juiz Municipal da Comarca, Rodolfo Luz Vieira. Sob a sua guarda, a Cruz permaneceu em Ipameri, um ano, dois meses e dezoito dias, até seguir viagem, em carro de boi, para a Cidade de Goiás.

Após a hibernação ipamerina, a Cruz foi festivamente inaugurada à margem do rio Vermelho, no dia 17 de setembro de 1918. Se a comissão encarregada do assentamento da cruz em terras vilaboenses, houvesse esperado apenas mais dois dias para o feito, a data seria oportuna, para lembrar o falecimento do Bartolomeu, Filho, que morreu no Arraial da Barra, (atual distrito da Cidade de Goiás), em dia 19 de setembro de 1740.

Durante 83 anos a Cruz do Anhanguera (?) integrou poeticamente a belíssima arquitetura vilaboense. Era, talvez, o mais destacado monumento postal da cidade, em disputa com a casa de Cora Coralina, até ser tragado pela violência das águas da enchente de 31.12.2001. Enterrada na lama, entre entulhos pagãos, a Cruz foi localizada, às margens, do rio Vermelho, dois dias depois.

Desde 2016, a Cruz do Anhanguera (?) está abrigada entre as paredes centenárias do Museu das Bandeiras, que resguarda sua história ambígua, inconclusa, muito suspeita, enquanto o seu lugar de origem, ao lado do Teatro São Joaquim, é ocupado por uma réplica.

Assim, como a imersa Atlântida figura no imaginário universal, a Cruz do Anhanguera (?) resguardadas as devidas proporções, significa para nós, goianos, a epopeia do nosso processo civilizatório ocidental. Náufraga aroeira das águas deleitosas do molhado simbolismo.

Quanto à paternidade pública da *descoberta* da Cruz do Anhanguera (?) é dúbia. A *descoberta* da Cruz e o fato de associá-la a Bueno, Filho, conduzem a certas evidências históricas, ao primeiro Venerável da Loja Maçônica Paz e Amor III, de Catalão, Bento Xavier Garcia, que era agrimensor e fazia um trabalho topográfico, na área da Fazenda dos Casados, no ano de 1914, em que a Cruz foi *encontrada*. Num segundo momento, quem deu toda ênfase pública à Cruz e abraçou com vigor o propósito de levá-la para a Cidade de Goiás, esse mérito pertence, indiscutivelmente, a Luiz do Couto, falecido no dia 20 de junho de 1948, em sua terra natal, Cidade de Goiás.

ATIVIDADES DO IHGG

DATA	ATIVIDADES REALIZADAS /OUTROS – 2017
06/01/2017	Visita do escritor, pesquisador Nilson Jayme ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
09/01/2017	Visita de representantes das Instituições Culturais ao novo Secretário Municipal de Cultura, escritor Dr. Kleber Adorno, na sede da Secretaria.
21/02/2017	Doação de um notebook para o IHGG, do Dr. Celso Ramos Jubé.
06/03/2017	Visita do produtor cultural Wanderley Dias de Souza ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
27/03/2017	Reunião para realização do Seminário Migração Brasil – Reino Unido 2ª edição.
08/03/2017	Convocação de Assembleia Geral Ordinária para eleição da Diretoria Administrativa da Instituição, quadriênio 2017/2021.
03/04/2017	Visita do historiador Nilson Jayme ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
29/03/2017	Assembleia Geral Ordinária para eleição da Diretoria Administrativa e dos Conselhos Fiscal e Consultivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
03/04/2017	Visita do historiador Nilson Jayme ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para reunião com presidente do IHGG, Geraldo Coelho Vaz.

03/05/2017	Sessão Solene de Posse da Diretoria Administrativa, do Conselho Fiscal, dos Suplentes e do Conselho Consultivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás eleitos.
10/05/2017	Atividade do Ponto de Cultura Memória da Gente, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: II Sarau Literário do Colégio Estadual Roberto Civita. Sob a coordenação da Prof ^a . Eleuzenira Maria de Menezes, Sócia Titular do IHGG.
15/05/2017	Atividade do Ponto de Cultura Memória da Gente, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e o IESA (Instituto de Estudos Socioambientais): Seminário: População, Mudanças Climáticas e Vulnerabilidades Sociais, sob a coordenação de Ernesto Jorge Macaringue. Palestrantes: Júlio César P. Borges – UEG; Lucas Barbosa e Sousa – UFT; Ádila Eugenia de Oliveira Costa – Catholic University Katholishe – Ingolstadt – Alemanha.
25/05/2017	Reunião Ordinária entre o Presidente, Geraldo Coleho Vaz, a Diretoria e Associados do IHGG para debater sobre a criação do novo Estado do Entorno, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado.
07/06/2017	Visita do escritor Enio Alves Vieira ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. À ocasião foram ofertados dois livros para comporem o acervo do IHGG. Livros doados: “Os Vieira da Fazenda Mandaguahy” de sua autoria e “Fazenda Duas Barras”, também escrito por ele.
10/06/2017	Visita do produtor Cultural, ex-secretário de Educação do Peru, Manuel Rosales ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
11/07/2017	Visita da estudante Melissa Cortes ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para conhecer a Instituição.
17/07/2017	Reunião com a Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte, Professora Doutora Raquel Teixeira.
31/07/2017	Visita dos amigos peruanos ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás por ocasião do encerramento de suas estadas em Goiás.

11/08/2017	Representação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, pela vice-presidente da Instituição, escritora Elizabeth Abreu Caldeira Brito, na solenidade de Posse, do escritor Arno Wheling, sócio correspondente do IHGG, na cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras.
21 e 23/08/2017	Visita do escritor Luiz Fernando Valadares ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, para tratar de assuntos referentes ao lançamento de seu livro no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.
23/08/2017	Visita do produtor cultural, artista plástico e guia turístico Gutto Lemos, ao IHGG para tratar de parcerias com o Instituto em projetos relacionados à preservação dos monumentos e arquitetura art déco em Goiânia.
24/08/2017	Visita do ex-prefeito de Luziânia, Walter José Rodrigues (Ex-presidente do TCM) ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, para doação de obras de seu acervo pessoal.
31/08/2017	Lançamento do livro “Encontros com Cora Coralina de Goyaz” de Luiz Fernando Valadares no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, atividade do Ponto Cultura Memória da Gente do IHGG. O evento contou com as presenças de escritores, autoridades e público em geral.
31/08/2017	O presidente do IHGG e alguns associados participaram de reunião com o Prefeito de Goiânia, Dr. Iris Rezende Machado para tratar de assuntos relacionados às Instituições Culturais Goianas, sob iniciativa da presidência da Academia Goiana de Letras. Presenças de: Lêda Selma, presidente da Academia Goiana de Letras; Geraldo Coelho Vaz, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e os acadêmicos da AGL, Maria Augusta Sant’Ana de Moraes, Edval Lourenço. Eurico Barbosa, Ursulino Tavares Leão, Luiz de Aquino, Aidenor Aires e Kleber Adorno.

04/09/2017	Visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás do jornalista, produtor cultural e artista plástico Marco Antônio Veiga.
27/09/2017	Atividade do Ponto de Cultura Memória da Gente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás na Escola Municipal Dr. Nicanor de Assis Albernaz.
28/09/2017	Visita para pesquisas de alunos do curso de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, da disciplina: Teoria da Preservação e Restauração. Alunos do Professor Dr. Gustavo Neiva Coelho.
11/10/2017	Reunião com representante dos Pontos de Cultura da Prefeitura de Goiânia, Roberto Campos Portela para entrega de notificação nº 11/2017 cujo o assunto é a Avaliação de Prestação de Contas, convênio Municipal 047/2008 com edital de seleção: 05/2009, parcelas 1 e 2.
18/10/2017	Reunião da comissão de recepção às visitantes peruanas: Prfª. Drª Marghot Adela Pacheco Huartto e Prfª. Drª Maribe Cecília Rangel Magallanes à Goiânia, para organização da programação da vista que farão à Goiânia, nos dias 22 a 26 de outubro do ano em curso.
19/10/2017	Reunião da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, com o Secretário de Obras da Prefeitura de Goiânia, Dr. Fernando Cozzedi.
08/11/2017	Reunião do Conselho Municipal de Cultura para debate sobre o Edital da Lei de Incentivo à cultura.
10/11/2017	Aula com o Profº. Dr. Eguimar chaveiro, e os alunos de Mestrado (IESA – UFG), no Auditório Augusto da paixão Fleury Curado, do IHGG, com palestra da Profª. Márcia Pelá.
14/11/2017	Entrevista com o professor Horieste Gomes, Sócio Titular do IHGG, pela estudante de Jornalismo da UFG, Luisa Parada de Britto Guimarães.

28/11/2017	Visita dos alunos de Geologia da Universidade Federal de Goiás. Professores Dr ^a Aparecida, Prof ^o . Dr. Carlos Roberto Tavares e Prof ^a . Giovana Tavares
04/12/2017	Levantamento arquitetônico do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof ^o . Fernando Melo.
07/12/2017	Reunião no Palácio do Governo, com o Excelentíssimo Senhor Governador Marconi Perillo, com as Instituições Culturais Goianas para repasse da celebração de convênio do Governo do Estado e as entidades culturais de Goiás.
14/12/2017	Visita da escritora Elaine Maria Machado ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

SÓCIOS DO IHGG

SÓCIOS DO IHGG

Presidente Perpétuo:
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:
Marconi Ferreira Perillo Júnior

Titulares

Cadeira n.º 1
Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2
Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão
Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3
Patrono: Francis Castenau
Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4
Patrono: Guimarães Natal
Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5
Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira n. 6
Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 7
Patrono: Arlindo P. Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n. 8
Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira n. 9
Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: VAGA

Cadeira n. 10
Patrono: Gelmires Reis
Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

Cadeira n. 11
Patrono: Honestino Guimarães
Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira n. 12
Patrono: Capistrano de Abreu
Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n. 13
Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes
Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n. 14
Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira
Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15
Patrono: Emmanuel Pohl
Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n. 16
Patrono: Auguste de Saint-Hilaire
Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n. 17
Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR MORAIS PESSOA

Cadeira n. 18
Patrono: Couto de Magalhães
Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira n. 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n. 20
Patrono: Luiz Gonzaga
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n. 21
Patrono: José Lobo
Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

Cadeira n. 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

Cadeira n. 23
Patrono: Crispiniano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS

Cadeira n. 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n. 25
Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY MENEZES

Cadeira n. 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira n. 27
Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA

Cadeira n. 28
Patrono: Bouyhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n. 29
Patrono: Salomão Vasconcelos
Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n. 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira n. 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU
CORDEIRO PIRES

Cadeira n. 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Cadeira n. 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira n. 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

Cadeira n. 35
Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA

Cadeira n. 36
Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira n. 37
Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n. 38
Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n. 39
Patrono: José Honorato da S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira n. 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: ÁUREA CORDEIRO DE MENEZES

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BIMÔNIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires Cabral
Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ático Vilas Boas
Cristovam Francisco do Castilho
Elder Camargo Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiochi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Maria Terezinha Campos Santana
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges

Gilberto Mendonça Teles

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado

Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castello Branco
Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Melo

José Luiz Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquádes Pinto Paiva
Osvaldo Rodrigues `Póvoa
Paulo Nunes Batista
Padre Ronaldo Silva
Ramir Curado
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Acioli
Eliezer Penna
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Luza Júnior
Luiz José Bittencourt

Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS

ENCONTRO DE ESCRITORES
BIBLIOTECA CORONEL PIRINEUS EM SILVÂNIA-GO/2017



Des. Ney Teles de Paula, José Faleiros (Prefeito de Silvânia), Geraldo Coelho Vaz, e Profº. Orlando Ferreira de Castro



Escritores: Maria do Rosário Cassimiro, Getúlio Targino, Geraldo Magela, Valdir Ferreira, Leonice Correia Jacob, Geraldo Coelho Vaz, Angêla Jugmann, Ursulino Tavares Leão, de frente à Estação Ferroviária de Silvânia-GO.

DOAÇÃO DE NOTEBOOK, POR ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ PARA O IHGG, 2017



Antônio Celso Ramos Jubé, Elizabeth Abreu C. Brito, Geraldo Coelho Vaz

EXPOSIÇÃO DE ALCIONE GUIMARÃES



Escritora e artista visual Alcione Guimarães, Elizabeth Fleury (AFLAG), Alba Dayrell (AFLAG)



Associados do IHGG: Profª Drª. Maria Terezinha Campos Santana, Elizabeth Fleury, Maria Abadia Silva, Geraldo Coelho Vaz, Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Profª Drª Lena Castello Branco Ferreira de Freitas e Profª Nancy Ribeiro Araújo e Silva



Associados do IHGG: Profº Orlando Ferreira de Castro, Profº Antônio César Caldas Pinheiro e Profª Maria Narcisa Abreu Cordeiro Pires.



Associados: Px Silveira, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Bariani Ortencio, Geraldo Coelho Vaz, Bento Fleury



Associados: Desembargador Itaney Francisco Campos, Desembargador Rogério Arédio Ferreira, Profº Nelson Figueiredo, Maria Narcisca Abreu Cordeiro Pires, Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Geraldo Coelho Vaz e Bariani Ortencio.



Associados: Altair Sales Barbosa, Orlando Ferreira de Castro, Bento Fleury, Fátima Paraguassú, Pedro Nolasco de Araújo, Horieste Gomes e Jacira Rosa Pires.

VISITA DAS PROFESSORAS PERUANAS À GOIÂNIA/2017



Geraldo Coelho Vaz, Maribel Magalhães, Elizabeth Caldeira Brito, Rosy Cardoso, Virginia Castello Branco, Sônia Ferreira, Adela Marghot Pacheco Huarotto, Aidenor Aires, Sara Guiliana Gonzales Belvonia, Aline Apollo, Rildo Rosales.

LANÇAMENTO DO LIVRO DO DR. HEITOR ROSA - 2017



Hélio Rocha, Dr. Heitor Rosa, Geraldo Coelho Vaz



Valterli Guedes (Presidente da AGI), Desembargador Ney Teles de Paula, Edival Lourenço (Presidente da UBE-GO), Geraldo Coelho Vaz, Marconi Perillo (Governador de Goiás), Lêda Selma Alencar (Presidente da AGL), Alba Lucínia Dayrell (Presidente da AFLAG), ex-governador Irapuã Costa Jr. e Aidenor Aires (Presidente da AGnL).



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a EDITORA GRÁFICA/ KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da EDITORA GRÁFICA/
KELPS, no papel: Off-set 75g/m², composto nas fontes Minion
Pro, corpos 8, 10 e 11,5 e Aller, corpo 18
Fevereiro, 2017

A revisão final desta obra é de responsabilidade da instituição